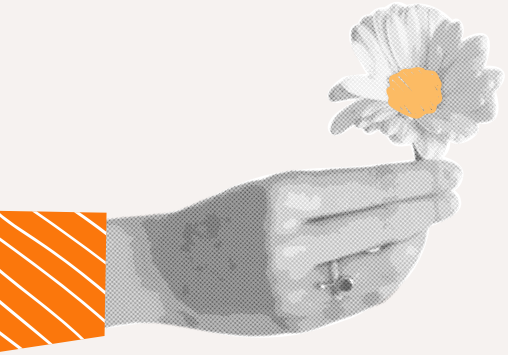


CASA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

Arquitetura e Urbanismo | Trabalho de Conclusão de Curso I

Tainá Aléxia Lemos | 2024



Instituto Federal Farroupilha - Campus Santa Rosa
Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo
Trabalho de Conclusão de Curso I

CASA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE



Discente: Tainá Aléxia Lemos
Orientadora: Profª Me. Renata Rotta
Turma: ARQ T4



AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me permitir vivenciar esta experiência sendo amplamente incentivada e fortalecida por pessoas que amo.

Sou grata a minha família pelo encorajamento, apoio e amor a mim dedicado em mais esta etapa, acreditando e confiando na minha capacidade.

À minha querida amiga Tainá Carvalho, pelo companheirismo, auxílio e ânimo ao longo de toda minha trajetória no curso

Aos docentes do IFFar, por me proporcionarem inúmeras experiências e compartilharem comigo o conhecimento. E com muita admiração, à minha orientadora Renata Rotta, por contribuir e me nortear neste trabalho, sempre com dedicação e paciência.

Às funcionárias do Programa Família Acolhedora pela disposição e elucidações a respeito da temática.

SUMÁRIO

01 INTRODUÇÃO 06
1.1 Tema
1.2 Delimitação do tema
1.3 Localização do sítio

02 DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS 10
2.1 Objetivo geral
2.2 Objetivos específicos
2.3 Público alvo
2.4 Resultados esperados

03 JUSTIFICATIVA 13
3.1 Escolha da temática
3.2 Escolha do sítio

04 REFERENCIAL TEÓRICO E HISTÓRICO 21
4.1 Percurso histórico do acolhimento no Brasil
4.2 Breve histórico dos abrigos no município de Santa Rosa
4.3 Quadro atual do acolhimento no Brasil
4.4 Perfil dos acolhidos

05 CONTEXTO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO 38
5.1 Município de Santa Rosa
5.2 Entorno imediato
5.3 Sítio

06 CONDICIONANTES LEGAIS 51
6.1 Legislação municipal
6.2 Normas técnicas
6.3 Legislação específica

07 ESTUDOS DE CASO E VISITAS IN LOCO 59
7.1 Moradias infantis em Canuanã
7.2 Nosso lar - Casa de Acolhimento para Crianças do Futuro
7.3 Casa Dom Bosco
7.4 Apromes

08 ESTUDOS PRELIMINARES 86
8.1 Programa de necessidade
8.2 Pré-dimensionamento
8.3 Diagrama de usos e fluxos

09 SÍNTESE CRÍTICA E DIRETRIZES 92
9.1 Conceito
9.2 Intenções projetuais
9.3 Condicionantes de projeto
9.4 Referências projetuais
9.5 Proposta de implantação e zoneamento

10 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 101



Fonte: Canva, 2024. Adaptado pela autora, 2024.

A bailarina

Esta menina
tão pequenina
quer ser bailarina.
Não conhece nem dó nem ré
mas sabe ficar na ponta do pé.

Não conhece nem mi nem fá
Mas inclina o corpo para cá e para lá

Não conhece nem lá nem si,
mas fecha os olhos e sorri.

Roda, roda, roda, com os bracinhos no ar
e não fica tonta nem sai do lugar.

Põe no cabelo uma estrela e um véu
e diz que caiu do céu.

Esta menina
tão pequenina
quer ser bailarina.

Mas depois esquece todas as danças,
e também quer dormir como as outras crianças.

Cecília Meireles

01

INTRODUÇÃO

1.1 Tema
1.2 Delimitação do tema
1.3 Localização do sítio



1.1 TEMA

Casa de acolhimento institucional para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade na cidade de Santa Rosa/RS.

1.2 DELIMITAÇÃO DO TEMA

Espaço destinado ao acolhimento provisório de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva, em virtude de situações de abandono ou cujas famílias não estejam cumprindo sua função de cuidado e proteção. O projeto da edificação deverá favorecer a proteção integral, o atendimento personalizado e o convívio familiar e comunitário dos abrigados.

Figura 1: Ilustração de abrigo para crianças e adolescentes.
Fonte: Canva, 2024.



1.3 LOCALIZAÇÃO DO SÍTIO

O município de Santa Rosa está localizado na região Fronteira Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, a cerca de 490km da capital Porto Alegre. Atualmente, possui uma população de 76.963 pessoas (IBGE, 2022).

Brasil



Figura 2: Situação do Rio Grande do Sul no Brasil
Fonte: Da autora, 2024. Base cartográfica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022.

Rio Grande do Sul



Figura 3: Situação de Santa Rosa no Rio Grande do Sul.
Fonte: Da autora, 2024. Base cartográfica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022.

Santa Rosa



Figura 4: Município de Santa Rosa
Fonte: Da autora, 2024. Base cartográfica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022.



Figura 5: Localização do lote em relação ao município
Fonte: Google Earth, adaptado pela autora, 2024.



Figura 6: Imagem aérea da área do sítio e vias do entorno
Fonte: Google Earth, adaptado pela autora, 2024.

O sítio a ser estudado está situado na Rua Carlos Heinze, no Bairro Cruzeiro do município. É composto pela união de dois lotes de meio de quadra, os quais possuem uma área de 1574,5m² cada um, totalizando uma área de 3.149m² e uma testada de 37,60 metros.

02

DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral
2.2 Objetivos específicos
2.3 Público alvo
2.4 Resultados esperados



2.1 OBJETIVO GERAL

Desenvolver uma proposta de anteprojeto de uma casa de acolhimento institucional para crianças e adolescentes com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, garantindo sua proteção integral e salvaguardando seus direitos à saúde, educação, lazer, alimentação e moradia.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Ofertar espaços de convívio coletivo e espaços e objetos pessoais que respeitem a individualidade e o espaço privado de cada criança e adolescente;
- Propor espaços que favoreçam a autonomia, convivência num lar, qualidade ambiental, qualidade de vida e bem estar aos abrigados.
- Garantir espaços que propiciem o respeito às diferenças e assegurar que os abrigados sejam atendidos em condições de igualdade;
- Propiciar uma residência com foco na humanização, fugindo da ideia institucional, proporcionando maior aceitação e não estigmatização das crianças e dos adolescentes;
- Planejar espaços recreativos integrados ao paisagismo;
- Organizar os locais de atendimento da equipe técnica de forma que fique separada dos ambientes de moradia;

2.3 PÚBLICO ALVO

Tem como principal público crianças de 0 a 12 anos incompletos e adolescentes de 12 a 18 anos, que se encontram em situação de violação de direitos e risco, havendo necessidade de afastamento do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo. Além destes, Coordenadores, equipes técnicas, educadores/cuidadores, auxiliar de educadores/cuidadores e entre outros profissionais que estejam ocupando o espaço e auxiliando na proteção integral das crianças e dos adolescentes abrigados.

2.4 RESULTADOS ESPERADOS

Em síntese, espera-se desenvolver uma proposta arquitetônica que proporcione, à população abrangida, acolhimento e proteção integral, com a finalidade de suprir a demanda existente, resgatar o ambiente familiar, ofertar uma convivência afetiva, equilibrada e saudável e dar condições de desenvolvimento pleno.

O nível de aprofundamento será de um anteprojeto arquitetônico, abrangendo áreas paisagísticas e de lazer, intervenção urbanística no entorno imediato, elaboração de detalhamentos estruturais e a esquematização de projetos complementares.



Figuras 7 à 18: Retrato de crianças.
Fonte: Canva, 2024.

03

JUSTIFICATIVA

3.1 Escolha da temática
3.2 Escolha do sítio



3.1 ESCOLHA DA TEMÁTICA

Para a definição do tema levou-se em consideração três aspectos importantes: 1. a legislação; 2. dados referentes ao abandono e negligência de crianças e adolescentes, e; 3. o papel dos abrigos.

1. Legislação

Inicialmente, é importante compreender que as relações afetivas e o ambiente experimentado durante a infância e a adolescência são cruciais para o desenvolvimento desses indivíduos, pois é nessa fase em que estão mais receptivos aos estímulos e experiências e que estabelecem as características de sua personalidade e padrão de desenvolvimento (Macana, 2014).

Tendo isso em vista, o primeiro aspecto que motivou a escolha do tema se manifesta como instrumento primordial para a garantia dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, os quais correspondem ao "direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária" (Brasil, 1988, cap. VII, art. 227).

Sendo a família o lugar mais imediato de socialização e dependência dos menores, ela tem direta influência no atendimento aos direitos mencionados, por meio da tomada de decisões que impactam no bem-estar, nos hábitos, alimentação, cuidados de saúde, educação e entre outros, além da escolha dos contextos aos quais serão expostos.

Pensando nisso, para casos em que crianças e adolescentes têm seus direitos desatendidos ou violados, concretizando uma situação de alta complexidade e sendo necessário o afastamento destes do convívio familiar, o Estatuto da Criança e do Adolescente apresenta diferentes modalidades de atendimento a esses sujeitos. Dentre elas está o acolhimento institucional, o qual é definido como medida provisória excepcional, de forma a dar proteção integral aos menores. Tem como principal objetivo final a "reintegração familiar ou, não sendo esta possível, a colocação em família substituta" (Estatuto da Criança e do Adolescente, 2023).



Figura 19: Colagem menina com megafone
Fonte: Canva, 2024.



Figura 20: Ilustração de uma casa de acolhimento.
Fonte: Canva, 2024.

Portanto, o programa de acolhimento institucional visa acolher, em unidades semelhantes a uma residência, até 20 crianças e adolescentes, com os cuidados diretos prestados por cuidadores/educadores e auxiliares de cuidador.

Por se tratar de um instrumento provisório, de acordo com o artigo 19, §2, do Estatuto da Criança e do Adolescente, a criança/adolescente não deve permanecer mais que 18 meses em acolhimento. No entanto, quando comprovada a necessidade e devidamente argumentada, pode-se haver o prolongamento desse período (Brasil, 1990).

Isto posto, acreditar no acolhimento institucional como algo temporário pode ser errôneo, pois a realidade distancia-se desta determinação, uma vez que, muitos indivíduos permanecem no abrigo toda a infância e adolescência.

2. Dados referentes ao abandono e negligência de crianças e adolescentes

Embora o Brasil seja um país com inúmeras legislações, conselhos, secretarias e instrumentos que visam proteger e defender os direitos dessa população, as razões que levam uma criança ou um adolescente ao abrigamento são variadas. À vista disso, entre os principais motivos estão: negligência e abandono, violência física, assédio sexual e trabalho infantil (Fundação Abrinq, 2022).

Segundo reportagem, exibida este ano, pela GloboNews, em 2023, crianças e adolescentes foram as principais vítimas de violações registradas pelo Disque 100, serviço que recebe denúncias relacionadas as violações de direitos humanos. A cada dez denúncias recebidas, quatro referiam-se a violência contra os menores, bem como, 70% dos casos eram ocorridos dentro de casa (GloboNews, 2024).

Ao fazer um comparativo entre dados coletados pelo Ministério da Saúde e pelo IBGE e apresentados pela Fundação Abrinq, durante os anos de 2018 a 2022, constatou-se que a respeito da negligência e do abandono (Figura 21), no ano de 2018, o país registrou um total de 35.338 notificações, das quais uma parcela de 2.816 foram notadas no Rio Grande do Sul. Já em 2022, houve um acréscimo em âmbito nacional chegando a 41.603 denúncias, contudo, no estado o número caiu para 2.270.

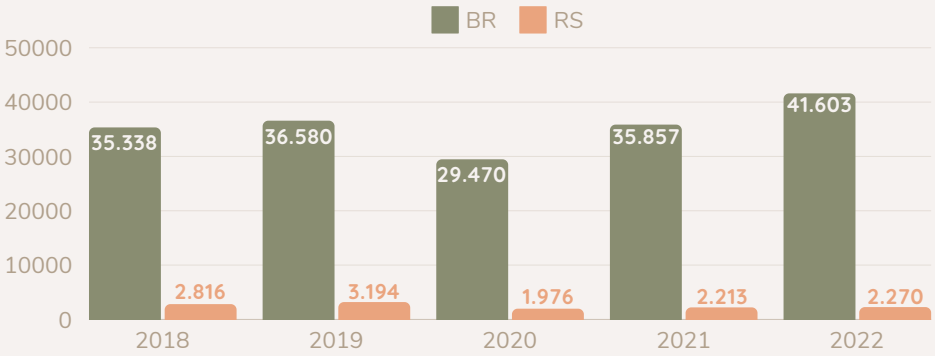
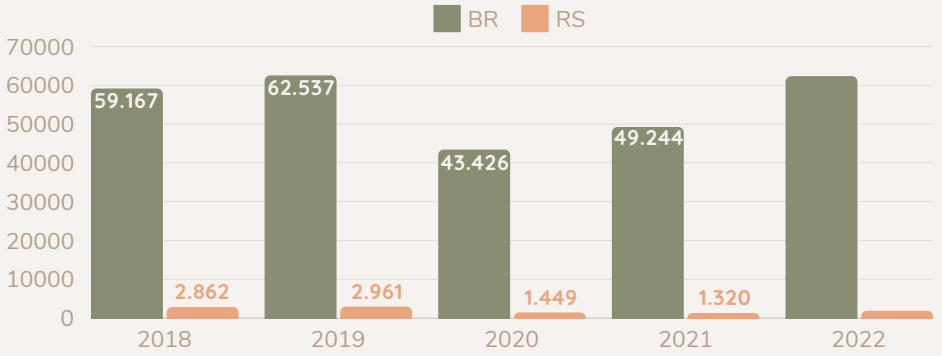


Figura 21: Número de notificação de negligência e abandono contra menores de 18 anos.
Fonte: Da autora, 2024. Adaptado da Fundação Abrinq, 2022.

No tocante a violência física (Figura 22), também verifica-se um acréscimo na esfera nacional, enquanto em 2018 registraram-se 59.167 notificações, em 2022 estas chegaram a 62.344. Em contrapartida, no estado, observou-se uma pequena diminuição de 2.862 para 1.881 denúncias.



Figuro 22: Número de notificação de violência física contra menores de 18 anos.
Fonte: Da autora, 2024. Adaptado da Fundação Abrinq, 2022.

Quanto ao assédio sexual (Figura 23), este foi a única violação a apresentar aumento no número de notificações, tanto em contexto nacional quanto estadual. Dessa maneira, no ano de 2018 totalizou-se 10.027 registros, subindo para 14.637 em 2022. No Rio Grande do Sul, o total que era de 624 denúncias chegou a 697, apresentando 73 casos a mais que em 2018.

Diferente dos valores apresentados pelas violações já comentadas, o único índice a expressar uma redução, tanto em âmbito nacional quanto estadual, foi referente ao

trabalho infantil (Figura 24). No ano de 2018, o número de notificações no país chegara a 759.750, do qual 39.660 foram registradas no estado. Deste ano à 2022, o valor caiu para 755.701, tendo no estado 36.054 casos.

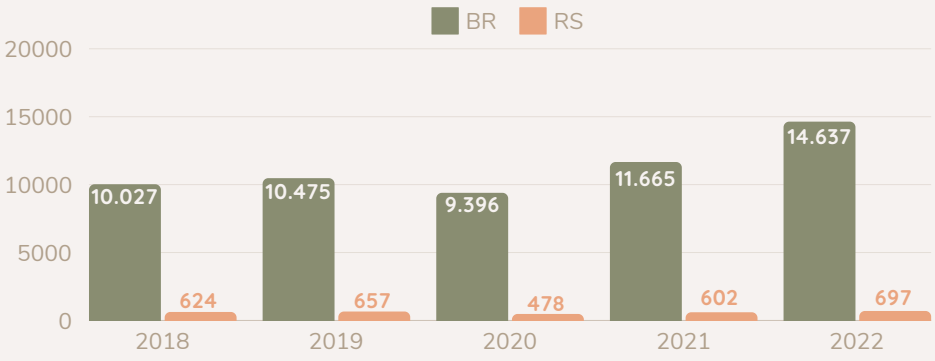


Figura 23: Número de notificação de assédio sexual contra menores de 18 anos.
Fonte: Da autora, 2024. Adaptado da Fundação Abrinq, 2022.

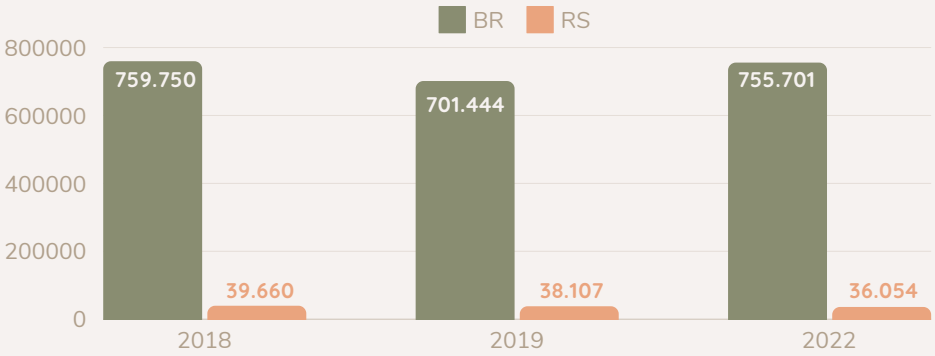


Figura 24: População de 5 a 17 anos de idade em situação de trabalho infantil.
Fonte: Da autora, 2024. Adaptado da Fundação Abrinq, 2022.

Ainda que, todos os tipos de violações tenham expressado uma queda nos números do ano de 2020, é relevante mencionar a pandemia e seu grande impacto nas denúncias. Conforme o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (2020), a pandemia gerou uma redução de 18% nas denúncias de violência contra crianças e adolescentes recebidas pelo Disque 100. Segundo o Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente da época, Maurício Cunha, isto ocorreu por não ser possível contar com espaços que oportunizavam a realização das denúncias, como as escolas.

Diante disso, observa-se que as diferenças nos números de notificações registradas entre 2018 e 2022 não demonstram mudanças significativas que indiquem um cenário atual positivo.

3. Papel dos abrigos

Com a medida de abrigamento tornando-se longa e até mesmo permanente, juntamente com a insuficiente mudança nas taxas de violências, já é possível reconhecer a importância dos abrigos. Estes buscam reconhecer crianças/adolescentes como sujeitos de direitos e pessoas em desenvolvimento, e objetivam a sua proteção e o auxilio na mitigação dos danos gerados pelas situações de vulnerabilidade ou riscos.

Levando isso em consideração, possuem como principal papel zelar pela integridade física e emocional de crianças

e adolescentes que tiveram seus direitos violados, ofertando a estes indivíduos um ambiente que favoreça o seu desenvolvimento integral, a superação de vivências de separação e violência, a apropriação e ressignificação de sua história de vida e o fortalecimento da cidadania, autonomia e a inserção social.

Ainda, inclui-se no papel dos serviços de acolhimento:

- Pensar e elaborar estratégias, junto dos demais órgãos e serviços da rede de atendimento, que auxiliem na reintegração da criança ou adolescente em sua família de origem, ou quando não for possível, em família substituta;
- Oferecer ambiente acolhedor, confortável e com condições adequadas para o atendimento com padrões de dignidade;
- Evitar a estigmatização da criança e do adolescente durante e após o acolhimento;
- Propiciar espaços de escuta e construção de soluções coletivas com a participação das crianças e adolescentes;
- Favorecer o convívio familiar e comunitário das crianças e adolescentes atendidos.

Dessa forma, servem como uma alternativa para que o impacto do abandono ou do afastamento do convívio familiar possa ser minimizado, a medida que, propiciam experiências reparadoras à criança e ao adolescente e a retomada do convívio familiar (CONANDA ; CNA, 2009).

Ainda, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente, é pertinente ressaltar que os serviços de acolhimento não devem ser confundidos com estabelecimentos que realizam o acompanhamento de adolescentes que estejam cumprindo medidas socioeducativas.



3.2 ESCOLHA DO SÍTIO

Para a definição do sítio teve-se como base a observação de particularidades da temática em estudo e aspectos urbanos que também a favorece.

Anteriormente, na etapa de plano de trabalho, foram selecionados três lotes (Figura 25), um no Bairro Centro e outros dois no Bairro Cruzeiro, estando estes inseridos em área circundada por residências, com infraestrutura consolidada, próximo a equipamentos públicos relevantes, de fácil acesso e que abarcam uma nova região da cidade onde ainda não há um abrigo.

No entanto, por estarem expostos a mais de uma via ou por vegetação densa em uma de suas faces, foi observado que estes poderiam desfavorecer a segurança e privacidade necessária para atender adequadamente a legislação pertinente ao tema.

Ao optar por um novo lote, levou-se em consideração os mesmos fatores que os anteriores. Assim, dando ênfase às particularidades, em concordância com as Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, o lote atual está localizado em uma área residencial, visando colaborar para que a edificação de abrigo se mantenha discreta entre as demais residências do bairro.

Além disso, por ser recomendado que a criança e adolescente sejam inseridos em abrigo próximo ao seu local de moradia, constatando-se a localização dos abrigos existentes no município, optou-se por manter a escolha do Bairro Cruzeiro (Figura 26), em virtude da sua distância com relação a área de abrangência dos abrigos mencionados.



Figura 25: Localização do sítio em relação aos abrigos existentes
Fonte: Google Earth, adaptado pela autora, 2024.

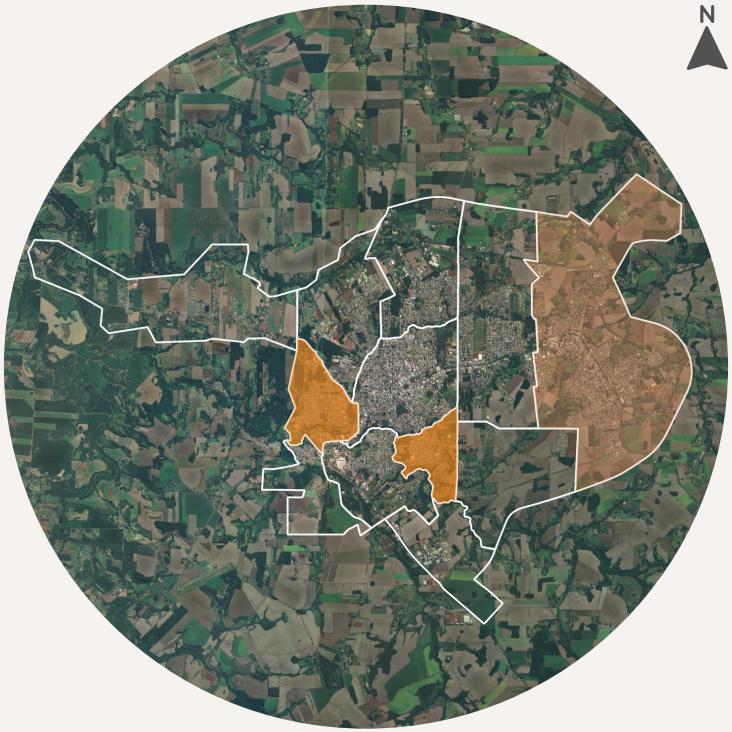


Figura 26: Situação do Bairro Cruzeiro no município de Santa Rosa.
Fonte: Da autora, adaptado do Qgis e Geomais de Santa Rosa, 2024.

Para atender as questões de segurança e privacidade dos espaços de moradia, principal motivo para a escolha de um novo sítio, foi selecionado um lote de meio de quadra, com apenas uma testada voltada para a via pública.

Já no que se refere as potencialidades urbanas, é relevante mencionar seu desnível topográfico suave, o fácil acesso por meio de transporte público, dado que, encontra-se muito próximo da Av. Expedicionário Weber, e a proximidade com equipamentos públicos de lazer, saúde, educação e da rede de apoio (Figura 27).



Figura 27: Localização do sítio e equipamentos públicos relevantes
Fonte: Google Earth, adaptado pela autora, 2024.

Diante disso, o lote agora escolhido tem excelentes condições para atender ao programa de necessidades e demais condicionantes legais a respeito da temática.

04

REFERENCIAL TEÓRICO E HISTÓRICO

4.1 Percurso histórico do acolhimento no Brasil
4.2 Breve histórico dos abrigos no município de Santa Rosa
4.3 Quadro atual do acolhimento no Brasil
4.4 Perfil dos acolhidos



4.1 PERCURSO HISTÓRICO DO ACOLHIMENTO NO BRASIL

O longo histórico do Brasil com o assistencialismo às crianças e adolescentes vítimas do desamparo teve origem a partir da colonização, pois o ato de abandonar não fazia parte da cultura dos povos originários.

Em concordância a isso, os modelos de instituições de abrigo e proteção a crianças e adolescentes aplicados no Brasil possuíram como principal influência os modelos já difundidos na Europa e tiveram seu desenvolvimento em três fases: a fase caritativa, a fase filantrópica e a fase do Estado do Bem-Estar Social (Marcílio, 1998).

Segundo Marcílio (1998), a **fase caritativa**, presenciada no país desde o período colonial até meados do século XIX, apresentou três formas básicas de assistência aos menores abandonados: o acolhimento em casas de família, as Câmaras Municipais e as confrarias das Santas Casas de Misericórdia.

Dentre suas principais características destacava-se o sentimento da fraternidade, da caridade e da beneficência, sem nenhuma intenção de mudanças sociais, visto que, ainda no período colonial o Estado e a Igreja não tinham controle direto sobre a assistência aos menores abandonados. Ambos atuavam apenas de forma indireta através de eventuais apoios financeiros (Marcílio, 1998).

Em virtude disso, manifestou-se a primeira forma básica de assistência, um sistema informal de acolhimento em casas de família, o mais amplo e mais presente durante toda a história, em que, inspirados pela religião, a população mais rica assumia o papel de recolher e/ou ajudar os abandonados, com o intuito de obter a salvação de suas almas, o reconhecimento da sociedade e o status de benemérito (Marcílio, 1998).

Levando em consideração a sociedade escravagista da época, a religiosidade não era a única motivação. Fatores econômicos se mostravam como a principal causa para o acolhimento do abandonado, a medida que, agregá-lo ao grupo familiar, poderia representar mão de obra gratuita com possibilidade de pedir auxílio financeiro a Câmara Municipal.

As Câmara Municipais, eram responsáveis por prestar auxílio financeiro para a manutenção das instituições, bem como, criar e educar o desabrigado quando não houvessem instituições de apoio que o fizessem. O sistema funcionava da seguinte forma:

> “Aquele que recolhesse em sua casa uma criança encontrada exposta deveria levá-la à Igreja para ser batizada e, só então, poderia recorrer a Câmara local solicitando o auxílio para a criação. O pároco redigia um certificado no qual dizia que o enjeitado estava residindo no domicílio da pessoa que o acolhera, e que era bem tratado por ela. De posse do documento, a pessoa solicitava ajuda financeira ao presidente da

> Câmara, que julgava o pedido – muitas vezes partindo de critérios de amizade pessoal ou de clientelismo – inscrevendo, caso a ajuda fosse concedida, o nome da criança no Livro de Matrícula dos Expostos. As crianças expostas que não encontrassem famílias que as criassem eram encaminhadas à Câmara, que deveria arranjar uma criadeira, pagando-a por esse serviço. (MARCÍLIO, 1998, p.141).

Ainda no período colonial (século XVIII), através de convênios firmados entre a Câmara Municipal e as Santas Casas de Misericórdia, foram criadas as primeiras instituições organizadas de proteção aos menores. Estas foram denominadas de Roda ou Casas dos Expostos (Figura 28), por possuírem "um mecanismo de madeira que girava em torno de um eixo, com uma abertura para colocação da criança; ao girar a roda, a abertura voltava-se para dentro do prédio" (Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, 1997).

Tendo isso em vista, acreditava-se que essas instituições evitariam que bebês fossem abandonados nas ruas ou em portas de edificações religiosas e que possibilitariam o recebimento destes, mantendo o anonimato do autor do abandono.

Juntamente a isso, de acordo com Rizzini e Rizzini (2004), Rodas dos Expostos passaram a ser muito utilizadas para a exposição de filhos de escravas, cujos senhores recebiam pagamento pela criação ou quem os criassem, indo futuramente buscar o pequeno escravo em idade que pudesse executar as atividades laborais.



Figura 28: Reprodução da Roda dos expostos da Igreja e Santa Casa de Misericórdia de Salvador, BA.
Fonte: Paul R. Burley, 2019.

Conforme aponta Marcílio (1998), cerca de quinze Casas dos Expostos foram identificadas no país, tendo a primeira se estabelecido em Salvador/BA, no ano de 1726, em cômodos antes pertencentes ao Hospital. A maioria das acomodações exerciam suas atividades em espaços impróprios, sem ventilação, improvisados, carecendo de mobiliários apropriados, além de serem pequenos para atender o número elevado de expostos ali deixados.

Com base nisso, devido ao grande incentivo, as Casas dos Expostos alcançaram números elevados de atendimento de bebês, sendo isso possível, em virtude das Santas Casas passarem a contratar amas de leite externas, na sua maioria escravas alugadas por seus proprietários. Esta estratégia também acabou colaborando para a diminuição das altas taxas de mortalidade resultantes da aglomeração de crianças doentes e sadias em ambientes insalubres e da amamentação artificial (RIzzini e Rizzini, 2004).

Nesse contexto, quando não criadas de forma coletiva nas Casas dos Expostos, crianças de até três anos de idade, etapa chamada de "criação", eram cuidadas por Amas de Leite ou Amas de Criação. Posteriormente, até os oito anos para meninas e sete anos para meninos, período chamado de "educação", a criação poderia ser executada pelas mães criadeiras, pessoas que desejassem cumprir esse papel e que tivessem suas condições materiais averiguadas pela Santa Casa de Misericórdia. A "mãe", deveria informar regularmente à administração da Santa Casa sobre a saúde do menor e recebia um pagamento mensal para custear a criação da criança. Após completado os sete ou oito anos de idade, a criança era devolvida para a Casa dos Expostos ou então mantida sob a criação da "mãe", no entanto, sem receber qualquer tipo de pagamento.

Embora os menores adotados por famílias tivessem maior chance de sobrevivência que os deixados em instituições das Santas Casas de Misericórdia, Marcílio (1998) destaca que casos de violência doméstica com lesões corporais graves eram muito presentes, além da não inclusão do recolhido no partilhamento da herança familiar.

Enquanto a abolição desse sistema era discutida na Europa, por conta da alta mortalidade e suspeita de estímulo ao abandono de crianças, RIzzini e Rizzini (2004) elucidam que, no Brasil, este modelo seguiu sendo utilizado até cerca de 1950, quando se deu início a mudanças significativas por causa da organização da assistência à infância e a interferência do Estado.

Lentamente, o estado deu início as intervenções nas Casas de Misericórdias, desejando torná-las institutos de proteção à infância abandonada e que estivessem a serviço do poder público. Com isso, foram confrontados dois setores importantes das rodas dos expostos, cujo o primeiro referia-se as amas, que por vezes usavam da

violência contra os menores, e o segundo a adoção do sistema de admissão aberta, permitindo o conhecimento dos pais da criança/adolescente. Consequentemente, ao desfazer suas características principais, este sistema começou a enfraquecer e foi perdendo seu sentido.

Outra instituição existente nessa fase, tão antiga quanto a Roda dos Expostos, é os Recolhimentos. Surgiram no século XVIII, criados por religiosos, e eram direcionados a proteção de meninas órfãs pobres. Eles substituíam a tutela dos pais, ofertando meios necessários para o futuro em que seriam mães de família e integrantes da sociedade, sendo eles, a educação para o lar, o enxoval de casamento e o dote.

Além dos Recolhimentos de meninas órfãs, as irmandades religiosas também fundaram asilos, inicialmente separados das órfãs legítimas, para acolher as indigentes, filhas naturais de mães pobres ou órfãs desvalidas. Outro divisor social utilizado foi o divisor racial, havendo a separação de “órfãs brancas” e “órfãs de cor”.

O modo de vida nesses espaços era completamente conventual, impondo contato limitado com o exterior e focado na educação para trabalhos domésticos, de costura e na instrução elementar. As meninas só poderiam sair ao se casarem com dote garantido pela instituição.

A partir do século XIX até meados do século XX, iniciou-se a segunda fase de assistência a criança e adolescentes, denominada de **Fase Filantrópica**. Teve como principais motivações o término da escravidão, a queda da Monarquia, a separação entre a Igreja e o Estado, a instituição do Estatuto da Adoção e a promulgação de normas e legislações sobre o menor abandonado.

Nesta fase, as soluções para os problemas sociais da infância passaram a ser avaliados no parlamento, na medicina e pela elite. Baseando-se em modelos Europeus, tomou-se entendimento de que era preciso salvar o corpo da criança antes de sua alma (através do batismo), dando base científica e equipamentos estruturados para a assistência pública (Marcílio, 1998).

No ano de 1855, houve a primeira mudança na política social de assistência, o que se assemelharia a um primeiro Programa Nacional de Políticas Públicas para crianças desvalidas. Através deste programa, surgiram os Asilos, que tinham em seu plano geral a introdução de “Estatutos estruturadores da organização interna, da distribuição dos espaços especializados, das normas do ensino elementar e da difusão do ensino profissional” (Marcíllio, 1998).

Na década de 1970, ocorreu o que seria a segunda etapa desta fase, tendo como característica básica a criação de equipamentos para a Assistência Filantrópico-Higienista. Dessa maneira, começou-se a pensar em grandes estabelecimentos para internamento e de segregação da sociedade para crianças/adolescentes carentes e sem família. Estes receberam o nome de Instituições Totais e tinham o papel de tirar crianças do

perigo da rua e dar a elas educação, formação, disciplina e vigilância, o que se acreditava ser uma preparação para a vida em sociedade.

A respeito disso, Marcíllio (1998) elucida:

> Da concepção e da montagem dessas novas grandes instituições participaram vários especialistas da infância: médicos, educadores, juristas, etc. Tendo como objetivos educar, formar, proteger e corrigir os menores abandonados, o projeto buscou modalidades institucionais diferenciadas: colônias agrícolas e escolas de artes e ofícios, institutos correcionais, reformatórios, orfanatos, asilos, etc. A filantropia visava preparar a criança pobre e a abandonada para o mundo do trabalho. Mas buscava também valorizar a família para prevenir a ociosidade, a prostituição, a mendicância, o crime, o abandono do menor, a criança na rua. Com isso, estaria domesticando e controlando as "classes perigosas". A proposta era: assistir, para prevenir. Não sendo possível, entrava a correção, que seria exercida pela repressão rigorosa, auxiliada pela polícia. Para a filantropia, o Estado deveria participar da assistência e da proteção à infância abandonada e transgressora; mas a ação maior deveria ser do particular. (MARCÍLIO, 1998, p. 208).

Diante disso, nesse período também direcionou-se o olhar para os menores praticantes de crime com o propósito de criar instituições preventivo-correcionais, entendendo a necessidade de separar os menores abandonados daqueles que cometiam atos infracionais.

Quanto as edificações das Instituições Totais, Mello (2004) revela serem enormes, com longos corredores e quartos numerosos com muitas camas (Figura 29), sem apresentar identidade individualizada dos espaços. Além disso, comportavam dentro do mesmo prédio consultórios médicos, gabinetes odontológicos, enfermarias, salas de aula, capelas e ginásios esportivos, de forma que, os abrigados não precisassem ter contato com o exterior para realizar suas atividades.

Essas características podem ser observadas no antigo Instituto Lauro Sodré (Figura 30), fundado em 1872 como Instituto Paraense de Educandos e Artífices. Este possuía uma planta linear e rígida (Figuras 31 e 32), sem apresentar possibilidade de personalização do ambiente, manifestando um caráter tipicamente institucional, já que, tinha como objetivo transformar os menores em "indivíduos mais adequados às exigências da sociedade" (Mello, 2004).

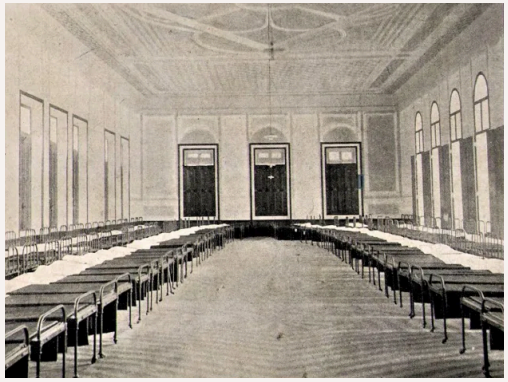


Figura 29: Dormitório dos menores no Instituto Lauro Sodré, em 1904.
Fonte: FAU ITEC UFPA, 2018.



Figura 30: Fachada do Instituto Lauro Sodré, em 1904.
Fonte: FAU ITEC UFPA, 2018.

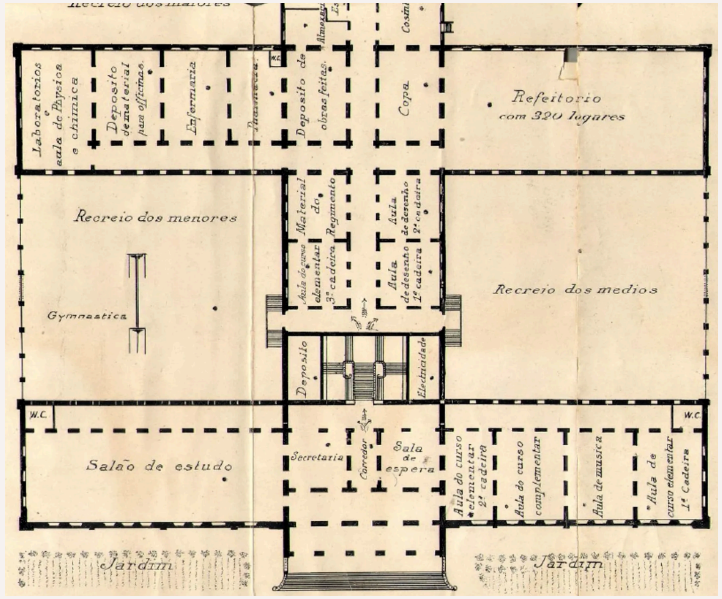


Figura 31: Planta baixa do pavimento térreo do Instituto Lauro Sodré, em 1904.
Fonte: FAU ITEC UFPA, 2018

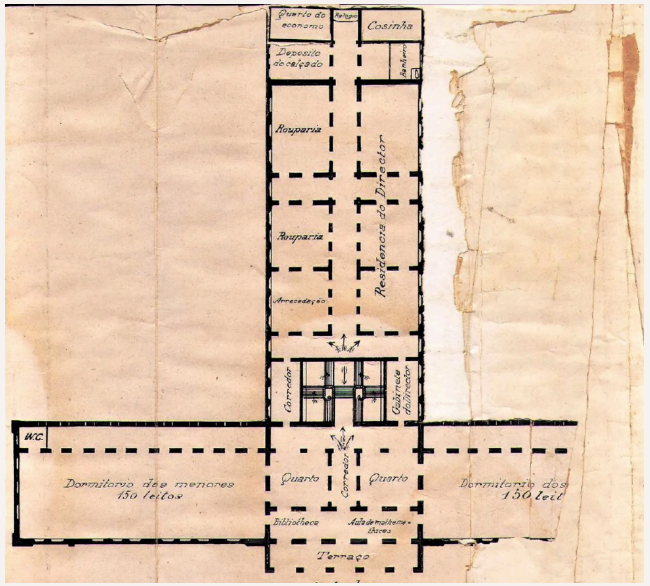


Figura 32: Planta baixa do primeiro pavimento do Instituto Lauro Sodré, em 1904.
Fonte: FAU ITEC UFPA, 2018



Figura 33: Refeitório do Instituto Lauro Sodré, em 1904.
Fonte: FAU ITEC UFPA, 2018

Além das Instituições Totais, sugiram outras instituições com a mesma finalidade como os Institutos de Menores Artesãos, de Menores Artífices, Casa dos Educandos Artífices, Colônias Agrícolas e Colônias Orfanológicas.

Ao adentrar nos últimos anos desta fase percebe-se o Estado mais presente através da elaboração de leis direcionadas a proteção e assistência à infância, culminando na fundação do Departamento Nacional da Criança, em 1919, órgão responsável por controlar todas as atividades no campo da assistência à mãe, à criança e ao adolescente; na abertura do Serviço de Assistência e de Proteção à Infância, em 1921, e; a criação do Juízo Privativo dos Menores Abandonados e Delinquentes, em 1994, sob influência da "Declaração dos Direitos da Criança" (também intitulada de "Declaração de Genebra"), de 1923. Ainda, no ano de 1927, aprovou-se o Código de Menores, considerado por alguns autores um marco histórico da assistência à infância.

> O discurso da assistência e da proteção aos menores desvalidos e ao Código de Melo Matos, de 1927, definiam um novo projeto jurídico e institucional, voltado para os menores – não punitivo, recuperador, disciplinar, tutelar e paternal – e articulado a uma tentativa de reorganização da assistência prestada, tornando-a mais ampla, sistemática e organizada de forma mais científica. Gradualmente, o Estado ia assumindo a assistência à infância desvalida e criando um aparato governamental para atender a essa nova função e, também, controlá-la (MARCÍLIO, 1998, p.222)

Por último, em 1941, criou-se o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), o qual seria o antecessor da Funabem (1964). Este era um órgão diretamente subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios do Interior e ao Juizado de Menores, e dava ao Estado poder para atuar sobre os menores carentes ou infratores. É descrevido por Souza (2020), como "órgão burocrático e técnico, que sistematizava, fiscalizava, regulamentava as verbas orçamentárias destinadas à Assistência Social e orientador técnico e pedagógico das instituições oficiais e particulares de atendimento ao menor".

Apesar de possuir menções na Constituição Federal de 1939, a responsabilidade do Estado só ficou assumida de fato no final da década de 1960 quando é estabelecida a terceira fase, chamada de **Fase do Estado do Bem-Estar Social.**

O Estado do Bem-Estar, que deu nome a esta fase, só foi introduzido nos assuntos da assistência à infância em 1964, com a criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem). Esta, conforme o Novo Código de Menores de 1979 (Lei nº 6.697/1979), tinha como objetivo "formular e implantar a política nacional do bem-estar do menor, mediante estudo dos problemas e do planejamento das soluções e a orientação, coordenação e a fiscalização das entidades que executem essa política" (Brasil, 1979).

A Funabem, também tinha o propósito de estabelecer uma conduta que se opunha àquelas adotadas pelo SAM, o qual ficou reconhecido por se importar apenas com o recolhimento de dinheiro das instituições asilares, sem

demonstrar preocupação com a qualidade dos serviços ofertados.

Nesse mesmo período, organizações não-governamentais nacionais e internacionais, bem como, a Declaração dos Direitos da Criança, proclamada em assembleia geral da ONU, expressavam a necessidade urgente de considerar a proteção e o bem-estar das crianças como direito de todas e um dever do Estado.

Como consequência dessa pressão, um novo Estatuto do Menor foi instituído, em 1979, oficializando o papel da Funabem de atender os abandonados e infratores, mas também a adoção, regulamentando pela primeira vez o instituto de adoção do país.

Segundo o novo Estatuto, as entidades de assistência e proteção deveriam ser criadas pelo poder público e que dispusessem de centros especializados na recepção, triagem, observação e permanência dos menores.

Se aproximando do que temos na atualidade, com a Constituição Federal de 1988, houve intensa mobilização para a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, cuja a elaboração aconteceu em 1990, mesmo ano em que também fundou-se o Ministério da Criança. Com o ECA, a legislação não aplicava-se mais apenas aos menores desvalidos ou infratores, mas sim, a todas as crianças e adolescentes do território nacional, sem distinção, e os menores passavam a ter seus direitos básicos garantidos por lei.

Em síntese, o ECA possibilitou a reformulação de políticas públicas voltadas a infância e a juventude, considerando estes como sujeitos de direitos e não mais objetos. Pode-se dizer que, a partir da sua criação, iniciou-se a quarta fase do desenvolvimento dos serviços de acolhimento.



Figura 34: A menina e seus direitos
Fonte: Canva, 2024.

4.2 BREVE HISTÓRICO DOS ABRIGOS NO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA

Comparado ao percurso histórico do acolhimento no pais, o município de Santa Rosa apresenta uma breve e recente relação com os abrigos institucionais. Teve seu início em 1953, quando a nível nacional vivia-se a segunda fase de desenvolvimento dos serviços de acolhimento, mas teve sua real evolução a partir da elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente e inauguração do Conselho Tutelar no município.

LINHA DO TEMPO

1953

Abertura do Patronato Agrícola: Visava acolher meninos, de até 12 anos, e ensina-los técnicas agrícolas e serviços direcionados ao campo (Jornal Noroeste, 2021; 2023).



1991

Surgimento do **Conselho tutelar** no município, através da Lei Municipal 2.304/1991

1994

A **Associação de Proteção as Meninas de Santa Rosa é criada** por senhoras da comunidade. Objetivava acolher meninas vítimas de abandono, mendicância, negligência, maus tratos, violência e abuso sexual (SANTA ROSA, 2018)



2007

Apromes passa a atender também bebês e meninos de até 05 anos, modificando seu nome para **Associação de Proteção as Meninas e Meninos de Santa Rosa**.

2015

Fundou-se a Casa Lar, que, de acordo com a Promotora de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Rosa, Ana Paula Mantay, tinha o intuito de acolher adolescentes meninos (12 a 18 anos de idade)



2017

Instituiu-se, mediante decreto, a **Unidade Abrigo Institucional Conviver**, coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Social do Poder Executivo do Município de Santa Rosa. Visava atender, em uma residência, até 10 crianças e adolescentes, sem distinção de sexo.
Casa lar transfere seus acolhido ao novo abrigo e **suspende suas atividades**.

2018

Apromes tem sua **capacidade de atendimento ampliada** para 20 crianças e adolescentes de ambos os sexos.
Patronato suspende suas atividades e transfere seus acolhidos para o abrigo Conviver.

2023

Prefeitura Municipal passa a administração do abrigo Conviver para a entidade religiosa Fundação São Padre Pio, originaria da Paraíba, tendo seu nome modificado para **Casa Dom Bosco**.

2024

O município conta com dois abrigos institucionais, a **Apromes e a Casa Dom Bosco, o Programa Família Acolhedora e o Programa Criança Feliz**, que busca apoiar e acompanhar famílias com crianças entre zero e seis anos



4.3 SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO NO BRASIL ATUALMENTE

Na atualidade, o acolhimento é caracterizado como medida protetiva excepcional, amparada pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Possui o objetivo de abrigar crianças e adolescentes que estejam vivenciando situações de vulnerabilidade, abandono, maus tratos e qualquer outra circunstância que viole sua proteção e dignidade.

As políticas atuais de abrigamento voltam-se para o fortalecimento da convivência comunitária e familiar, a medida que, objetiva a reintegração à família de origem ou, quando esta não é possível, busca-se possibilitar a vivência da criança/adolescente em uma família substituta, por meio da adoção (Brasil, 1990).

Com a promulgação do ECA, em 1990, foram criadas no país inúmeras legislações, orientações técnicas, conselhos e secretarias que visam proteger e defender os direitos dessa população e estruturar a medida de acolhimento (Tabela 1). Portanto, esta tornou-se parte do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como um instrumento de Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

Por integrar o SUAS, os serviços de acolhimento contam com uma extensa rede de apoio composta por secretarias municipais, judiciário, Conselho Tutelar, fundações municipais de saúde, unidades públicas de Proteção Social Básica e de Proteção Social Especial de média e alta complexidade.

Normativa	Órgão	Ano	Conteúdo central
Lei 8.742	Congresso Nacional	1993	Trata da organização da Assistência Social e seu entendimento
Resolução 145	Conselho Nacional de Assistência Social	2004	Aprova a Política Nacional de Assistência Social
Resolução Conjunta 1	Conselho Nacional de Assistência Social e Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente	2006	Aprova o Plano Nacional de Promoção , Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes
Resolução 109	Conselho Nacional de Assistência Social	2009	Define os serviços ofertados na Proteção Social Especial de Alta Complexidade
Resolução Conjunta 1	Conselho Nacional de Assistência Social e Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente	2009	Aprova o documento “Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes”
Lei 12.010	Congresso Nacional	2009	Trata da adoção
Lei 13.257	Congresso Nacional	2016	Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância
Lei 13.509	Congresso Nacional	2017	Trata da adoção
Lei 13.257	Conselho Nacional de Justiça	2019	Dispõe sobre a implantação e funcionamento do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento
Recomendação 82	Conselho Nacional do Ministério Público	2021	Aprimoramento da atuação do Ministério Público no acompanhamento dos serviços de acolhimento e nos processos de crianças acolhidas

Tabela 1: Quadro .de normativas referentes ao acolhimento.
Fonte: Da autora, 2024. Adaptado do Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Quanto ao funcionamento do acolhimento institucional, o esquema a baixo (Figura 35), elaborado com informações adquiridas por meio do Conselho Tutelar do município de Santa Rosa, intenciona explicar brevemente como ocorre o encaminhamento da criança e do adolescente aos serviços de acolhimento até a sua permanência no abrigo. É importante salientar que, anteriormente a isso, são empreendidas inúmeras tentativas para solucionar e interromper as violações vividas.

01

O processo inicia através da denúncia ao Conselho Tutelar, órgão encarregado de "zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente" (BRASIL, 1990), que tendo a denúncia recebida, efetua de imediato uma visita ao local para averiguar os fatos.



02

Estando no local, o conselheiro realiza uma avaliação prévia da gravidade da situação por meio de conversa com a família e contato com a criança/adolescente, já buscando identificar se o grupo familiar está incluso em algum dos programas do Sistema Único de Assistência Social.

03

Constatando a participação da família nos programas, contata-se os profissionais deste, relatando o ocorrido e solicitando auxílio na observância da família. Sendo percebida a não inserção do grupo familiar, o Conselho Tutelar o poderá fazer. A partir disso, em casos de baixa e média complexidade, a família pode ser inserida em programas do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, respectivamente. Já em casos de alta complexidade, que compreende uma condição grave, é acionado a autoridade judicial.

04

O Conselho Tutelar elaborará um oficio para a promotora de justiça, a qual entrará em contato com o Juiz da Infância e da Juventude. Este dará a ordem judicial para afastamento da criança/adolescente do convívio familiar.

05

Sendo a criança ou adolescente encaminhada para o serviço de acolhimento, de acordo com o Art. 101 do ECA, a equipe técnica deste deve elaborar imediatamente um plano individual de atendimento, visando a reintegração famíliar ou, caso haja a existência de ordem escrita e fundamentada pela autoridade judiciária em oposição a isso, a colocação em família substituta (BRASIL, 1990).



06

Durante a permanência no abrigo, os acolhidos possuem sua proteção integral garantida, tendo o acompanhamento em suas atividades diárias, tanto internas quanto externas, como atividades escolares, de saúde e judicial. Beneficiam-se de atendimento especializado individualizado, de qualidade condizente com as suas necessidades físicas, psicológicas, mentais e sociais, bem como, apoio técnico à superação das situações de violência vividas por eles. (SANTA ROSA, 2018).

Figura 35: Resumo do processo de encaminhamento de crianças e adolescentes ao serviço de acolhimento.
Fonte: Da autora, 2024.

Conforme as Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009), legislação que tem por objetivo elucidar os parâmetros de funcionamento e orientar a organização dos serviços de acolhimento, são previstos diferentes modalidades de atendimento (Tabela 2), podendo haver um diversificação na disponibilidade destas em cada município. Assim, ao ser determinado o encaminhamento do menor para o serviço de acolhimento, deve-se analisar a situação familiar, o perfil de cada criança/adolescente e de seu processo de desenvolvimento para que seja possível atender de forma mais efetiva suas necessidades.

MODALIDADE	PÚBLICO ALVO	CAPACIDADE DE ACOLHIMENTO	CARACTERÍSTICAS
Acolhimento institucional	De 0 à 18 anos	Até 20 acolhidos	Acolhe crianças e adolescentes sob medida protetiva, em unidades com aspecto semelhante ao de uma residência, com cuidados prestados por uma equipe composta por coordenador(a), assistente social, psicólogo(a), cuidadores/educadores e auxiliares de cuidador.
Casa Lar	De 0 à 18 anos	Até 10 acolhidos	Acolhe crianças e adolescentes sob medida protetiva, em unidades residenciais, nas quais pelo menos uma pessoa ou casal trabalha como educador/cuidador residente. Sua equipe dispõe de um(a) coordenador(a), assistente social, psicólogo(a), cuidadores/educadores e auxiliares de cuidador.
Família Acolhedora	De 0 à 18 anos	1 acolhido ou 1 grupo de irmãos	Este serviço é composto por famílias cadastradas, selecionadas, capacitadas e acompanhadas que acolhem, em suas residências, uma criança, um adolescente ou um grupo de irmãos.
República	De 18 a 21 anos	Até 6 usuários	Acolhe, em unidades residenciais, grupos de até 6 jovens que encontram-se em situação de desligamento de serviços de acolhimento e que não possuem condições para se sustentarem. São divididas em unidades femininas e unidades masculinas.

Tabela 2: Características de cada modalidade de acolhimento.
Fonte: CONANDA; CNA, 2009. Adaptado pela autora, 2024.

A respeito da gestão dessas instituições, esta pode ser de responsabilidade do município ou de entidades que se caracterizem como Organizações da Sociedade Civil. No caso de Santa Rosa, os dois abrigos atuantes (Apromes e Casa Dom Bosco) são administrados por entidades em parceria com o município. Além de se manterem com a ajuda de doações, a Prefeitura Municipal contrata os seus serviços nas suas capacidades máximas de 20 vagas e, conforme o Plano Municipal de Assistência Social de Santa Rosa - 2022 a 2025 (2021), distribui a cada um deles um recurso mensal no valor de R$10.000,00 através do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FUNDICA).

Também é pertinente ressaltar que essas instituições devem estar registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMUDICAS), o qual conduzirá o registro ao Conselho Tutelar e autoridade judiciária. Além disso, esses órgãos também são responsáveis pelo monitoramento e fiscalização dos abrigos.

No que se refere ao número de acolhidos por este tipo de serviço, atualmente estão abrigados, no município, cerca de 32 crianças e adolescentes, correspondendo a 80% das vagas disponíveis.

No que tange o Brasil, buscando reunir em uma única base, dados sobre as crianças e adolescentes que estão em acolhimento institucional ou familiar e sob processo de adoção, no ano de 2019, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) criou o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA). Este surgiu a partir da união do Cadastro Nacional de Adoção (CNA) e do Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas (CNCA) e cobre todo o território nacional. Tem o objetivo de "registrar e controlar todos os fatos desde a entrada de crianças e adolescentes nos serviços de acolhimento até a efetiva saída do sistema, por adoção ou reintegração familiar" (Moura, 2023).

Segundo os dados do SNA, atualmente o Brasil conta com 33.721 crianças/adolescentes em acolhimento institucional, sendo a região sul a segunda com maior número de atendidos, chegando a 8.473 (Figura 36). Dentre os estados dessa região, o Rio Grande do Sul fica em primeiro lugar, registrando 3.646 abrigados (Figura 37).

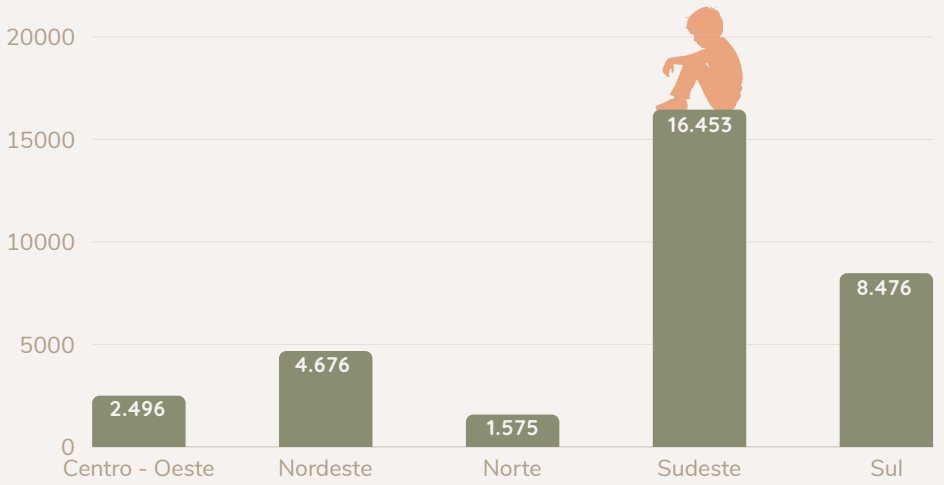


Figura 36: Número de crianças e adolescentes acolhidos por região do Brasil.
Fonte: Adaptado do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento. Acesso em: 02 jul. 2024.

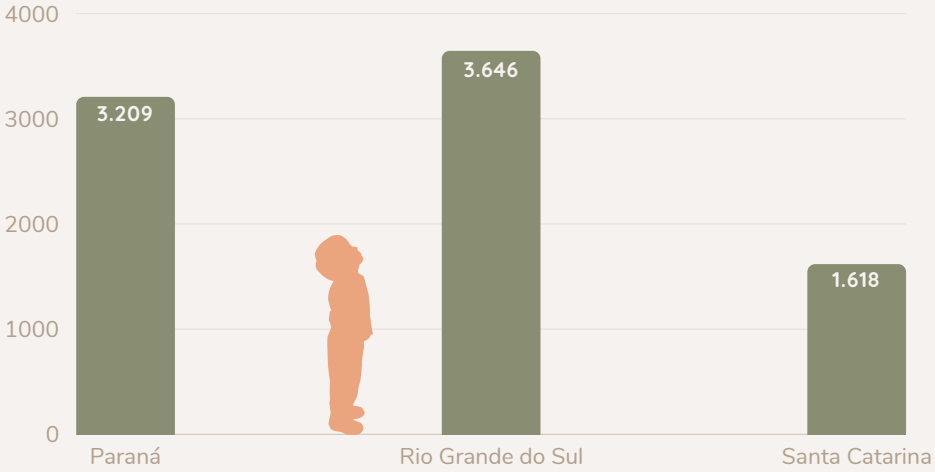


Figura 37: Número de crianças e adolescentes acolhidos por estado da região sul.
Fonte: Adaptado do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento. Acesso em: 02 jul. 2024.

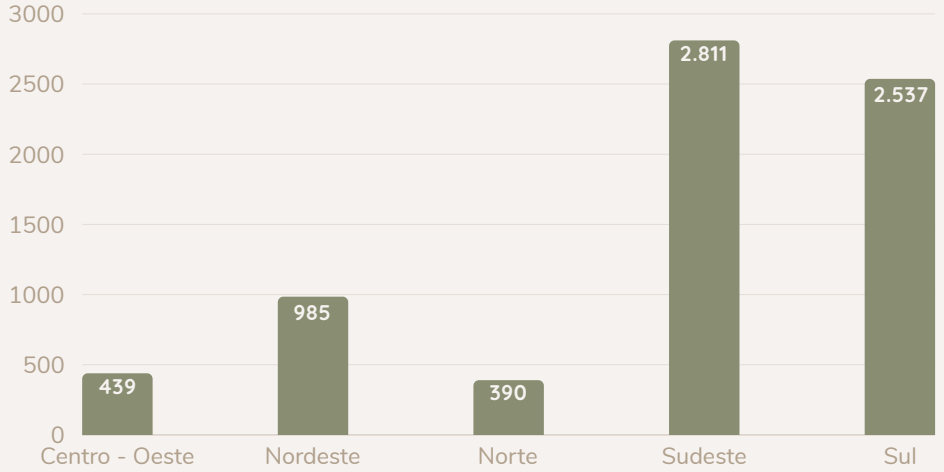


Figura 38: Número de serviços de acolhimento por região do Brasil.
Fonte: Adaptado do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento. Acesso em: 02 jul. 2024.

Já os dados referente aos serviços de acolhimento, o SNA mostra que, no presente, o Brasil possui 7.162 serviços de acolhimento (acolhimento institucional, programas de acolhimento familiar e famílias acolhedoras). Neste quesito, a região sul também se apresenta em segundo lugar com 2537 serviços (Figura 38), dos quais 667 encontram-se no Rio Grande do Sul. Ao separar por tipo de serviço, no estado chega-se a um número de 431 abrigos de acolhimento institucional, 233 famílias acolhedoras e 3 programas de acolhimento familiar (Figura 39).

Diante das informações mencionadas, sobre o conceito, tipologias e funcionamento do acolhimento institucional, é possível ver um grande avanço nas políticas de Proteção aos Direitos da Criança e do Adolescente e na estruturação dos serviços de acolhimento.

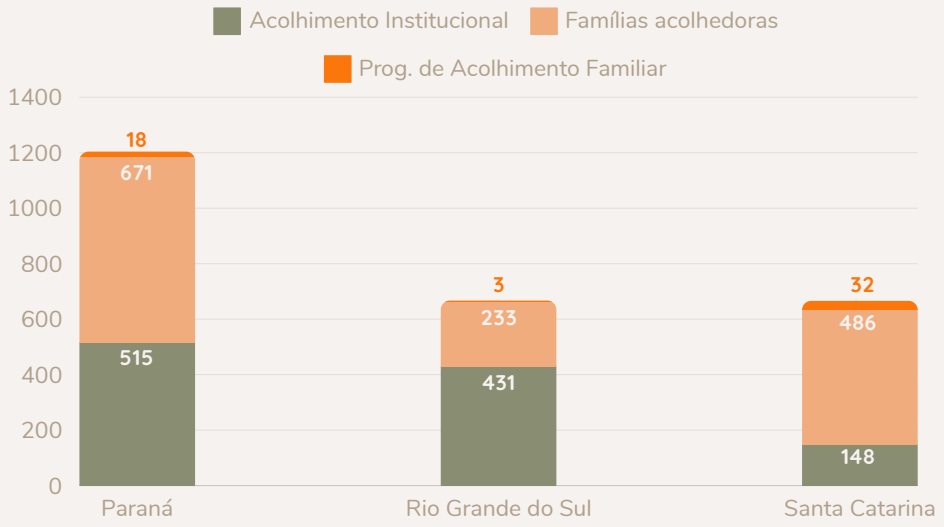


Figura 39: Número de serviços de acolhimento por estado da região sul e por tipo de serviço.
Fonte: Adaptado do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento. Acesso em: 02 jul. 2024.

4.4 PERFIL DOS ACOLHIDOS

Visto que os serviços de acolhimento objetivam acolher crianças e adolescentes em afastamento familiar, é fundamental identificar como essa população se caracteriza.

Para que possamos compreender qual é o perfil das crianças e dos adolescentes que se encontram atualmente em acolhimento, o SNA, além de expor dados que indicam o número de crianças e adolescentes em processo de adoção e acolhimento e dados referentes aos serviços de acolhimentos utilizados, em tempo real, também disponibiliza informações relevantes que mostram como essa parcela da população se constitui em relação a gênero, faixa etária, etnia, deficiências, grupos de irmãos, tempo de acolhimento e entre outros fatores.

POPULAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES (0 À 19 ANOS)

NO BRASIL - 54,5 MILHÕES DE CRIANÇAS/ADOLESCENTES



Figura 40: Percentual de crianças e adolescentes no Brasil.
Fonte: Da autora, 2024. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022.

NO RIO GRANDE DO SUL - 2,5 MILHÕES DE CRIANÇAS/ADOLESCENTES

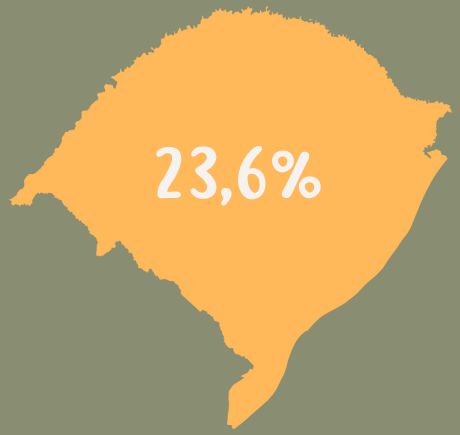


Figura 41: Percentual de crianças e adolescentes no Rio Grande do Sul
Fonte: Da autora, 2024. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022.

EM SANTA ROSA - 18.252 CRIANÇAS/ADOLESCENTES

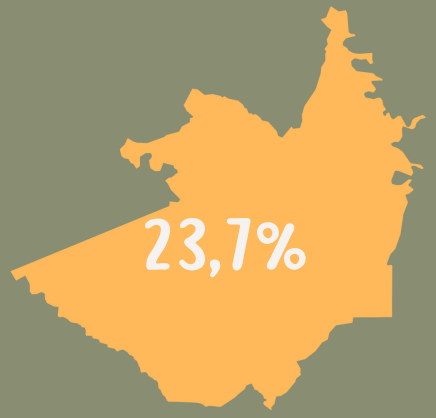


Figura 42: Percentual de crianças e adolescentes em Santa Rosa
Fonte: Da autora, 2024. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022.

Contemplando o estado do Rio Grande do Sul, no que se refere ao gênero, há uma pequena diferença entre o número de meninos (47,8%) e meninas (52,2%) acolhidos. Já em relação a faixa etária, os adolescentes maiores de 16 anos equivalem ao grupo mais presente nos abrigos (17,9%), enquanto o grupo etário formado por crianças de 2 a 4 anos, é o menos presente (7,6%).

Quando olhamos para a etnia desses sujeitos, percebe-se que o maior percentual configura como não informado (56,8%), pertencendo o segundo lugar às crianças e adolescentes brancos (27,6%).

Grande parte dos acolhidos são filhos únicos, que não apresentam irmãos (49,6%), aos mesmo tempo que aqueles que apresentam mais de 3 irmãos manifestam o menor percentual (6,6%). Além do detalhe de não possuírem irmãos, outro percentual que representa uma grande parcela dos acolhidos é o de deficiência intelectual, dado que, 93,5% se caracteriza como sem deficiência.

Por último, mas também muito importante, é o tempo de acolhimento. Este, de acordo com o Art, 19 do ECA, deve ser de no máximo 18 meses, tendo seu prolongamento efetuado somente quando comprovada e fundamentada a sua necessidade por meio da autoridade judiciária. Segundo os dados do SNA, referente ao Rio Grande do Sul, 14,9% dos acolhidos estão em programas de acolhimento a mais de dois anos, mostrando certa discordância entre legislação e realidade.

Figura 43: Percentual dos acolhidos, no Rio Grande do Sul, por gênero

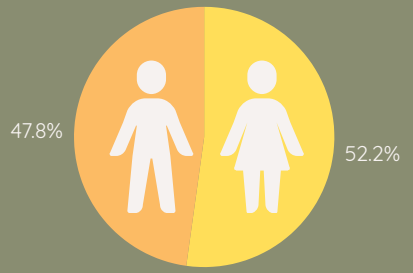


Figura 44: Percentual dos acolhidos, no Rio Grande do Sul, por faixa etária

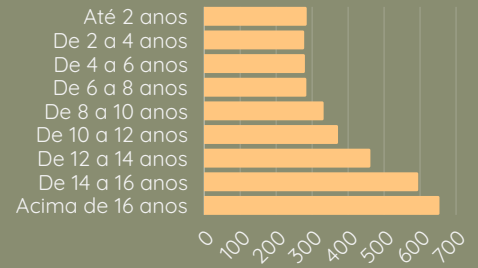


Figura 45: Percentual dos acolhidos, no Rio Grande do Sul, por etnia

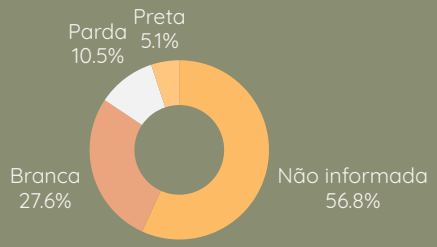


Figura 46: Percentual dos acolhidos, no Rio Grande do Sul, por grupo de irmãos

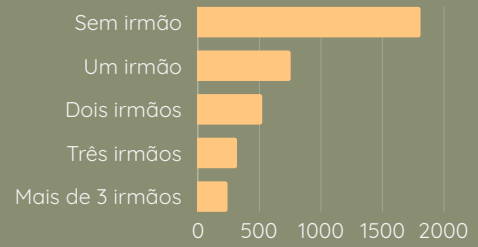


Figura 47: Percentual dos acolhidos, no Rio Grande do Sul, por deficiência

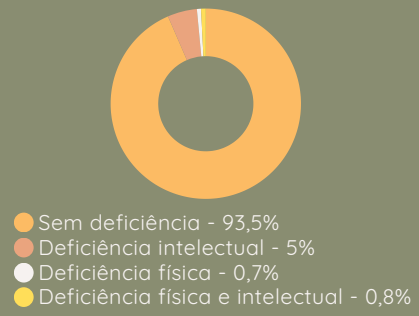
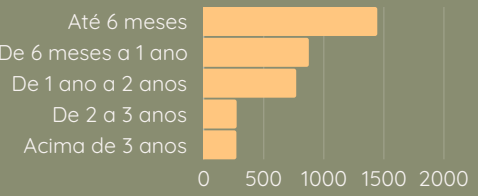


Figura 48: Percentual dos acolhidos, no Rio Grande do Sul, por tempo de acolhimento



Fonte das figuras: Adaptado do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento. Acesso em: 02 jul. 2024

05

CONTEXTO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

5.1 Município de Santa Rosa
5.2 Entorno imediato
5.3 Sítio



5.1 MUNICÍPIO DE SANTA ROSA

O município de Santa Rosa está situado na região Fronteira Noroeste (Figura 49), distante cerca de 490km da capital do estado, Porto Alegre, e tem entre os municípios limítrofes Cândido Godói, Giruá, Santo Cristo, Senador Salgado Filho, Três de Maio, Tucunduva, Tuparendi e Ubiretama.

De acordo com o Conselho Regional de Desenvolvimento - COREDE (2015), Santa Rosa é um dos 20 municípios que compõem a região (Figura 50), cujo nome se dá em virtude da sua localização na fronteira entre Brasil e Argentina. Nesta, Santa Rosa ocupa a função de principal centro urbano, sendo também um Centro Sub-Regional.

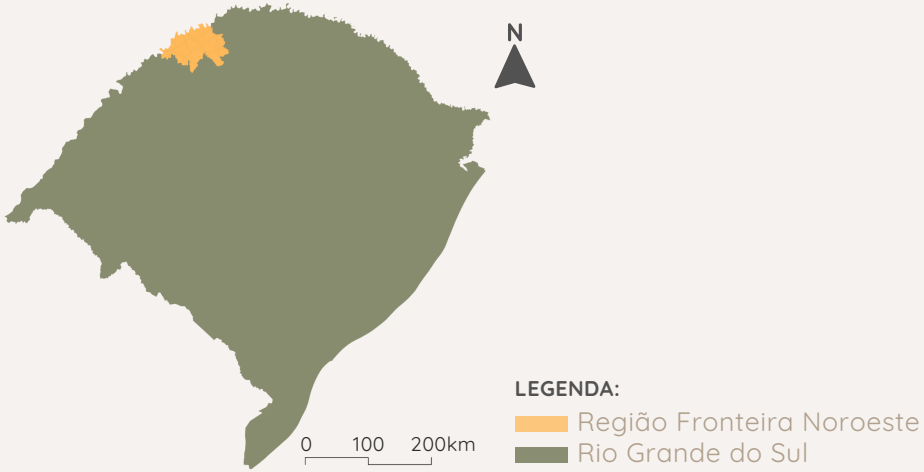


Figura 49: Mapa de situação da região Fronteira Noroeste no Rio Grande do Sul.
Fonte: Da autora, 2024.

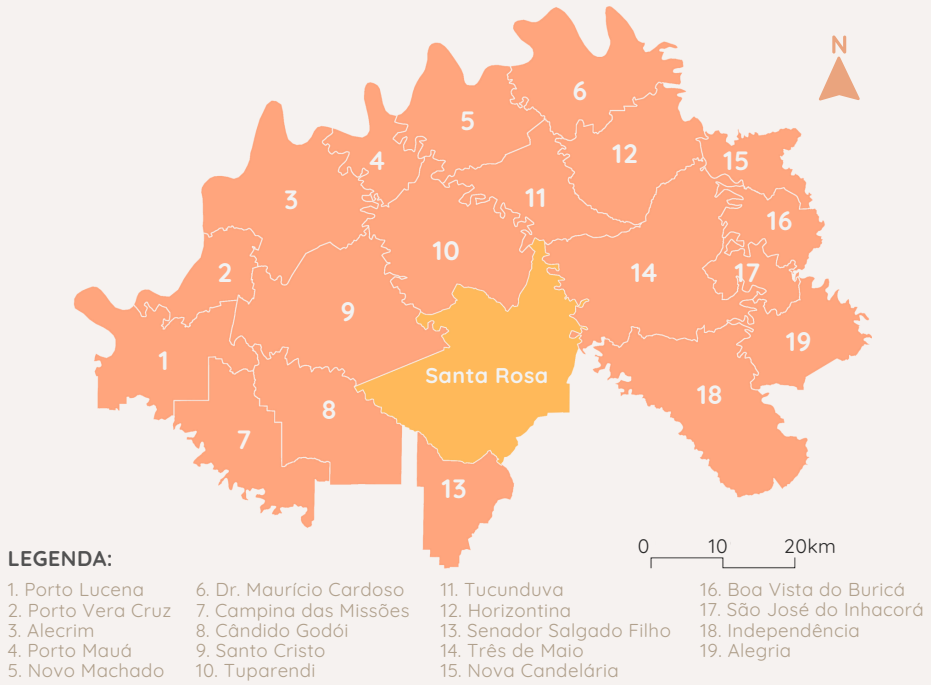


Figura 50: Mapa da região Fronteira Noroeste.
Fonte: Da autora, 2024. Adaptado .do COREDE, 20115

Dados gerais da região Fronteira Noroeste	
População total (2021):	220.270 habitantes
Área (2022)	4.693,4 km²
Densidade demográfica (2021):	46,9 hab/km²
Taxa de analfabetismo > 15 anos (2010):	4,47 %
Expectativa de Vida ao Nascer (2000):	73,87 anos
Exportações Totais (2014):	US$ FOB 264.501.797
PIB per capita (2012):	R$24.560

Tabela 3: Dados gerais da região Fronteira Noroeste.
Fonte: Da autora, 2024. Adaptado da Fundação de Economia e Estatística, 2022

Segundo dados do IBGE, em 2022, o município contava com uma população de 76.963 pessoas e uma densidade demográfica de 157,27 hab/km². Neste contexto, a tabela 4 apresenta informações pertinentes que caracterizam o município.

Dados gerais de Santa Rosa - RS	
População total (2022):	76.963 habitantes
Área (2022):	489,380 km²
Área urbanizada (2019):	26,79 km²
Densidade demográfica (2022):	157,27 hab/km²
Escolarização de 6 a 14 anos (2010):	98,6 %
PIB (2021):	R$50.513,48
IDHM (2010):	0,769

Tabela 4: Dados gerais de Santa Rosa - RS
Fonte: Da autora, 2024. Adaptado do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022

Sua história teve inicio em 1626, com a chegada dos Jesuítas e espanhóis, que por meio do seu sistema de reduções visavam catequizar os povos indígenas do grupo Tapes, habitantes das terras até então (Santa Rosa, 2024).

Inicialmente Santa Rosa foi parte dos Sete Povos da Missões e posteriormente pertenceu, sucessivamente, a Porto Alegre, Rio Pardo e Santo Ângelo (Santa Rosa, 2024). Contudo, foi apenas em 1915 que a Colônia de Santa Rosa foi oficialmente inaugurada.

Com esta crescendo e se desenvolvendo rapidamente, no ano de 1927, começou-se a pensar em emancipação, a qual se fortificou até 1929. Em 1º de julho de 1931, o que era tão desejado se concretizou por meio da assinatura do decreto de emancipação do município de Santa Rosa. Em seguida, no dia 10 de agosto do mesmo ano, ocorreu a solenidade de instalação do município de Santa Rosa e a posse do primeiro prefeito, Arthur Ambros (Santa Rosa, 2024).

Outro acontecimento impactante para o município foi a inauguração da estrada de ferro que ligava Santa Rosa a Santo Ângelo, em 1940, proporcionando aumento populacional e crescimento econômico. Em conclusão, sua formação étnica é constituída por caboclos, negros, alemães, italianos e poloneses (Santa Rosa, 2024)



Figura 51: Antiga Prefeitura Municipal de Santa Rosa e Praça da Bandeira, em 1972
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2015

Adentrando na atualidade, buscando compreender como o município se caracteriza no presente, é importante considerar pelo menos três aspectos: econômico, populacional e físico-ambiental.

Na economia, destaca-se a agropecuária, com o manejo de rebanho bovino, detendo a maior bacia leiteira do estado, a agricultura com o cultivo da soja, que corresponde a 30% da produção gaúcha e dá ao município o titulo de “Berço Nacional da Soja”, o pólo metalmecânico, através da fabricação de peças e maquinários agrícolas, a indústria com foco na transformação da soja em farelo ou óleo e na produção de erva-mate, e a construção civil, reconhecida pela participação em obras públicas e privadas fazendo uso de técnicas construtivas inovadoras (Santa Rosa, 2024). Ainda, recentemente, o município vem se desenvolvendo e se destacando na área moveleira.



Figura 52: Características da agricultura em Santa Rosa no ano de 2018.
Fonte: Da autora, 2024. Adaptado de SEBRAE, 2020.

Em relação a população é relevante mencionar que, conforme dados de 2022, dentre os seus 76.963 habitantes, 51,3% são mulheres e 48,7% são homens, cuja a faixa etária predominante corresponde a entre 30 e 34 anos. Também sobre a faixa etária, por ser relevante ao tema, vale mencionar que o grupo de crianças representa uma parcela de cerca de 12,4% dos santa-rosenses, enquanto os adolescentes equivalem a 11,3% (IBGE, 2022).

Quanto a escolaridade dos habitantes, pode se afirmar através de informações de 2010, que 45% da população de 10 anos ou mais não apresentam instrução ou possuem apenas fundamental incompleto. Já os demais 55%, possuem pelo menos o fundamental completo (SEBRAE, 2020).

A respeito do local de moradia, de acordo com dados de 2019, cerca de 87,8% residem em área urbana e 12,2% estão na área rural (SEBRAE, 2020).

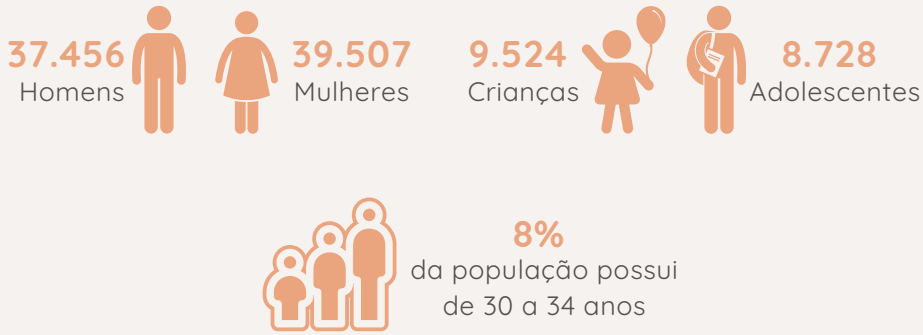


Figura 53: Características populacionais de Santa Rosa.
Fonte: Da autora, 2024. Adaptado de SEBRAE, 2020; IBGE, 2022. .

Ao enfocar nas características físico-ambientais, levando em consideração a classificação climática de Köppen, Santa Rosa possui o clima Subtropical (Cfa) e apresenta uma temperatura média anual de 20°C (Atlas Climático do Rio Grande do Sul, 2011). Não obstante, nos últimos anos, tem-se registrado no inverno temperaturas negativas, enquanto no verão podem ultrapassar os 40°C.

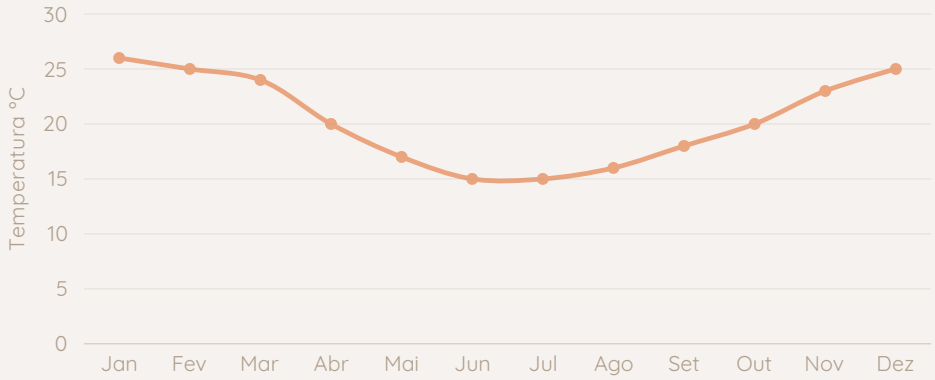


Figura 54: Comportamento da temperatura média do ar no decorrer do ano.
Fonte: Da autora, 2024. Dados do Atlas Climático do Rio Grande do Sul, 2011

Nesse contexto, é pertinente compreender em que temperaturas um corpo residente do município se sentirá satisfeito com o ambiente térmico que a envolve, ou seja, em que estará na zona de conforto térmico. Em relação a isso, Projeteee (Projetando Edificações Energeticamente Eficientes) (2024) afirma que as temperaturas de conforto podem variar de acordo com a estação e temperatura. Isso é evidenciado através da figura 55, a qual exibe a zona de conforto* ao decorrer do ano e a média das temperaturas mínimas e máximas, nos possibilitando perceber quais períodos do ano os santa-rosenses estão em zona de satisfação térmica e em quais períodos podem sentir maior desconforto.

*Para a demarcação da área de zona de conforto utilizou-se informações da cidade de Santo Augusto por esta ser a mais próxima de Santa Rosa que possui esses dados compilados e características climatológicas muito semelhantes.

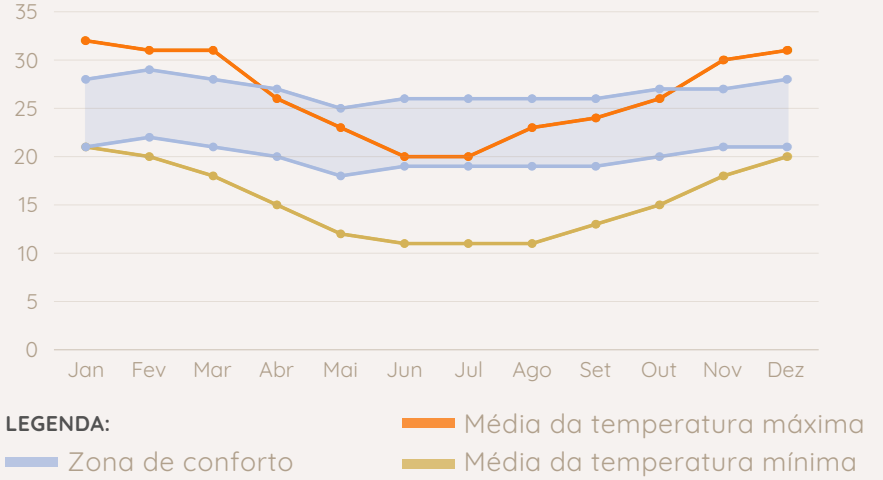


Figura 55: Médias de temperaturas máximas e mínimas e zona de conforto.
Fonte: Da autora, 2024. Dados do Atlas Climático do Rio Grande do Sul, 2011; PROJETEE, 2024.

Assim sendo, é possível identificar quais estratégias bioclimáticas (Figura 56) poderão ser adotadas para melhor atender essa questão. São elas: 1. a inércia térmica, que visa gerar uma diminuição na amplitude térmica interna da edificação, a medida que, as paredes servem de amortecedor. Portanto, ocorre absorção do calor no verão

e o armazenamento de calor no inverno; 2. o aquecimento solar passivo, que se trata da utilização da radiação solar direta para aquecer o interior da edificação, e; 3. a ventilação natural, que contribui para a troca de ar nos ambientes através da ventilação cruzada e/ou efeito chaminé (PROJETEE, 2024)



Figura 56: Estratégias bioclimáticas recomendadas.
Fonte: PROJETEE, 2024

Sobre a precipitação pluviométrica, o Atlas Climático do Rio Grande do Sul (2011) evidencia que o município possui uma média anual de 1800mm, mantendo uma umidade relativa do ar média de 76% no ano.

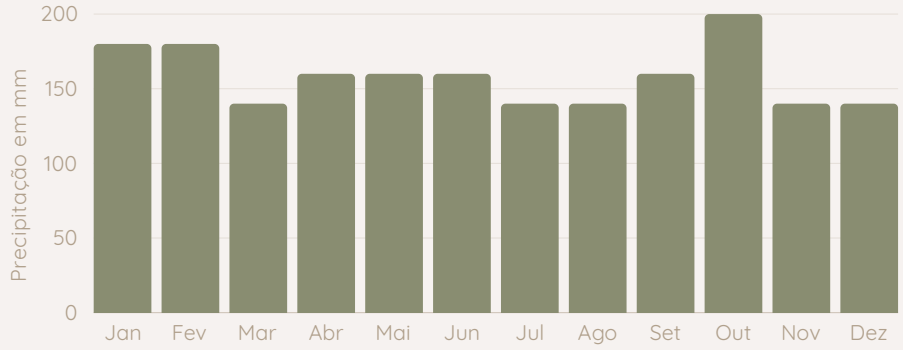


Figura 57: Precipitação pluviométrica média ao decorrer do ano.
Fonte: Da autora, 2024. Dados do Atlas Climático do Rio Grande do Sul, 2011

No que tange aos ventos predominantes, Brand (2014) menciona que os ventos nas direções leste e sudeste apresentam maior frequência ao longo do ano. Conforme é possível observar na figura 58, também pode haver uma presença levemente maior da direção nordeste em relação as demais.

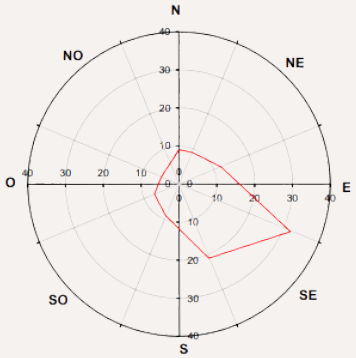


Figura 58: Frequência média anual da direção do vento em Santa Rosa.
Fonte: BRAND, 2014.

Frequência média da direção do vento no decorrer do ano

Direção	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média
N	29%	10%	8%	11%	10%	9%	8%	7%	5%	8%	11%	9%	**9%**
NE	22%	10%	11%	10%	14%	15%	12%	14%	10%	11%	12%	11%	**12%**
L	8%	30%	31%	30%	36%	33%	34%	33%	38%	29%	28%	26%	**32%**
SE	6%	20%	22%	21%	17%	17%	23%	22%	23%	22%	22%	21%	**21%**
S	7%	8%	10%	9%	6%	8%	9%	10%	9%	11%	9%	9%	**9%**
SO	9%	7%	7%	7%	6%	8%	8%	7%	7%	10%	7%	7%	**7%**
O	8%	7%	5%	6%	5%	6%	3%	4%	4%	5%	6%	7%	**5%**
NO	10%	9%	6%	7%	5%	4%	4%	3%	3%	4%	6%	8%	**6%**

Tabela 5: Frequência média da direção do vento no decorrer do ano em Santa Rosa.
Fonte: Da autora, 2024. Adaptado de BRAND, 2014.

5.2 ENTORNO IMEDIATO

O sítio em estudo está localizado no Bairro Cruzeiro (Figura 59), na região leste do município, a cerca de 3,2km do centro. A escolha por esta área se justifica, dada a distância desta em relação as regiões já abrangidas pelos abrigos existentes na cidade, bem como, a grande disponibilidade de transporte público e pela disposição de ampla infraestrutura de equipamentos públicos do entorno, que contribuem com o uso proposto pela temática deste trabalho como escolas, unidades básicas de saúde, praças, unidades de atendimento do sistema único de assistência social e entre outros.

Assim, o bairro Cruzeiro, possui seu próprio centro comercial e de serviços com abrangência local, demarcado pela principal avenida, Av. Flores da Cunha, sendo seu uso, no entanto, predominantemente residencial unifamiliar.

Também é pertinente apontar que este apresenta coleta seletiva, porém, em sua maior parte não é provido de serviço de coleta e tratamento de esgoto. Já a arborização é significativa, principalmente em áreas residenciais.

Por fim, é o maior bairro de Santa Rosa, no qual integra pelo menos 12 vilas: Vila Jardim, Vila Kontarski, Vila Progresso, Vila Pereira, Morada do Sol (Cohab), Vila Speroni, Vila Júlio de Oliveira, Vila Bomba, Loteamento Cruzeiro do Sul, Vila Ibanês, Vila Nossa Senhora Aparecida e Vila Esplanada (onde situa-se o lote proposto).

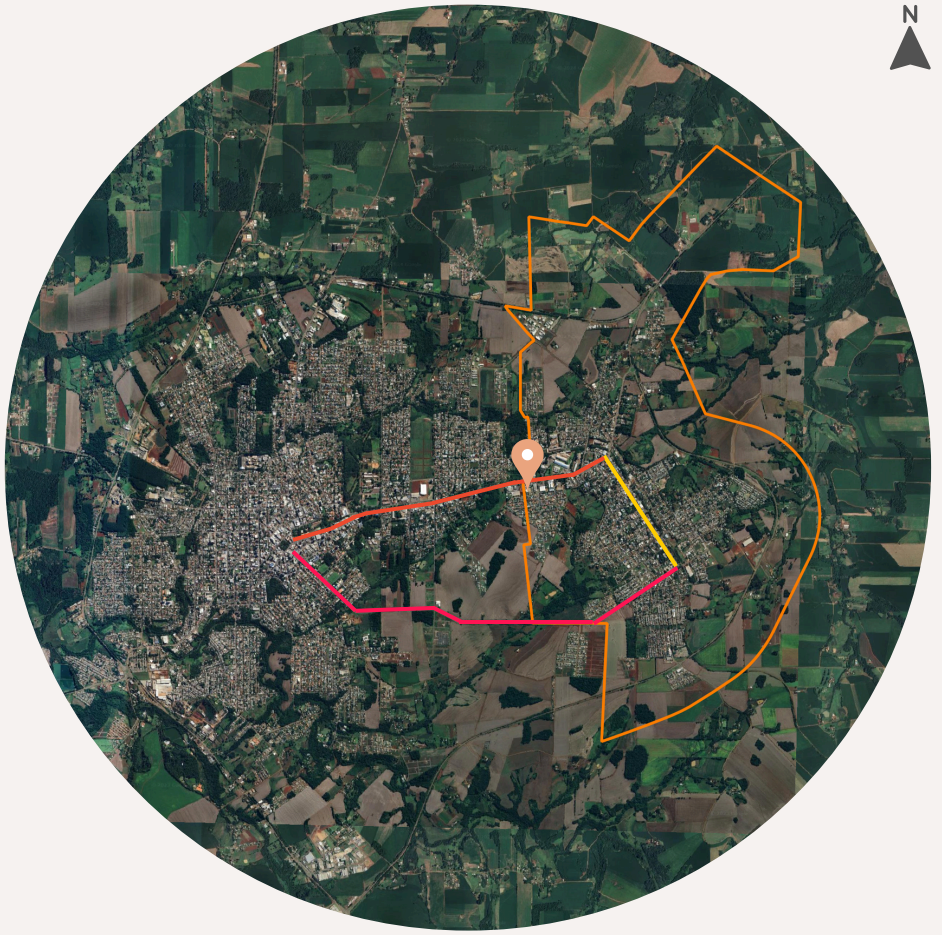


Figura 59: Localização do bairro Cruzeiro.
Fonte: Da autora, 2024. Adaptado do Google Earth, 2024.

EVOLUÇÃO URBANA



2004

Neste ano, a área mais próxima ao lote ainda não estava consolidada, apresentando vazios urbanos, pois encontrava-se em período de construção e ocupação por edificações residenciais. Também é possível observar que os edifícios de grande porte que há no entorno já se faziam presentes.

Já em 2014, boa parte das áreas antes vazias, encontravam-se ocupadas por edificações residenciais, evidenciando ainda mais o desenho regular das quadras dessa região. Além disso, percebe-se no entorno a presença de novos conjuntos habitacionais de quatro pavimentos.

2014





2024

No presente, a área já está bem consolidada, com uso predominantemente residencial, com exceção das edificações voltadas à Av. Expedicionário Weber que se caracterizam como comércio e serviços. Ainda, nota-se a presença de uma construção de grande porte nas proximidades do lote.

LEGENDA:

Av. Expedicionário Weber

Localização do lote em estudo

Figuras 60, 61 e 62: Imagem aérea do entorno imediato (raio de 500m) conforme o ano.
Fonte: Google Earth, 2024.

USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Através do mapa abaixo verifica-se que o maior número de edificações próximas ao sítio são de caráter residencial, enquanto os demais usos, serviços, comercio e institucional, se fazem presentes apenas nas margens da Av. Expedicionário Weber. Na porção norte identifica-se também inúmeros terrenos vazios, sem uso determinado.

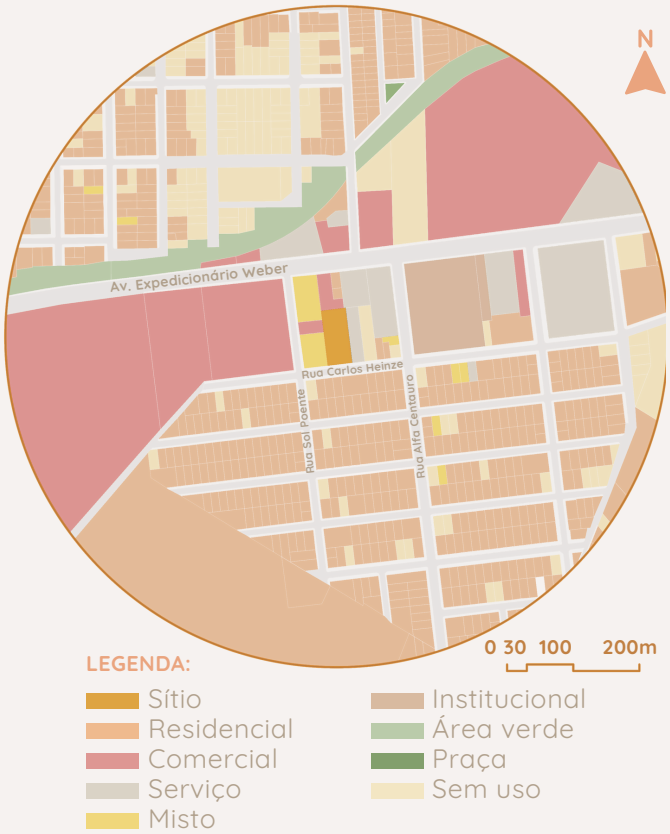


Figura 63: Mapa de uso e ocupação do solo do entorno imediato (Raio: 500m).
Fonte: Da autora, 2024.

GABARITO DE ALTURAS

A área analisada não apresenta um skyline muito alto ou com diversidade de alturas, pois não dispõe de grandes edifícios, já que, há apenas dois conjuntos habitacionais de quatro pavimentos e uma edificação, também residencial, com três pavimentos. Assim, predomina-se edificações de apenas um e dois andares.

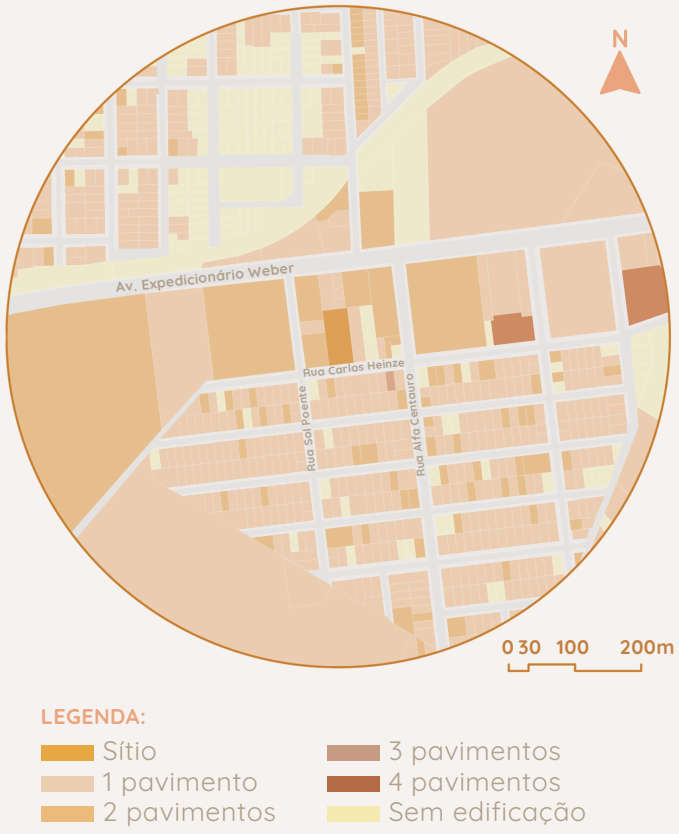


Figura 64: Mapa de gabarito de altura do entorno imediato (Raio: 500m).
Fonte: Da autora, 2024.

HIERARQUIA VIÁRIA

O lote em estudo encontra-se próximo a uma das principais vias estruturais do município, a Av. Expedicionário Weber. Também, aproxima-se de uma atual via local que, de acordo com o Plano Diretor de Santa Rosa (2017) tem-se a intenção de torna-la uma via arterial, ligando a Av. Expedicionário Weber a outra avenida de grande importância, a Av. América.

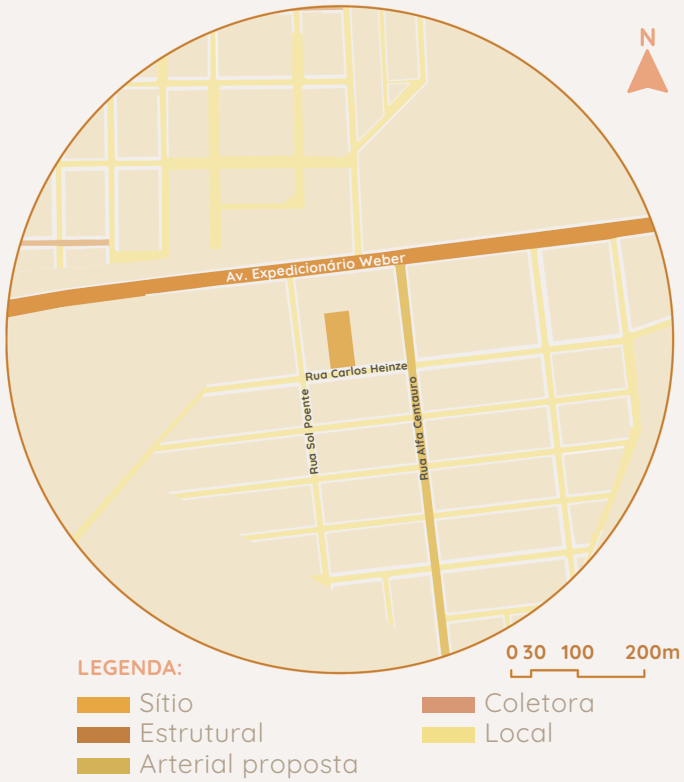


Figura 65: Mapa de hierarquia viária do entorno imediato (Raio: 500m)
Fonte: Da autora, 2024.

Quanto a rua Carlos Heinze (Figura 66), onde situa-se o lote em estudo, se caracteriza como via local e possui um leito carroçável de 9 metros e passeios com 4,75 metros de largura. É uma via de mão dupla e apresenta estacionamento dos dois lados. Em sua extensão a leste, faz ligação com a Av. Flores da Cunha, a qual abrange o centro comercial e de serviços do bairro.



Figura 66: Perfil da rua Carlos Heinze
Fonte: Da autora, 2024.

5.3 SÍTIO

O sítio em questão, está localizado na rua Carlos Heinze, na Vila Esplanada, em área limiar do bairro Cruzeiro. De acordo com informações obtidas pelo geoprocessamento do município (GEOMAIS, 2024), conta com uma área de 3.149m² e possui formato regular com uma testada de 37,60 metros e profundidade de 83,75 metros.

Conforme se observa na figura 67, é um lote de meio de quadra, tendo apenas uma testada para a via pública, contribuindo de forma positiva para a finalidade deste trabalho. A sua quadra conta com apenas três residências, visto que, as demais edificações são de caráter comercial ou de serviços.

Não contém a presença de qualquer tipo de edificação existente no lote, todavia, há cerca de oito espécies arbóreas de pequeno porte em seu perímetro, o que acredita-se não gerar grande interferência na proposta do projeto, já que, estão nas bordas do lote.

Atualmente encontra-se sem acesso, fechado com cerca, possui passeio público pavimentado, com piso tátil direcional, e está do lado da via em que não há postes de energia elétrica e iluminação.

O terreno fica a 35,48 metros da esquina e faz divisa a oeste com uma residência, a norte com um edifício comercial e a leste, com um escritório de arquitetura que se caracteriza como serviços.



Figura 67: Planta baixa do lote.
Fonte: Da autora, 2024.

Em conformidade com a base topográfica da Prefeitura Municipal e observações feitas no local, pode-se afirmar que sua topografia é suave, de forma que, apresenta desnível de 0,63 metros transversalmente (Figura 68) e 2,03 metros de desnível longitudinalmente (Figura 69).

Em relação a orientação solar, a figura 70 apresenta o percurso solar da área no verão e no inverno. Através dele nota-se que a testada do lote está voltada para sul, o que resultará em uma fachada frontal sombreada. Contudo, oferece maior viabilidade para que os espaços de moradia como sala de estar, dormitórios e espaços abertos de convivência fiquem voltados para norte e leste.

Ainda, com o diagrama ao lado é possível identificar os ventos em suas direções predominantes do ano, leste e sudeste, como já abordado anteriormente. Também é possível ter uma breve noção da volumetria das edificações existentes na quadra do lote, bem como, na quadra em frente.

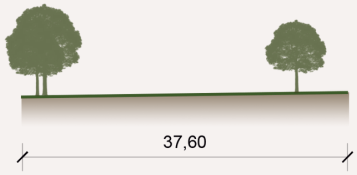


Figura 68: Perfil transversal do terreno (Corte AA).
Fonte: Da autora, 2024.

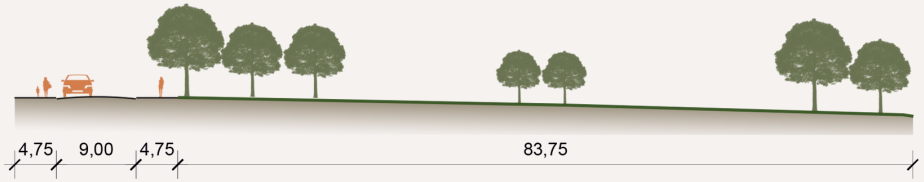


Figura 69: Perfil longitudinal do terreno (Corte BB).
Fonte: Da autora, 2024.

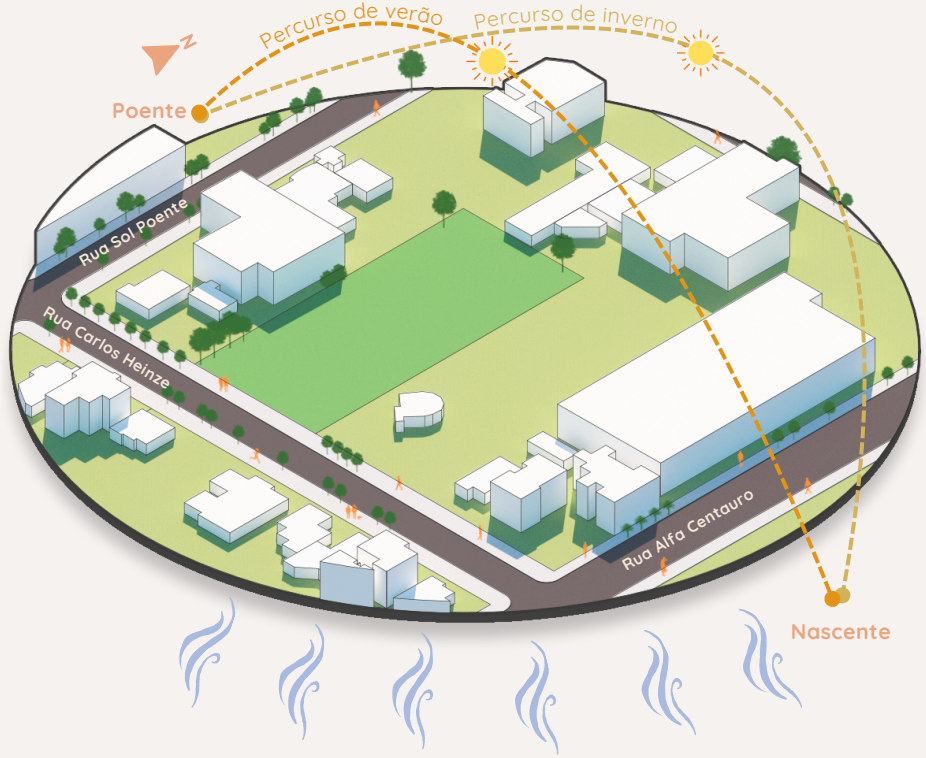


Figura 70: Diagrama da trajetória solar e ventos dominantes.
Fonte: Da autora, 2024.

IMAGENS DO SÍTIO

1



Figura 71: Frente do lote.
Fonte: Da autora, 2024.

2



Figura 72: Visual leste da rua Carlos Heinze.
Fonte: Da autora, 2024.

3



Figura 73: Visual oeste da rua Carlos Heinze.
Fonte: Da autora, 2024.

4



Figura 74: Visual da via e edificações em frente ao lote.
Fonte: Da autora, 2024.

5



Figura 75: Passeio público em frente ao lote.
Fonte: Da autora, 2024.

6



Figura 76: Visual do lote.
Fonte: Da autora, 2024.

7



Figura 77: Visual do lote.
Fonte: Da autora, 2024.

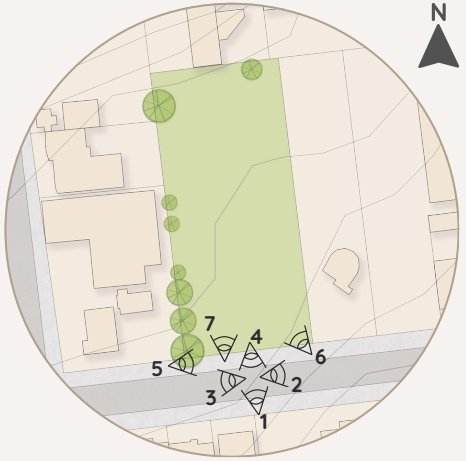


Figura 78: Posição das visuais.
Fonte: Da autora, 2024.

06

CONDICIONANTES LEGAIS E NORMATIVOS

6.1 Legislação municipal
6.2 Normas técnicas
6.3 Legislação específica



6.1 LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

6.1.1 PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA - LEI COMPLEMENTAR Nº 118, DE 28 DE AGOSTO DE 2017

Tem por objetivo estabelecer diretrizes de ordenamento, orientação e controle do desenvolvimento de todo o território municipal. Deste modo, além de definir e delimitar as formas de progresso e crescimento do município por meio do zoneamento com índices e ocupações permitidos e obrigatórios para cada zona, serve de guia tanto para projetos privados quanto para projetos públicos, de forma que, estes estão submetidos aos preceitos desta lei para sua aprovação na Prefeitura Municipal (SANTA ROSA, 2017).

De forma geral, esta lei busca a regulamentação do uso da propriedade em benefício do coletivo, mantendo o bem estar dos cidadãos e o equilíbrio ambiental e urbanístico.

Em conformidade com ela, o sítio em estudo localiza-se na Zona de Ocupação Prioritária I, mais especificamente na área Mista 1 de Ocupação Intensiva. Assim sendo, por ter o intuito de prestar serviço público, a casa de acolhimento classifica-se como Prestação de Serviços 2, uso permitido para a área. Seu impacto ambiental é categorizado como 2, pelo adendo A01 (SANTA ROSA, 2017).

PARÂMETROS URBANÍSTICOS
ZOP 1 - ÁREA MISTA 1 DE OCUPAÇÃO INTENSIVA

Parcelamento do Solo	
Lote mínimo:	250m²
Testada mínima:	10 metros
Índice de aproveitamento:	7
Taxa máxima de ocupação:	80%
Taxa mínima de permeabilidade:	10%

Tabela 6: Parcelamento do solo para ZOP 1 e área mista 1 de ocupação intensiva.

Parcelamento do solo do lote em questão	
Área do lote:	3.073,62m²
Índice de aproveitamento (7):	21.515,34m²
Taxa máxima de ocupação (80%):	2.458,89m²
Taxa mínima de permeabilidade (10%):	307,36m²

Tabela 7: Cálculo do parcelamento do solo para ZOP 1 e área mista 1 de ocupação intensiva.

Afastamentos mínimos	
Frontal:	0 metros
Lateral:	1,50 metros*
Fundos:	3 metros**

* 1.50 metros para paredes com vão de iluminação e ventilação até quatro pavimentos e 1/10 da altura da edificação, a partir do piso do 5º pavimento;
** Fundos, a partir do piso do segundo pavimento, nunca inferior a 1/10 da altura máxima da edificação

Tabela 8: Afastamentos mínimos para ZOP 1 e área mista 1 de ocupação intensiva.

Fonte tabelas 6, 7 e 8: SANTA ROSA, 2017. Adaptado pela autora, 2024

Em 2018 e 2020 passou por revisão e pequenas modificações através das Leis Complementares nº 128 de 26 de outubro de 2018 e Lei 148 de 08 de dezembro de 2020.

6.1.2 CÓDIGO DE OBRAS DE SANTA ROSA - LEI COMPLEMENTAR Nº 58, DE 12 DE ABRIL DE 2010

Institui as regras gerais e específicas a serem acatadas ao projetar, construir, usar e manter uma edificação. Seu principal objetivo é assegurar padrões mínimos de conforto e qualidade nas edificações, seguindo os princípios da habitabilidade, da durabilidade e da segurança. Suas regras devem se aplicar para edificações novas e também para as já existentes.

Assim como o Plano Diretor, o Código de Obras também passou por alterações. Estás ocorreram por meio das seguintes leis complementares: Lei nº 90, de 15 de julho de 2014; Lei n º 144, de 30 de março de 2020; Lei nº 146, de 17 de julho de 2020, e; Lei nº 154, de 19 de abril de 2021.

Para o projeto em estudo serão considerados os seguintes itens:

- Das fundações;
- Do escoamento das águas pluviais e das coberturas;
- Das paredes e dos pisos;
- Da iluminação e da ventilação;
- Dos pés-direitos
- Dos corredores, das escadas e das rampas;
- Dos vãos de passagens e portas;
- Das fachadas e dos corpos em balanço;
- Das áreas de estacionamento de veículos;
- Das instalações (elétricas, hidráulicas e sanitárias);
- Da proteção contra incêndios;
- Das habitações coletivas.



Figura 79: Menino construtor.
Fonte: Canva, 2024.

6.2 NORMAS TÉCNICAS

6.2.1 ABNT NBR 9050/2020 - ACESSIBILIDADE A EDIFICAÇÕES, MOBILIÁRIO, ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS URBANOS

Determina critérios e parâmetros técnicos a serem aplicados ao projetar, construir ou adaptar o meio urbano e rural e também as edificações, buscando condições de acessibilidade com relação a mobilidade e percepção do ambiente. Tem a intenção de garantir que a maior quantidade possível de pessoas consiga fazer uso dos ambientes e seus equipamentos de forma autônoma e com segurança, independentemente de qual seja sua limitação (ABNT NBR 9050, 2020).

Sendo assim, para o projeto da casa de acolhimento, deve-se dedicar atenção aos tópicos abaixo:

- Área de circulação e manobra;
- Alcance manual;
- Parâmetros visuais;
- Informação e sinalização;
- Rampas;
- Degraus e escadas fixas em rotas acessíveis;
- Corrimãos e guarda-corpos;
- Vagas reservadas para veículos;
- Sanitários, banheiros e vestiários;
- Mobiliário;
- Atendimento ao público

6.2.2 ABNT NBR 15575/2013 - EDIFICAÇÕES HABITACIONAIS — DESEMPENHO

Trata das edificações habitacionais, estabelecendo os requisitos e critérios de desempenho que devem ser aplicados, independentemente do sistema construtivo, para melhor atender seus usuários com relação a segurança, sustentabilidade e habitabilidade (ABNT NBR 15575, 2013).

Para a temática proposta, os itens a serem observados são:

- Desempenho estrutural;
- Desempenho térmico;
- Desempenho acústico;
- Desempenho lumínico;

6.2.3 ABNT NBR 9077/2001 - SAÍDAS DE EMERGÊNCIA EM EDIFÍCIOS

Expõe condições exigíveis a serem aplicadas ao projetar e construir as edificações, com a finalidade de permitir que a população possa abandoná-las em caso de incêndio, tendo sua integridade física mantida. Além disso, seus preceitos visam facilitar o acesso dos bombeiros e resgate da população (ABNT NBR 9077, 2001). Para este trabalho será observada em conjunto ao Decreto nº 51.803 e a Resolução Técnica CBMRS nº 11.

6.2.4 DECRETO Nº 51.803, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2016

Regulamenta os requisitos e os procedimentos técnicos indispensáveis à prevenção e proteção contra incêndio das edificações e áreas de risco de incêndio nos municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

Em consonância com isso, apresenta a categorização das edificações e das áreas que possuem risco de incêndio de acordo a ocupação/uso, área construída, altura, carga de incêndio e capacidade de lotação, além de determinar as medidas de segurança a serem instaladas (RIO GRANDE DO SUL, 2013).

A tabela 9 aborda um recorte da tabela da legislação e mostra a classificação que corresponde a finalidade de uma casa de acolhimento. Em virtude do acolhimento institucional atender até 20 crianças/adolescentes, este acaba sendo categorizado como serviço de hospedagem (B-1). Quanto a altura, visando uma edificação térrea, classifica-se como tipo 1.

Classificação das edificações e áreas de risco quanto à ocupação				
Grupo	**Ocupação/uso**	**Divisão**	**Descrição**	**Exemplos**
A	Residencial	A-1	Habitação unifamiliar	Casas térreas ou assobradadas (isoladas e não isoladas) e condomínios horizontais
		A-2	Habitação multifamiliar	Edifícios de apartamento em geral
		A-3	Habitação coletiva	Pensionatos, internatos, alojamentos, mosteiros, conventos, residências geriátricas. Capacidade máxima de 16 leitos
B	Serviço de hospedagem	B-1	Hotel e assemelhado	Hotéis, motéis, pensões, hospedarias, pousadas, albergues, casas de cômodos, divisão A-3 com mais de 16 leitos
		B-2	Hotel residencial	Hotéis e assemelhados com cozinha própria nos apartamentos (incluem-se apart-hotéis, flats, hotéis residenciais)

Tabela 9: Classificação das edificações e áreas de risco quanto à ocupação
Fonte: RIO GRANDE DO SUL, 2013. Adaptado pela autora, 2024

6.2.5 RESOLUÇÃO TÉCNICA CBMRS Nº 11/2016 - SAÍDAS DE EMERGÊNCIA

Em síntese, esta resolução visa atender os requisitos previstos na Lei Complementar nº 14.376, de 26 de dezembro de 2013, mencionada anteriormente, estabelecendo as exigências mínimas a serem atendidas ao dimensionar saídas de emergência, propiciando à população o abandono seguro da edificação de forma protegida, em caso de incêndio ou pânico, e que permita o acesso dos bombeiros para o combate ao fogo ou retirada de pessoas.

Esta resolução permite classificar a edificação e calcular sua população, dados que irão auxiliar na determinação e dimensionamento das saídas de emergências e todos os elementos que envolvem a rota de fuga.

Sendo assim, a tabela 10 representa uma parte da tabela da resolução, expondo os dados essenciais para o dimensionamento das saídas de emergência de acordo a classificação identificada na legislação anterior. Do mesmo modo, a tabela 11 diz respeito a distância máxima a ser percorrida até um local seguro, podendo variar de acordo com a quantidade de saídas de emergências e se há a presença de detectores automáticos de incêndio.

Dados para o dimensionamento das saídas de emergência

Ocupação		População	Capacidade da Unidade de Passagem		
Grupo	Divisão		Acessos/ Descargas	Escadas/ Rampas	Portas
A	A-1 e A-2	Duas pessoas por dormitório	60	45	100
	A-3	Duas pessoas por dormitório e uma pessoa por 4m² de área de alojamento			
B		Uma pessoa por 15m² de área*			

- As cozinhas e suas áreas de apoio, nas ocupações B, F-6, F-8 e F-10, F-11 e F-12 terão sua ocupação admitida como no grupo D, isto é, uma pessoa por 7 m² de área;

Tabela 10: Dados para o dimensionamento das saídas de emergência
Fonte: RIO GRANDE DO SUL, 2016. Adaptado pela autora, 2024

Distâncias máximas a serem percorridas

Grupo e divisão de ocupação	Andar	Sem chuveiros automáticos				Com chuveiros automáticos			
		Saída única		Mais de uma saída		Saída única		Mais de uma saída	
		Sem detecção automática de incêndio	Com detecção automática de incêndio	Sem detecção automática de incêndio	Com detecção automática de incêndio	Sem detecção automática de incêndio	Com detecção automática de incêndio	Sem detecção automática de incêndio	Com detecção automática de incêndio
A e B	De saída da edificação (piso de descarga)	45m	55m	55m	65m	60m	70m	80m	95m
	Demais andares	40m	45m	50m	60m	55m	65m	75m	90m

Tabela 11: Dados para o dimensionamento das saídas de emergência
Fonte: RIO GRANDE DO SUL, 2016. Adaptado pela autora, 2024

6.3 LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

6.3.1 ESTATUTO DA CRAINÇA E DO ADOLESCENTE - LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.

Em suma, este documento reconhece crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e tem sua importância por objetivar a proteção integral desses indivíduos. Tendo isso em vista, ele determina que havendo a violação ou ameaça aos direitos dessa população, serão aplicadas medidas de proteção, dentre as quais está o serviço de acolhimento institucional.

Nesse viés, o estatuto colaborará na realização da proposta deste trabalho por definir as características que o atendimento na modalidade acolhimento institucional deve obter de forma generalizada e por determinar os princípios a serem aplicados por essas instituições, sendo eles: a preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar; integração em família substituta, quando a reintegração na família de origem não for possível; atendimento personalizado; desenvolvimento de atividades em regime de co-educação; não desmembramento de grupos de irmãos, e; participação na vida da comunidade local como parte do processo educativo. Também, contribuirá por dispor sobre as 20 obrigações dos programas de acolhimento institucional, cuja a sétima obrigação diz respeito a oferecer instalações físicas em condições adequadas de higiene, salubridade, segurança e habitabilidade e os objetos necessários à higiene pessoal (BRASIL, 1990).

6.3.2 ORIENTAÇÕES TÉCNICAS PARA SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES - RESOLUÇÃO CONJUNTA CNAS/CONANDA Nº 1/2009, DE 18 DE JUNHO DE 2009

Visa regulamentar, no país, a organização e oferta de Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, no âmbito da política de Assistência Social, reportando-se somente ao acolhimento de crianças e adolescentes que se encontram sob medida protetiva de abrigo, afastados do convívio familiar.

Sendo assim, seus preceitos apresentam os princípios que devem orientar o atendimento nesses serviços de acordo com a modalidade, estabelecendo os parâmetros de funcionamento, esclarecendo a qual público cada uma se destina e sugerindo aspectos físicos mínimos para seu funcionamento e os recursos humanos que minimamente deve possuir para assegurar um atendimento de qualidade para crianças, adolescentes e jovens (CONANDA; CNA, 2009).

Isso posto, as orientações técnicas nortearão a elaboração do programa de necessidades (Tabela 12), e auxiliarão na compreensão do funcionamento em relação a equipe profissional mínima (Tabela 13).

Infraestrutura e espaços mínimos sugeridos	
Cômodos	**Carecterísticas**
Quartos	• Devem acomodar as camas e armários para a guarda dos pertences pessoais de forma individualizada; Até 4 crianças/adolescentes por quarto; Área de 2,25 m² para cada ocupante. Caso o ambiente de estudos seja organizado no próprio quarto, a área deve ser de 3,25 m² para cada ocupante.
Sala de estar ou similar	• Deve acomodar o número de abrigados e os cuidadores/educadores; Área de 1,00 m² para cada ocupante.
Sala de jantar/copa	• Deve acomodar o número de abrigados e os cuidadores/educadores; Pode ser um cômodo independente, ou estar anexado a outro cômodo; Área de 1,00 m² para cada ocupante.
Ambiente para estudo	• Pode ser espaço específico para esta finalidade ou, ainda, ser organizado em outros ambientes.
Banheiro	• Deve haver um banheiro para até 6 (seis) crianças e adolescentes; Um banheiro para os funcionários; Pelo menos um banheiro para pessoas com deficiência.
Cozinha	• Com espaço suficiente para acomodar utensílios e mobiliário para preparar alimentos para o número de abrigados e os cuidadores/educadores.
Área de serviço	• Com espaço suficiente para acomodar utensílios e mobiliário para guardar equipamentos, objetos e produtos de limpeza e propiciar o cuidado com a higiene do abrigo, com a roupa de cama, mesa, banho e pessoal para o número de usuários atendido pelo equipamento.
Área externa	• Espaços que possibilitem o convívio e brincadeiras, evitando a instalação de equipamentos que estejam fora do padrão sócio-econômico da realidade de origem dos usuários.
Sala para equipe técnica	• Espaço e mobiliário suficiente para desenvolver atividades técnicas (elaboração de relatórios, atendimento, reuniões...); Deve estar separada da edificação de moradia;
Sala de coordenação	• Espaço e mobiliário suficiente para desenvolver atividades administrativas (área contábil / financeira, documental, logística, etc.); Deve ter área segura e sigilosa para guarda de prontuários; Deve estar separada da edificação de moradia;
Sala / espaço para reuniões	• Espaço e mobiliário suficiente para desenvolver atividades técnicas (elaboração de relatórios, atendimento, reuniões...); Deve estar separada da edificação de moradia;

Tabela 12: Infraestrutura e espaços mínimos sugeridos para abrigos Institucionais.
Fonte: CONANDA; CNA, 2009. Adaptado pela autora, 2024.

Equipe Profissional Mínima	
Coordenador, equipe técnica, educador/cuidador e auxiliar de educador/cuidador.	
Coordenador	
Quantidade	• Um profissional
Equipe técnica	
Quantidade	• Dois profissionais para atendimento a até 20 crianças e adolescentes
Educador/cuidador	
Quantidade	• 1 profissional para até 10 usuários, por turno; • A quantidade de profissionais deverá ser aumentada quando houver usuários que demandem atenção específica (com deficiência, com necessidades específicas de saúde ou idade inferior a um ano. Para tanto, deverá ser adotada a seguinte relação: a) 1 cuidador para cada 8 usuários, quando houver 1 usuário com demandas específicas; b) 1 cuidador para cada 6 usuários, quando houver 2 ou mais usuários com demandas específicas
Auxiliar de educador/cuidador	
Quantidade	• 1 profissional para até 10 usuários, por turno; • Para preservar seu caráter de proteção e tendo em vista o fato de acolher em um mesmo ambiente crianças e adolescentes com os mais diferentes históricos, faixa etária e gênero, faz-se necessário que o abrigo mantenha uma equipe noturna acordada e atenta à movimentação; • A quantidade de profissionais deverá ser aumentada quando houver usuários que demandem atenção específica, adotando-se a mesma relação do educador/cuidador

Tabela 13: Equipe profissional mínima sugerida para abrigos institucionais.
Fonte: CONANDA; CNA, 2009. Adaptado pela autora, 2024.

07

ESTUDOS DE CASO E VISITAS IN LOCO

7.1 Moradias infantis em Canuanã
7.2 Nosso lar - Casa de Acolhimento para Crianças do Futuro
7.3 Casa Dom Bosco
7.4 Apromes



7.1 MORADAS INFANTIS CANUANÃ

FICHA TÉCNICA

Arquitetos: Rosembaum e Aleph Zero
Cliente: Moradias dos alunos da Fundação Bradesco - Canuanã
Área: 23344 m²
Localização: Formoso do Araguaia/TO, Brasil
Ano: 2017



Figura 80: Situação do Tocantins no Brasil.
Fonte: Da autora, 2024.



Figura 81: Localização de Formoso do Araguaia e da Escola-Fazenda no Tocantins.
Fonte: Da autora, 2024.

CONTEXTO

As moradias infantis estão localizadas no interior do Tocantins, em Formoso do Araguaia, e estão inseridas na Escola-Fazenda de Canuanã (Figura 82), mantida pela Fundação Bradesco a 40 anos. Atua em regime de internato por situar-se em local remoto e de difícil acesso, distante a cerca de 35km de Formoso do Araguaia.

Atende desde a educação infantil até o curso técnico em agricultura e seus alunos, principais usuários do projeto, são filhos de indígenas e caboclos moradores da zona rural do centro-oeste brasileiro.

ENTORNO

O complexo está posicionado em local de clima quente, que abrange os biomas Cerrado, Pantanal e Amazônia. Seu entorno imediato é constituído de áreas verdes, lavouras de plantação e o Rio Javaés (Figura 83).



Figura 83: Entorno imediato.
Fonte: GOOGLE EARTH, 2024.
Adaptado pela autora, 2024.



Figura 82: Perspectiva da moradia infantil de Canuanã.
Fonte: PALMA, 2017.

IMPLATAÇÃO

A respeito da sua implantação, a nova morada se organiza em duas vilas, vila masculina e vila feminina. Anteriormente, localizavam-se no coração da fazenda e atualmente estão posicionadas estrategicamente em pontos que norteiam o crescimento da fazenda e que permitem que os ambientes sejam mais amplos e arejados (ARCHDAILY, 2020).



Figura 84: Situação das moradias.
Fonte: ARCHDAILY, 2020.



Figura 85: Imagem área abrangendo as duas vilas.
Fonte: PALMA, 2017.



Figura 86: Imagem aérea de uma das vilas.
Fonte: PALMA, 2017.

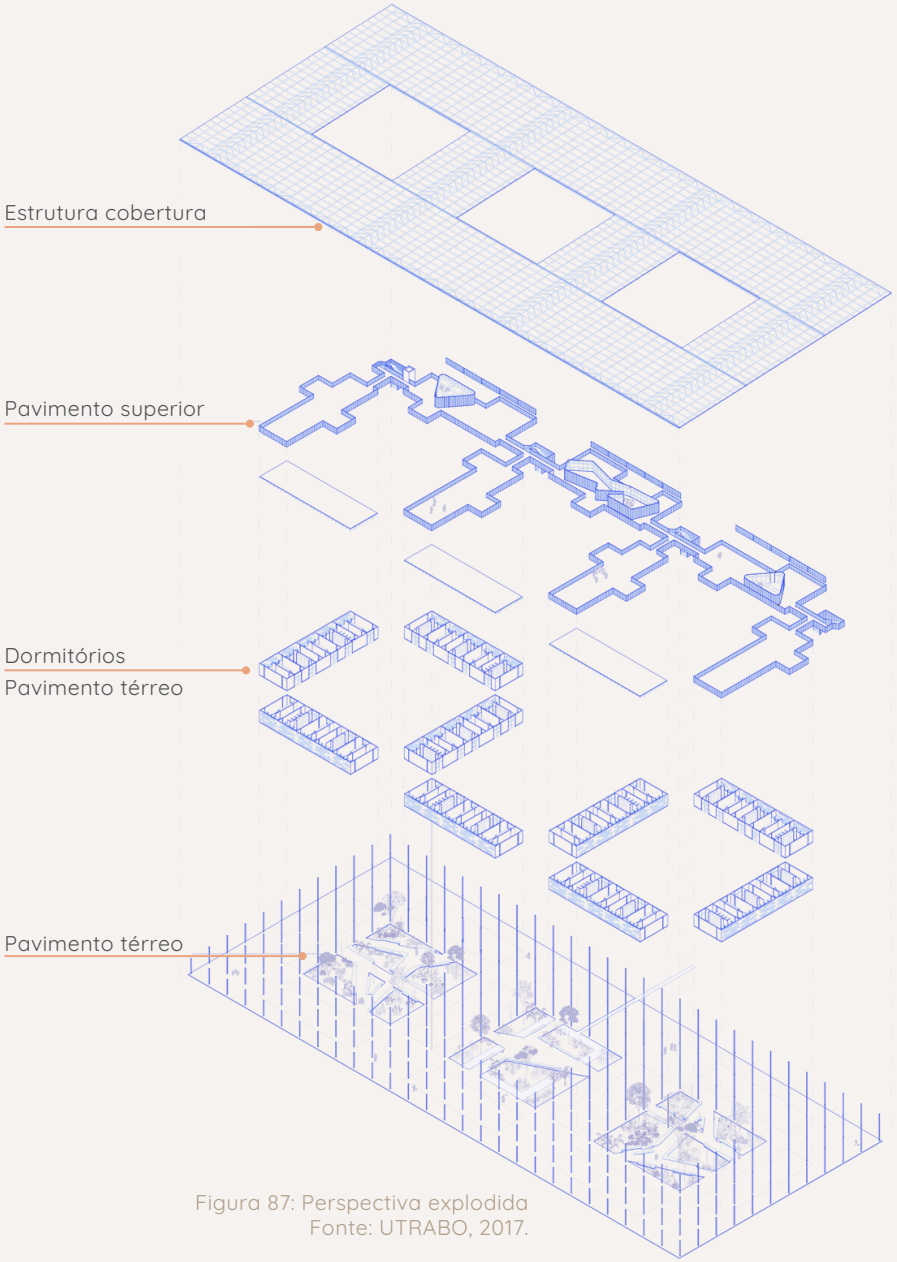
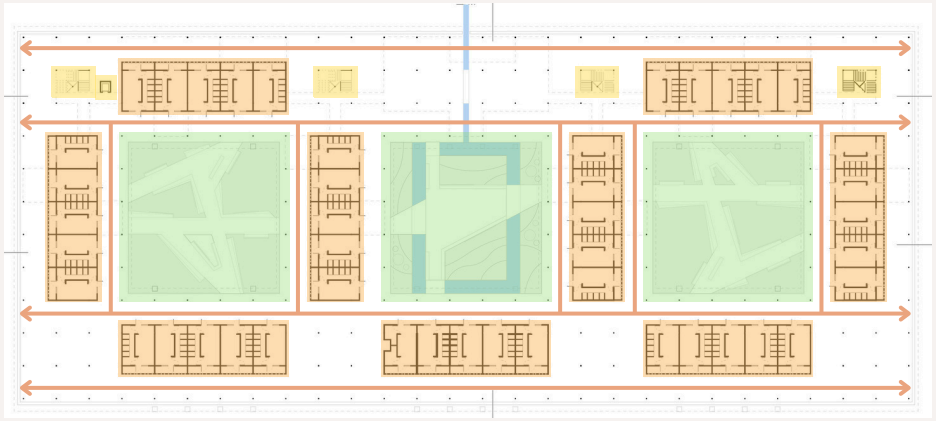


Figura 87: Perspectiva explodida
Fonte: UTRABO, 2017.

INTENÇÕES PROJETUAIS

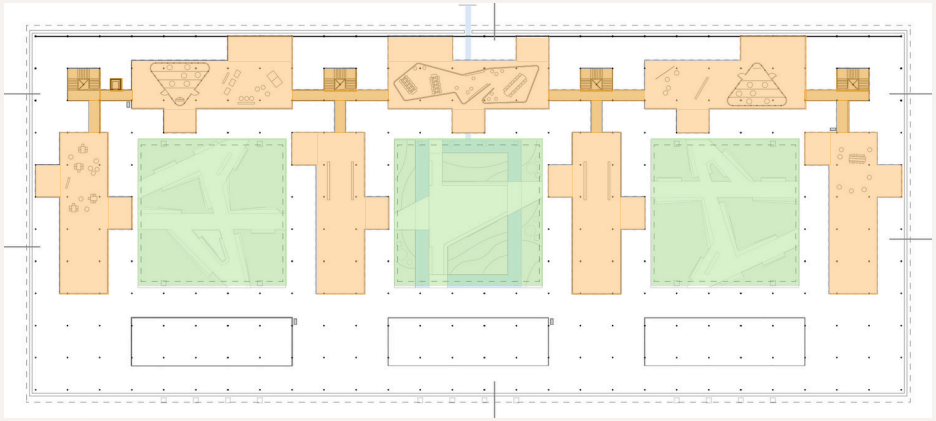
- **Requalificar o alojamento** dos alunos de 11 a 18 anos;
- **Organizar o espaço habitacional** dos estudantes em uma área escolar, de forma que, **agregasse valor ao complexo existente** e gerasse nos alunos a **sensação de pertencimento.**
- Ir além da ideia da escola como local somente de aprendizagem, transformando-a em um **espaço com valor de lar**.
- Realizar dinâmicas com professores, funcionários, comunidade local e especialmente com os usuários, os alunos, para estimular a colaboração de todos os envolvidos na busca pela **união da técnica contemporânea e o conhecimento vernacular local** para entender sobre o problema e as suas possíveis soluções.
- **Melhorar a qualidade de vida das crianças**, sua **individualidade** e, como resultado disso, seu **desempenho escolar**, através da redução o números de alunos por quarto e manter a separação entre meninos e meninas.
- **Aumentar a autoestima** das crianças e **promover responsabilidade ambiental.**



LEGENDA:

- Dormitórios
- Circulação vertical
- Pátios
- Circulação horizontal

Figura 88: Planta baixa do térreo.
Fonte: ARCHDAILY, 2020. Adaptado pela autora, 2024.



LEGENDA:

- Mezaninos
- Circulação
- Pátios

Figura 89: Planta baixa do primeiro pavimento (mezaninos).
Fonte: ARCHDAILY, 2020. Adaptado pela autora, 2024



LEGENDA:

1. Dormitório
2. Lavanderia
3. Mesa de estudo
4. Lavatórios
5. Sanitários
6. Chuveiros

Figura 90: Planta baixa dos dormitórios.
Fonte: ARCHDAILY, 2020. Adaptado pela autora, 2024



Figura 91: Perspectiva da moradia infantil de Canuanã.
Fonte: FINOTTI, 2017..

SOLUÇÕES PROJETUAIS - PAVIMENTO TÉRREO

- **Dormitórios:** São 45 dormitórios, organizados em 9 partes, que acomodam até 6 alunos em cada e estão organizados em três camas beliche, com lavanderia e banheiro, tendo o mobiliário como principal criador de privacidade e coletividade. Foram locados no pavimento térreo, abrindo-se pra varandas e pátios, integrando exterior e interior.
- **Pátios centrais:** Para esses espaços de uso comum e convívio, priorizou-se as áreas sombreadas em virtude do calor intenso e constate da região, recriando um quintal de paisagem local e integrando exterior e interior.
- **Espelho d'água:** O pátio central dispõe de um espelho d'água abastecido através da coleta da água da cobertura e que devolve o excesso para o rio Javaé, dialogando diretamente com a natureza.
- **Circulações:** estão presentes horizontalmente, se misturando às varandas, e verticalmente através de quatro blocos de escadas alinhados na face leste da edificação. Para possibilitar o acesso de todos os usuários igualmente ao pavimento superior, cada morada conta também com um elevador.



Figura 92: Dormitório.
Fonte: FINOTTI, 2017.



Figura 93: Dormitório.
Fonte: FINOTTI, 2017.



Figura 94: Pátio central.
Fonte: FINOTTI, 2017.



Figura 95: Circulação vertical.
Fonte: FINOTTI, 2017.

SOLUÇÕES PROJETUAIS - PRIMEIRO PAVIMENTO

No pavimento superior a circulação se dá por largas passarelas, interligando os mezaninos com ambientes protegidos apenas por leves ripados de madeira, os quais são destinados ao convívio como sala de TV, espaço para leitura, varandas, pátios, redários, espaço de jogos e entre outros, que criam um programa de casa, porém, se distanciando da referência de alojamento. Todos foram pensados juntamente com os alunos, objetivando o fortalecimento da sua relação com a escola.



Figura 96: Área de descanso.
Fonte: FINOTTI, 2017.



Figura 97: Visual do mezanino para um dos pátios centrais.
Fonte: FINOTTI, 2017.



Figura 98: Espaço para jogos.
Fonte: FINOTTI, 2017.



Figura 99: Espaço multiuso.
Fonte: FINOTTI, 2017.



Figura 100: Ambiente de estudos
Fonte: FINOTTI, 2017.



Figura 101: Sala de TV.
Fonte: FINOTTI, 2017.

SOLUÇÕES PROJETUAIS - COBERTURA

O projeto é composto por uma leve cobertura que repousa sobre todo o conjunto, proporcionando sombra e unidade, com inclinação única, que unida às varandas vai além da proteção contra insolação e vento, criam um espaço integrador entre interior e exterior, demarcam o vasto horizonte e enquadram a paisagem.



Figura 102: Vista aérea.
Fonte: PALMA, 2017.



Figura 103: Perspectiva externa mostrando a estrutura da cobertura.
Fonte: PALMA, 2017.



Figura 104: Perspectiva externa da edificação.
Fonte: FINOTTI, 2017.



Figura 105: Varandas e mezanino protegidos pela cobertura.
Fonte: PALMA, 2017.



Figura 106: Perspectiva da moradia infantil de Canuanã.
Fonte: FINOTTI, 2017..

MATERIALIDADE

Por se tratar de um contexto desafiador, entre terras indígenas, em local de difícil acesso, o projeto se baseou sobretudo no encontro entre arquitetura vernacular e as altas tecnologias industriais

- Desejando assegurar o conforto térmico aos dormitórios, sem uso de ar condicionado, as paredes foram concebidas em **alvenarias de solo cimento moldadas in loco**. Além delas, aberturas foram geradas pelo posicionamento de **intertravamento dos tijolos**.

- Possuindo dimensões específicas, os tijolos foram produzidos com a **terra da própria fazenda**, gerando custos menores com transporte e possibilitando um sistema de **pré-fabricação de elementos naturais**.

- Com o **piso de cimento**, tem o objetivo de manter o espaço interno mais fresco, protegendo do calor que vem de fora.



Figura 107: Perspectiva da moradia infantil de Canuanã.
Fonte: FINOTTI, 2017.

ESTRUTURA

- Todas as peças estruturais foram feitas de madeira laminada colada de eucalipto, pela Ita Construtora, por ser um material abundante no país e permitir uma estrutura leve e esbelta.
- A cobertura metálica é suportada por uma estrutura de MLC disposta num grid constante de 5,90m por 5,90m interrompido somente nos três pátios de semelhante dimensão.
- Os pilares de madeira são elevados por elementos metálicos.



Figura 108: Estruturas em MLC.
Fonte: FINOTTI, 2017.



Figura 109: Pilar em madeira elevado.
Fonte: FINOTTI, 2017.



Figura 110: Estrutura das escadas e mezaninos em MLC.
Fonte: PALMA, 2017.



Figura 111: Estrutura em MLC e alvenaria .de tijolo de solo cimento
Fonte: PALMA, 2017.



Figura 112: Estrutura dos mezaninos e da cobertura em MLC
Fonte: FINOTTI, 2017.



Figura 113: Posicionamento intertravado dos tijolos com iluminação noturna.
Fonte: PALMA, 2017.

7.2 NOSSO LAR - CASA DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS DO FUTURO

FICHA TÉCNICA

Arquitetos: CEBRA
Cliente: Prefeitura Municipal de Kerteminde
Área: 1500 m²
Ano: 2014
Localização: Kerteminde, Dinamarca



Figura 114: Situação de Kerteminde na Dinamarca.
Fonte: Da autora, 2024.



Figura 115: Casa de acolhimento para crianças do futuro.
Fonte: FROST, 2014.

CONTEXTO

A casa de acolhimento para crianças do futuro está situada em Kerteminde, na Dinamarca, e estão inseridas no perímetro urbano do município. Se caracteriza como um centro de atenção integral para crianças e adolescentes marginalizados e tem como objetivo estimular as relações sociais e o senso de comunidade, além de acolher as necessidades individuais desses indivíduos.

ENTORNO

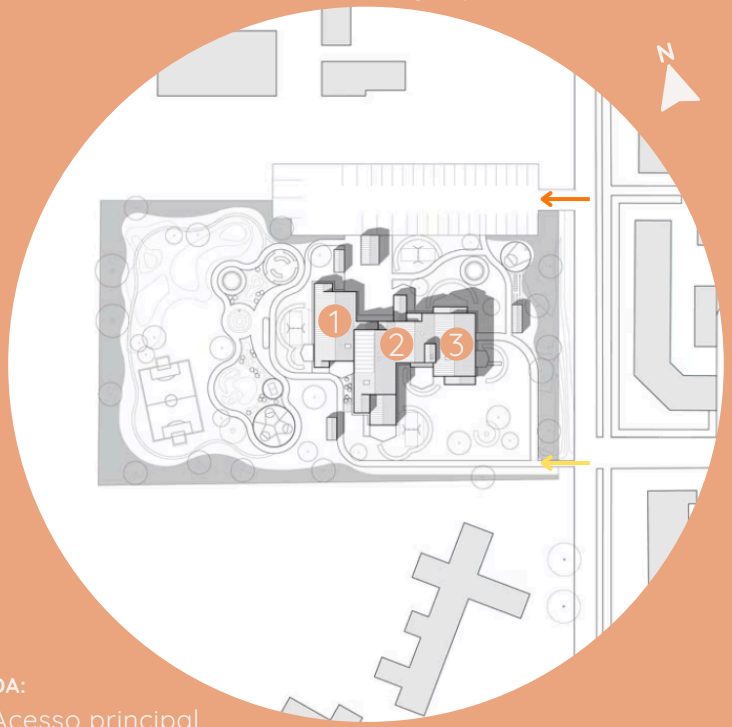
A instituição está posicionada em local de clima temperado, com temperaturas amenas e frias. Seu entorno imediato é constituído por plantações e principalmente por residências (Figura 116).



Figura 116: Entorno imediato.
Fonte: GOOGLE EARTH, 2024.
Adaptado pela autora, 2024.

IMPLANTAÇÃO

Para tornar a edificação mais compacta e criar unidades autossuficientes e variadas, sua implantação é formada por quatro casas interligadas (Figura 117), em que cada uma delas é habitada por um grupo etário, com exceção da unidade central que possui uso flexível. Desta forma, busca promover o sentimento de pertencimento à sua unidade e a convivência em grupos menores.



LEGENDA:

Acesso principal

Acesso restrito aos moradores

1. Unidade infantil 2. Unidade central 3. Unidade dos adolescentes

Figura 117: Implantação da casa de acolhimento.
Fonte: DOMUS, 2014. Adaptado pela autora, 2024.

Distanciadas da rua, as unidades de uso infantil estão voltadas para o jardim e playground. Já a unidade central, que contém a entrada principal, conecta-se com o estacionamento e permite que os funcionários tenham uma ampla visual da chegada dos visitantes, evitando que estes acessem as áreas habitacionais. Quanto a unidade dos adolescentes, está orientada para a rua como incentivo ao uso da cidade e ao envolvimento em atividades sociais.

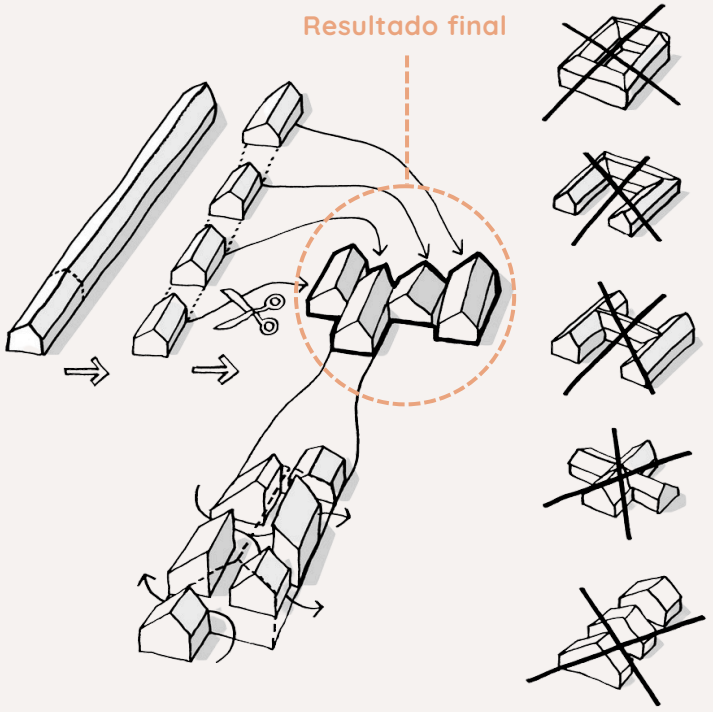


Figura 118: Estudo organizacional da edificação.
Fonte: CEDRA, 2014. Adaptado pela autora, 2024.

CONCEITO E INTENÇÕES PROJETUAIS

- Tem como ponto de partida as formas básicas da **clássica casa com telhado de duas águas e sótão** (Figura 119). Esses dois elementos são empregados na sua forma mais simbólica e simplificada, produzindo uma **aparência externa evidentemente residencial** para se mesclar com o entorno. A intenção é que esta forma expresse a inclusão, a diversidade e a segurança que um lar oferece.

- Os elementos são combinados e aplicados no projeto de uma **forma nova e lúdica**, dando à edificação uma **identidade própria**, a medida que, revela modificações em sua geometria com os perfis do sótão crescendo dentro e fora do volume do edifício, sendo virados de cabeça para baixo ou até elevando-se para formar um ponto de vista (Figura 120).

- Além do mencionado, o conceito gera uma **variação espacial e flexibilidade funcional ao interior** da edificação, pois os sótãos oferecem a possibilidade dos residentes participarem na decoração e no uso desses ambientes. Ainda, os diferentes tamanhos e orientações corroboram para a **diversificação das atividades** a serem realizadas nesses espaços (Figura 121).

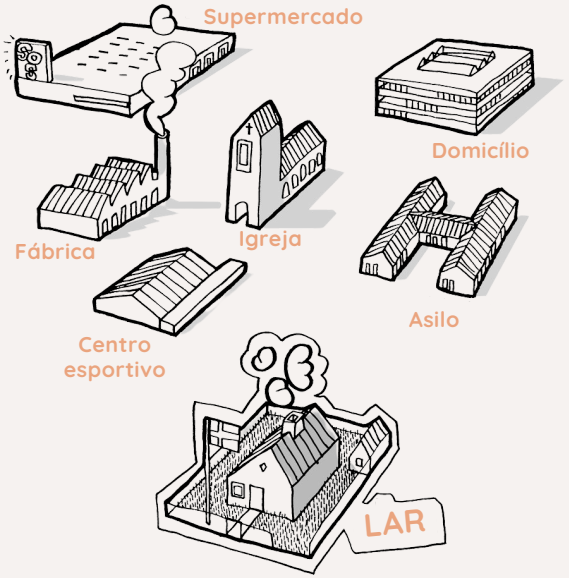


Figura 119: Formas típicas das edificações na Dinamarca.
Fonte: CEDRA, 2014. Adaptado pela autora, 2024.

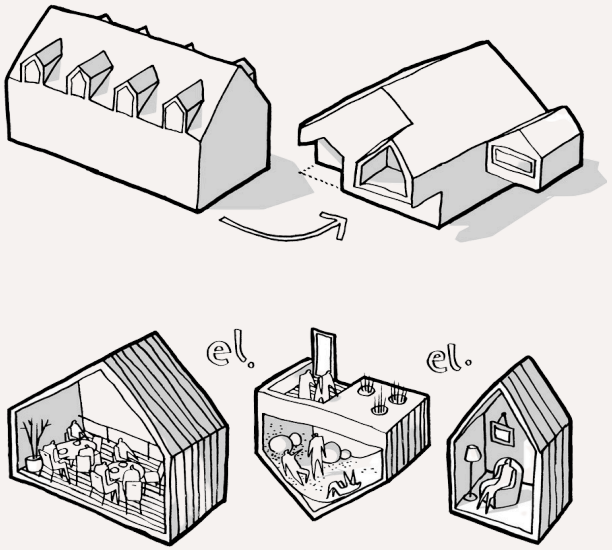


Figura 120: Modificações da geometria.
Fonte: CEDRA, 2014.

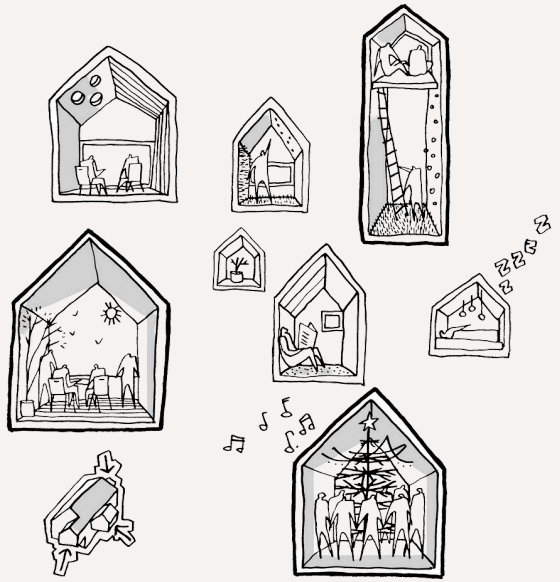
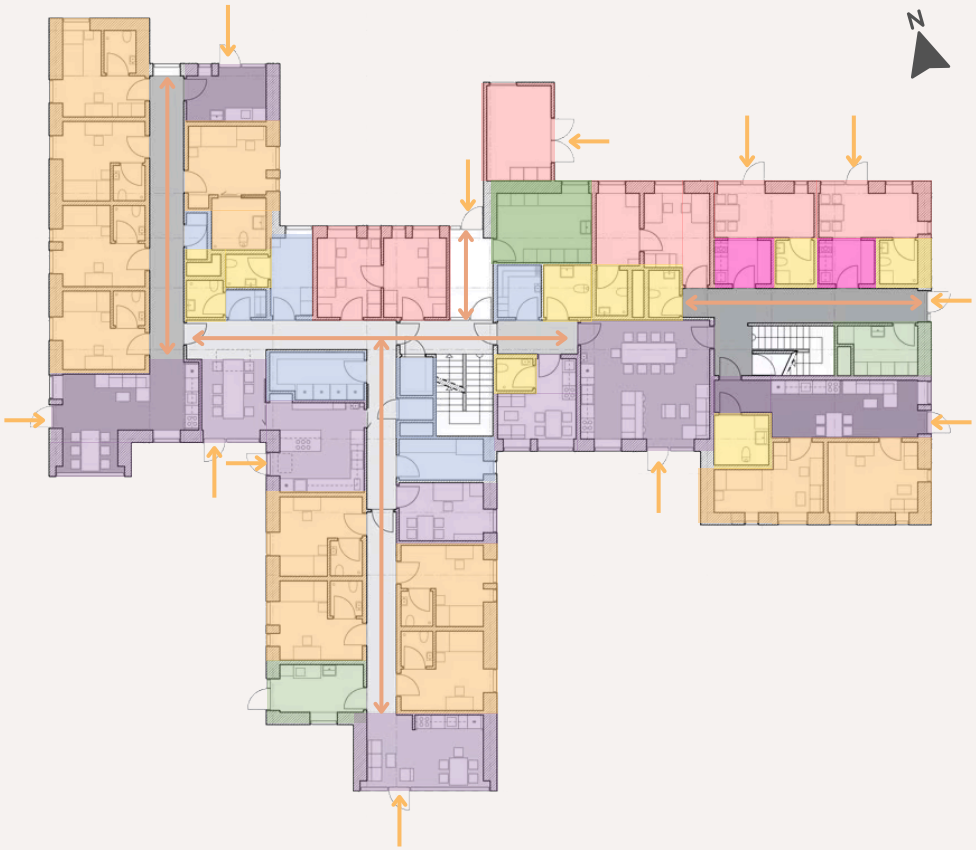


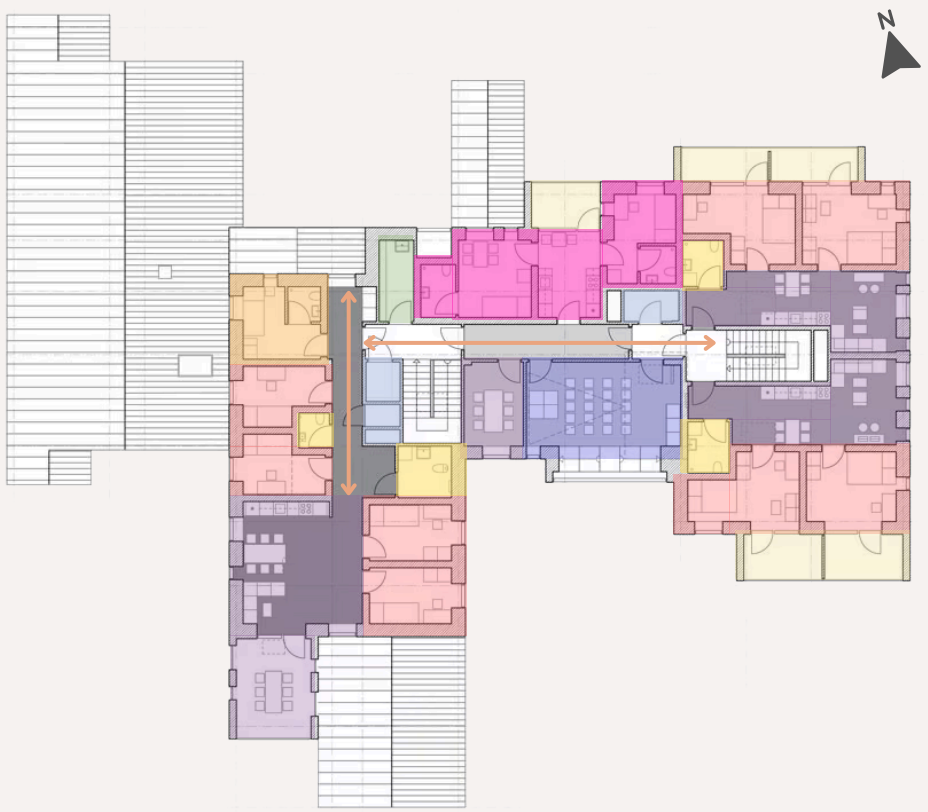
Figura 121: Diversidade de usos.
Fonte: CEDRA, 2014.



LEGENDA:

- Dormitório com banheiro
- Banheiros
- Áreas administrativas
- Áreas compartilhadas (Sala de estudos, sala de estar, sala de jantar e cozinha)
- Despensas/despósitos
- Copa
- Lavanderias
- Circulações
- Acessos

Figura 122: Planta baixa do pavimento térreo.
Fonte: DOMUS, 2014. Adaptado pela autora, 2024.



LEGENDA:

- Dormitórios com banheiro
- Dormitórios sem banheiro
- Banheiros
- Áreas compartilhadas
- Varandas
- Despósitos
- Residência individual
- Lavanderia
- Auditório
- Circulações

Figura 123: Planta baixa do pavimento superior.
Fonte: DOMUS, 2014. Adaptado pela autora, 2024.

SOLUÇÕES PROJETUAIS

- **Setor administrativo:** A maioria dos espaços relacionados às atividades administrativas, como salas de funcionários e depósitos/arquivos, localizam-se no sótão e no primeiro pavimento, para que permaneçam o mais imperceptíveis possível na vida cotidiana dos residentes e, consequentemente, minimizar a sensação de estar em uma instituição.

- **Organização do edifício:** Esta visa assegurar que as distâncias entre as unidades sejam curtas, gerando uma importante aproximação entre os funcionários e os residentes.

- **Espaços de moradia:** De modo geral, os quartos de cada unidade são individuais, com um pequeno espaço de estar e banheiro, oferecendo maior autonomia e privacidade aos usuários. Como espaços de uso coletivo, tem-se a cozinha, salas de estar e jantar, de forma integrada, para cada uma das unidades. No bloco central também há a presença desses ambientes, com a intenção de reunir os usuários de diferentes unidades. Desta maneira, embora seja proposto a separação dos ambientes, seguindo o conceito de privacidade, o projeto não deixa de ofertar espaços de uso comum.



Figura 124: Auditório.
Fonte: FROST, 2014.



Figura 125: Interior da entrada de uma das unidades.
Fonte: FROST, 2014..



Figura 126: Perspectiva externa da unidade infantil e unidade administrativa.
Fonte: FROST, 2014..



Figura 127: Perspectiva externa da unidade dos adolescentes.
Fonte: FROST, 2014..

Figura 128: Casa de acolhimento para crianças do futuro.
Fonte: FROST, 2014.

MATERIALIDADE

Foram empregados materiais de construção muito conhecidos por nós brasileiros, como telhas de barro no telhado, alvenaria revestida com madeira na vedação e o metal nas esquadrias.

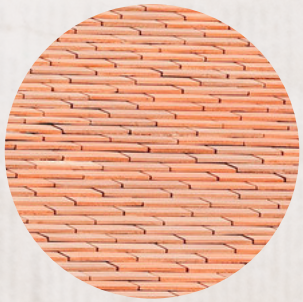


Figura 129: Telha de barro.
Fonte: FROST, 2014.

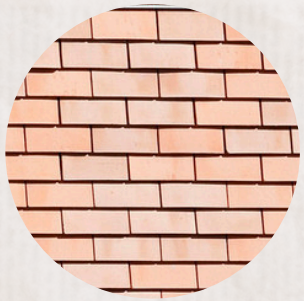


Figura 130: Alvenaria.
Fonte: FROST, 2014.



Figura 131: Madeira.
Fonte: FROST, 2014.

Figura 132: Casa de acolhimento para crianças do futuro.
Fonte: FROST, 2014.



7.3 CASA DOM BOSCO

LOCALIZAÇÃO E ENTORNO

A Casa Dom Bosco está localizada na **rua João Tomasi, no bairro Sulina**, do município de Santa Rosa. Seu entorno imediato (Figura 133) é bem urbanizado, com uso predominantemente residencial, contendo também, em menor quantidade, edificações de uso comercial e serviços.

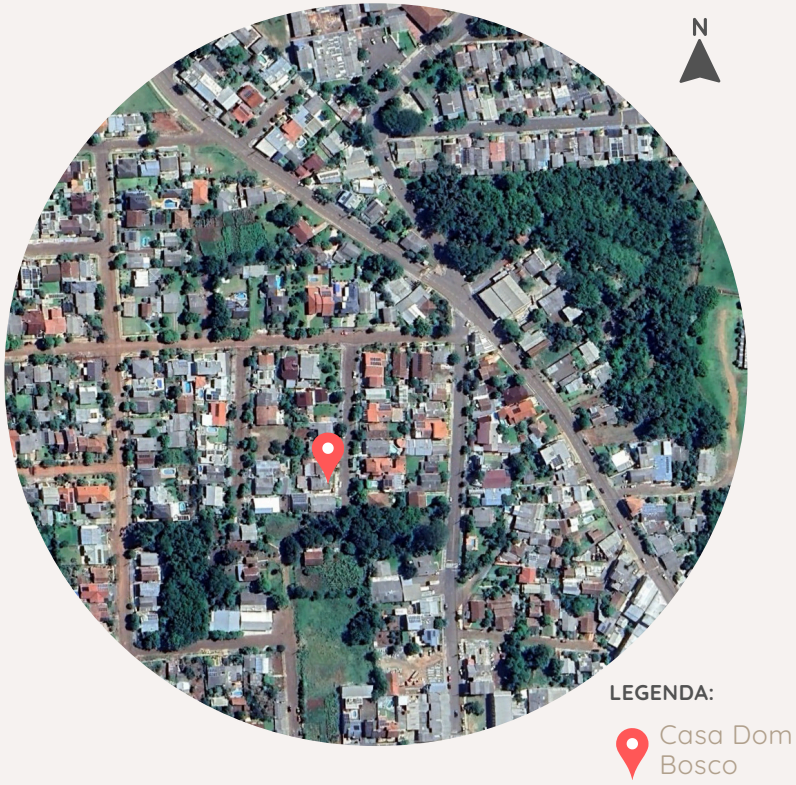


Figura 133: Localização da Casa Dom Bosco no município de Santa Rosa
Fonte: GOOGLE EARTH, 2024. Adaptado pela autora, 2024.

SOBRE O ABRIGO

O abrigo é uma Organização da Sociedade Civil (OSC), administrada pela Fundação São Padre Pio de Pietrelcina, originaria da Paraíba. Teve origem em 2023, após o encerramento das atividades do abrigo Conviver, do município, que se localizava nas proximidades do Hospital Dom Bosco.

Em conversa com a coordenadora, foi relatado que a estrutura do abrigo Conviver era precária, sem aspecto de casa, pois era um espaço grande, com divisórias leves e ambientes adaptados. Um exemplo disso eram os dormitórios, os quais em quantidade eram somente duas unidades, sendo ocupados por até dez crianças/adolescentes em cada um.

Por causa disso, ao trocar a administração do abrigo Conviver, passando da Prefeitura Municipal de Santa Rosa para a entidade Fundação São Padre Pio de Pietrelcina, além da modificação do nome, houve logo a mudança de local.

Assim, atualmente, a Casa Dom Bosco executa suas atividades em um sobrado alugado no município (Figura 134), o qual conta com duas salas de estar, sala de jantar, cozinha, cinco quartos, dois banheiros e espaço coberto para atividades recreativas. Ainda, aos fundos, comporta algumas salas usadas para as atividades administrativas.

Sendo assim, a edificação atual pode ser considerada mais adequada às necessidades do abrigo, pois dispõe de quantidade maior de ambientes, principalmente em relação aos quartos, e também expressa a ideia típica de uma casa, tanto em aspectos físicos quanto organizacionais (Figura 134).

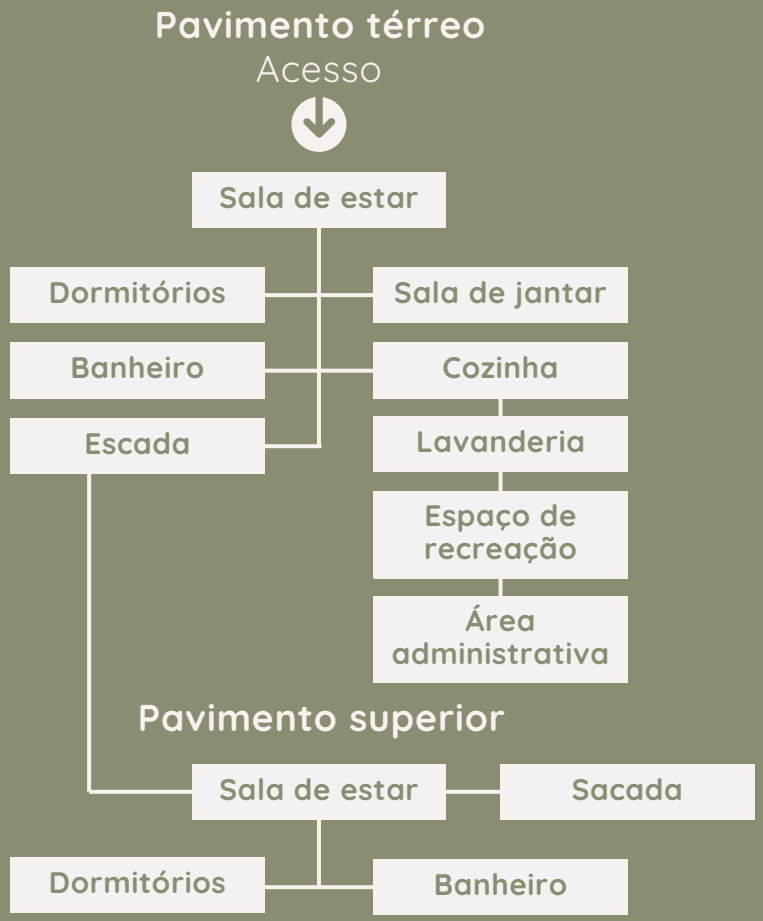


Figura 134: Fluxograma dos ambientes da Casa Dom Bosco.
Fonte: Da autora, 2024.

Por se tratar de uma residência adaptada para o serviço de acolhimento e não projetada para tal, alguns parâmetros estabelecidos pelas Orientações Técnicas do Conanda não são atendidos. A respeito disso, pode-se citar o número insuficiente de banheiros, que de acordo com a legislação deveria ser de pelo menos três para os acolhidos e um para os funcionários. Também não possui ambiente de estudos, nem adaptação para pessoas com deficiência e a sala de jantar não comporta todos os usuários da residência. Ainda, o espaço de lavanderia está situado junto a área de recreação.

Em virtude das questões de segurança e privacidade, não foi permitido o registro fotográfico dos ambientes internos da casa.

Em relação a quantidade de acolhidos, a coordenadora informou que a casa está com 80% das suas vagas preenchidas, possuindo 16 acolhidos, que na sua maioria são meninos adolescentes.

Para atendê-los, contém uma equipe composta por 12 pessoas que se dividem em: 4 cuidadores noturnos e 4 diurnos, 1 cozinheira, 1 assistente social, 1 psicóloga e 1 coordenadora. Todos eles fazem o acompanhamento diário dos abrigados, buscando sempre manter tarefas cotidianas que os acolhidos teriam se estivessem em suas casas, como ir a escola, realizar dever de casa, brincar e participar de atividades individuais e coletivas, comer, fazer a higiene, dormir e entre outras.

Além do mencionado, a equipe técnica oferece o atendimento especializado para cada criança/adolescente, de acordo com suas necessidades, e prove conversas e acompanhamento familiar desejando que ocorra a reintegração do indivíduo à sua família de origem.

Os compromissos externos, como frequentar a escola, ir a consultas médicas ou comparecer a eventos judiciais, são cumpridos através do uso de um veículo.

Por fim, o objetivo principal da Casa Dom Bosco é manter as crianças e adolescentes protegidos durante o afastamento familiar, servidos por um acompanhamento individualizado que colabora para seu desenvolvimento pleno, para a minimização dos danos gerados pelas situações vividas e para a reestruturação de seus vínculos familiares.



Figura 135: Menino acolhido
Fonte: Canva, 2024.

7.4 APROMES - ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO AS MENINAS E MENINOS DE SANTA ROSA

LOCALIZAÇÃO E ENTORNO

A Apromes está situada na rua São Bento, no bairro São Francisco, do município de Santa Rosa. Seu lote atravessa a quadra transversalmente e a área em que está inserida é bem consolidada, embora ainda haja locais em crescimento, recebendo novas edificações, e áreas de plantação. Contudo, as edificações são maioritariamente residenciais.



Figura 136: Localização da Apromes no município de Santa Rosa
Fonte: GOOGLE EARTH, 2024.

SOBRE O ABRIGO

A instituição, é uma Organização da Sociedade Civil (OSC), criada em 1994 por senhoras da comunidade, e iniciou suas atividades no ano de 1995.

Surgiu da necessidade de abrigar meninas e apoiar o Conselho Tutelar, o qual havia sido recentemente criado e não tinha onde acolher meninas vítimas de: abandono, mendicância, negligência, maus tratos, violência e abuso sexual (Santa Rosa, 2018).

Em 2007, passou a atender também bebês e meninos de até 05 anos. E em 2018, teve sua capacidade de atendimento ampliada para 20 crianças e adolescentes de ambos os sexos, conforme previsto em lei. Atualmente abriga 16 menores, dos quais em sua maioria são meninas.

Na sua equipe de funcionários, atuam hoje cerca de 12 pessoas (7 colaboradores, 1 cozinheira, 1 professora, 1 psicóloga, 1 assistente social e 1 coordenadora), os quais possuem o papel de desenvolver ações como:

- Acompanhamento de vida diária das crianças e adolescentes nas atividades internas do abrigo;
- Acompanhamento escolar, de saúde e judicial, individualizado, das crianças nas atividades externas;
- Transporte das crianças e adolescentes aos locais em que recebem atendimentos especializados, realizado pelos técnicos da instituição;
- Oferta de atendimento especializado individualizado, de qualidade condizente com as necessidades físicas, psicológicas, mentais e sociais de cada criança/adolescente;
- Oferta de um ambiente acolhedor de cuidados facilitadores do desenvolvimento integral de cada criança/adolescente;
- Apoio técnico à superação de vivências de separação e violência, apropriação e ressignificação de sua história de vida, bem como o fortalecimento gradual da autonomia, da preparação para o mundo do trabalho, com o alcance da cidadania e da inclusão social;
- Acompanhamento familiar e a possível reconstrução dos vínculos familiares ou a adoção.

ESPAÇO FÍSICO

Até pouco tempo, a instituição prestava seus serviços em um sobrado cedido pela Prefeitura Municipal, dispondo dos seguintes cômodos no térreo: hall de entrada, sala de visita, escritório e sala dos técnicos, sala de televisão e refeitório, cozinha, despensa, lavanderia, banheiros, depósito de alimentos e depósito de material de limpeza. Já no andar superior, encontram-se o dormitório, a rouparia e os banheiros, enquanto na área externa, nos fundos, o abrigo conta com uma área coberta com churrasqueira, playground e quadra de esportes.

Nesta edificação foram feitas inúmeras adaptações, porém, a estrutura não corresponde com o estabelecido na legislação para este tipo de serviço. Os ambientes eram apertados, com pouca iluminação e ventilação natural, com circulações de dimensões insuficientes, apresentando ausência de acessibilidade, e diversos mobiliários encontravam-se desgastados.

Em decorrência do mencionado, fez-se necessário a construção de uma nova residência que atendesse com qualidade as demandas do abrigo e dos acolhidos. Sendo assim, recentemente, em outubro de 2023, a associação realizou a inauguração de uma nova edificação (Figura 137), executada pela Prefeitura Municipal em parceria com outras instituições (Jornal Cidades, 2023). Ela localiza-se mais ao fundo do lote da casa utilizada até então, e tem a função de comportar os ambientes de moradia, enquanto a edificação anterior passou a comportar a sede administrativa.

Figura 137: Imagem renderizada do projeto da nova residência.
Fonte: MUELLER, 2024.



O PROJETO DA NOVA EDIFICAÇÃO

Projetada pela arquiteta Marlise Mueller, a nova residência segue os preceitos da acessibilidade e possui espaços amplos para usos pré-definidos, em concordância com os cômodos mínimos determinados pelas Orientações Técnicas. Essas questões podem ser observadas nas plantas baixas (Figura 138 e 139), disponibilizadas pela arquiteta.

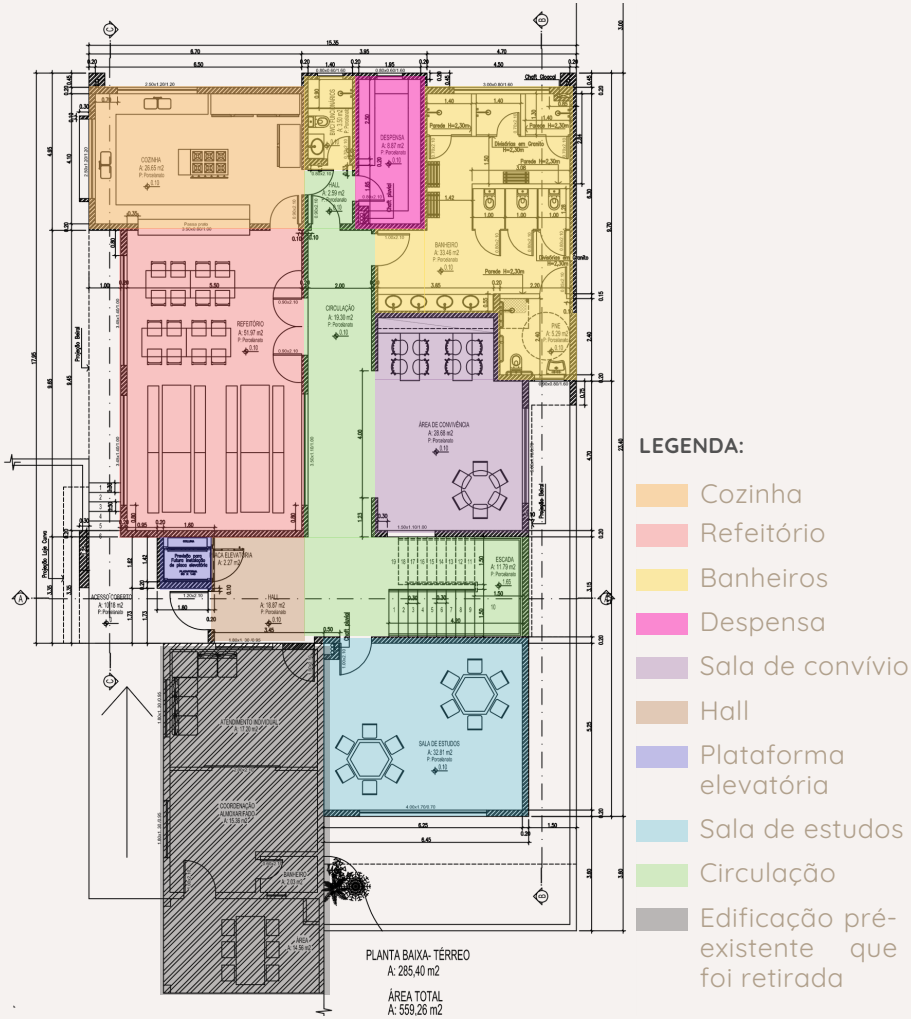


Figura 138: Zoneamento do pavimento térreo.
Fonte: MUELLER, 2024. Adaptado pela autora, 2024.

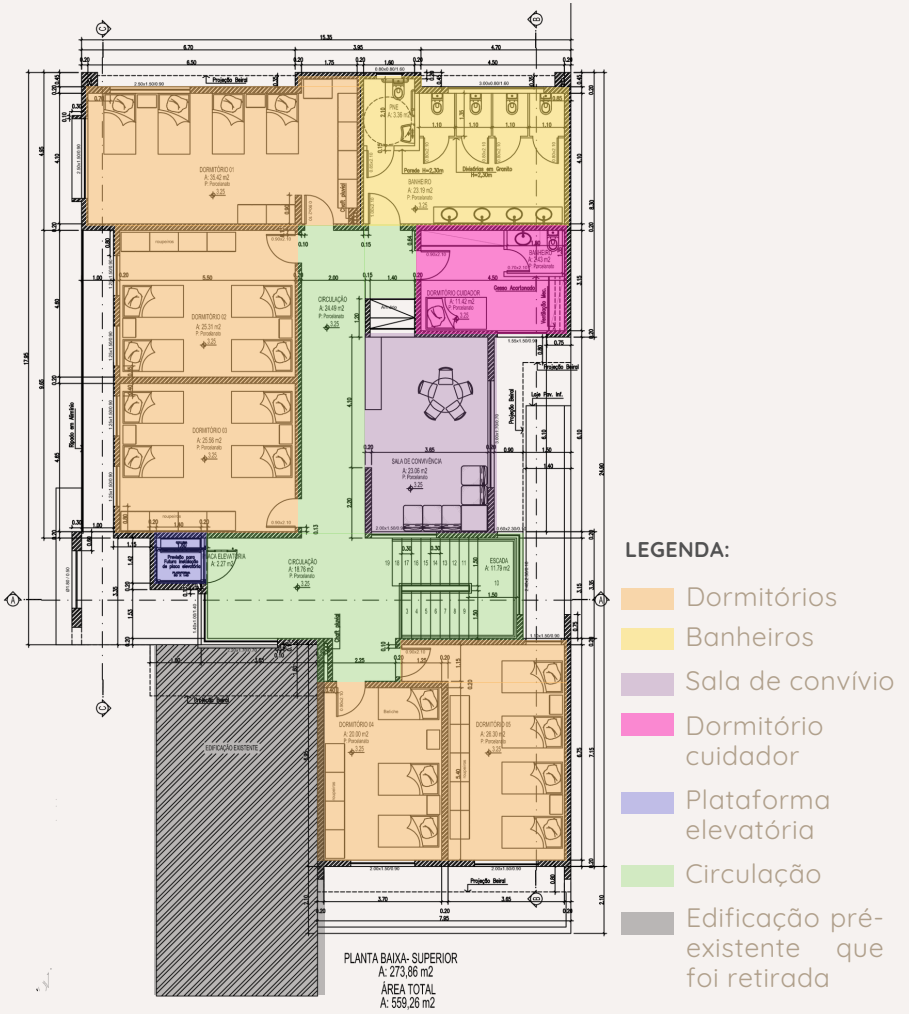


Figura 139: Zoneamento do pavimento superior.
Fonte: MUELLER, 2024. Adaptado pela autora, 2024.

Como mencionado, a nova residência apresenta os espaços mínimos exigidos pela legislação, com exceção da lavanderia que permaneceu na antiga edificação, e respeita os parâmetros organizacionais das Orientações Técnicas do Conanda. Assim, no pavimento térreo acontecem as atividades sociais e de serviços (cozinha, refeitório, despensa de alimentos, banheiros, sala de convivência e sala de estudos) e no pavimento superior estão os ambientes íntimos (dormitórios, banheiros e uma segunda sala de convivência).

Dentre os aspectos importantes do projeto, pode-se citar a nova cozinha, que agora se conecta fisicamente e visualmente a um refeitório espaçoso e bem iluminado pela luz natural, e teve seu mobiliário projetado pelo Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAU) do Instituto Federal Farroupilha de Santa Rosa.

Através de um eixo central de circulação, estes ambientes se ligam a sala de convivência, dando a sensação de proximidade e integração entre eles.

Outro ponto a ser ressaltado são os dormitórios, os quais acomodam até quatro acolhidos em cada, conforme o indicado na legislação pertinente, proporcionando maior individualidade. Também, estes são separados por grupos etários, buscando evitar conflitos e despertar uma maior afinidade entre os usuários.

Os banheiros, por serem coletivos, impedem que haja a privacidade que um individual oferece, porém, auxilia no monitoramento dos cuidadores.

Apesar de haver a possibilidade de inserir um acesso de serviços pelos fundos do lote, foi optado por mantê-lo na sede administrativa, através de um portão lateral.

1



Figura 140: Fachada frontal da residência.
Fonte: Da autora, 2024.

2



Figura 141: Hall de entrada.
Fonte: Da autora, 2024.

3



Figura 142: Sala de estudos.
Fonte: Da autora, 2024.

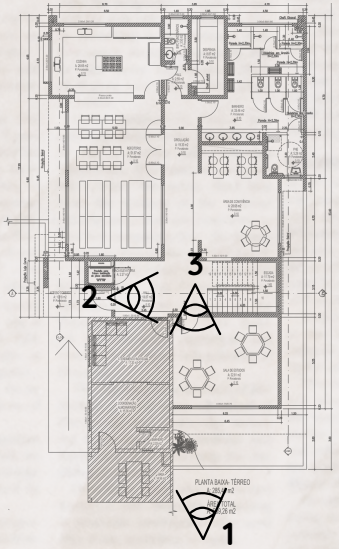


Figura 143: Planta baixa do térreo.
Fonte: MUELLER, 2024.

4



Figura 144: Sala de convivência.
Fonte: Da autora, 2024.

5



Figura 145: Refeitório.
Fonte: Da autora, 2024.

6



Figura 146: Cozinha.
Fonte: Da autora, 2024.

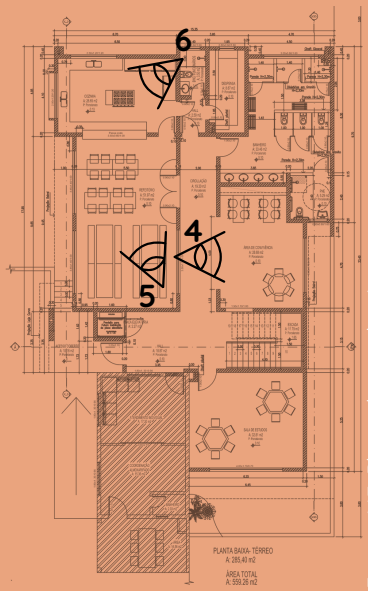


Figura 147: Planta baixa do térreo.
Fonte: MUELLER, 2024.

7



Figura 148: Hall do pavimento superior.
Fonte: Da autora, 2024.

8



Figura 149: Dormitório 04.
Fonte: Da autora, 2024..

9



Figura 150: Dormitório 03.
Fonte: Da autora, 2024.

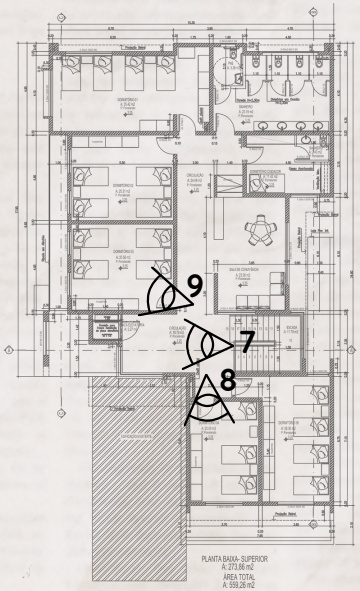


Figura 151: Planta baixa do pavimento superior.
Fonte: MUELLER, 2024.

10



Figura 152: Dormitório 02.
Fonte: Da autora, 2024.

11



Figura 153: Dormitório 01.
Fonte: Da autora, 2024.

12



Figura 154: Banheiro.
Fonte: Da autora, 2024.

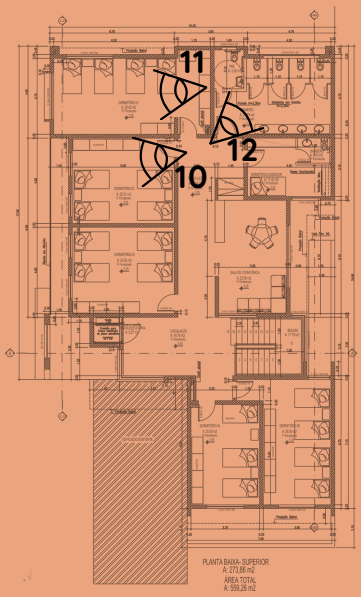


Figura 155: Planta baixa do pavimento superior.
Fonte: MUELLER, 2024.



Figura 156: Área de lazer.
Fonte: Da autora, 2024



Figura 157: Playgraound.
Fonte: Da autora, 2024.



Figura 158: Quadra de esportes.
Fonte: Da autora, 2024.

08

ESTUDOS PRELIMINARES

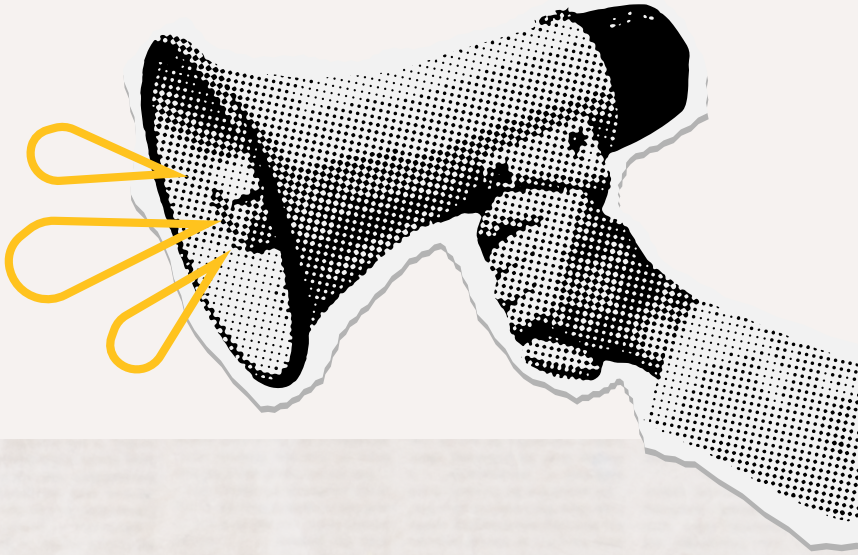
8.1 Programa de necessidade
8.2 Pré-dimensionamento
8.3 Diagrama de usos e fluxos



8.1 PROGRAMA DE NECESSIDADES

A elaboração do programa de necessidade teve como base as Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, do Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e do Adolescentes, bem como, questões levantadas nas visitas á apresentadas por meio do diálogo com as responsáveis pelos abrigos.

Este foi dividido em três setores:



Setor técnico/administrativo

- Recepção
- Coordenação
- Sala de assistência social
- Sala de atendimento psicológico
- Sala de reuniões
- Copa
- Lavabo para funcionários e visitantes
- Depósito de doações
- Sala de vigilância

Setor residencial

- Dormitórios
- Sala de estar
- Sala de jantar
- Ambiente de estudos
- Cozinha
- Banheiro para abrigados
- Banheiro/vestiário para funcionários
- Lavanderia
- Despensa
- Depósito
- Sala multiuso

Área externa

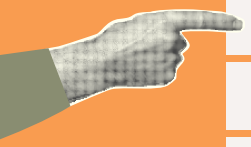
- Espaço de recreação e convívio
- Horta
- Casa de gás
- Estacionamento
- Bicicletário
- Pátio de serviços

8.2 PRÉ-DIMENSIONAMENTO

Para o desenvolvimento do pré-dimensionamento também buscou-se atender os parâmetros mínimos preestabelecidos nas Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes do Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e do Adolescentes. Sendo assim, as áreas úteis podem sofrer mudanças ao longo do processo projetual para melhor adaptação ao programa e as condicionantes do projeto, sempre respeitando o mínimo previsto na legislação.

Setor técnico/administrativo		
Ambiente	**Descrição**	**Área útil**
Recepção	Espaço para recepcionista e receber pessoas	15m²
Coordenação	Sala para desenvolvimento de atividades administrativas com mesa, cadeira, poltronas e armários	20m²
Sala de assistência social	Sala para atendimento com mesa, cadeira, poltronas, armários para armazenamento de arquivos, materiais e objetos.	15m²
Sala de atendimento psicóloga(o)	Sala para atendimento com mesa, cadeira, poltronas, armários para armazenamento de arquivos, materiais e objetos.	15m²
Sala de reuniões	Local destinado a reuniões e atividades grupais dos funcionários e terceiros que visitem a instituição. Deve possuir mesa, cadeiras, projetor e armários	20m²
Copa	Para funcionários do administrativo, servindo para o preparo de cafés, lanches, pequenas refeições.	10m²
Lavabo para funcionários e visitantes	Banheiro PCD com sanitário e lavatório	7m²
Depósito de doações	Armários e prateleiras para armazenamento	10m²
Sala de vigilância	Local destinado ao videomonitoramento com mesa, cadeira e computador	10m²
	Circulação e vedação (30%):	36,6m²
	Área total do setor:	**158,6m²**

Tabela 14: Pré-dimensionamento do setor técnico/administrativo.
Fonte: Da autora, 2024.



Setor residencial		
Ambiente	**Descrição**	**Área útil**
Dormitórios	Espaço para quatro crianças com camas e armários individualizados	5 x 40m²
Sala de estar	Espaço para acomodar os abrigados e funcionários com sofá, poltronas, televisão, etc.	40m²
Sala de jantar	Local destinado a refeição dos abrigados e funcionários com mesas ou mesa grande e cadeiras	40m²
Ambiente de estudo	Local destinado aos estudos, afazeres escolares e atividades intelectuais dos acolhidos. Deve possuir mesas, cadeiras e armários.	40m²
Cozinha	Espaço com equipamentos para a preparação de refeições	30m²
Banheiro para abrigados	Quatro banheiros com lavatório, sanitário e chuveiro (sendo um deles PCD)	3x 6m² + 10m²
Banheiro/vestiário para funcionários	Banheiro PCD com lavatório, sanitário e chuveiro	10m²
Lavanderia	Destinado ao cuidado com a higiene da instituição e armazenamento de utensílios e produtos de limpeza (Máquina de lavar, tanque, armários, etc)	10m²
Despensa	Espaço com armários e prateleiras para armazenamento de louças, materiais e alimentos.	10m²
Depósito	Destinado ao armazenamento de maquinários para manutenção do abrigo	10m²
Sala multiuso	Espaço que possibilite o convívio, brincadeiras, jogos, etc.	40m²
	Circulação e vedação (30%):	137,4m²
	Área total do setor:	**595m²**

Tabela 15: Pré-dimensionamento do setor residencial.
Fonte: Da autora, 2024.

Área externa		
Ambiente	**Descrição**	**Área útil**
Espaço de recreação e convívio	Espaço para playground, brincadeiras, esportes, etc.	A definir*
Horta	Plantio de verduras e hortaliças	A definir*
Casa de gás	Armazenamento do gás de cozinha	5m²
Estacionamento	Para funcionários e visitantes	2 vagas de 12,5m²
Bicicletário	Para funcionários e visitantes	5m²
Pátio de serviços	Espaço para varal	30m²
	Área total do setor:	**65m²**

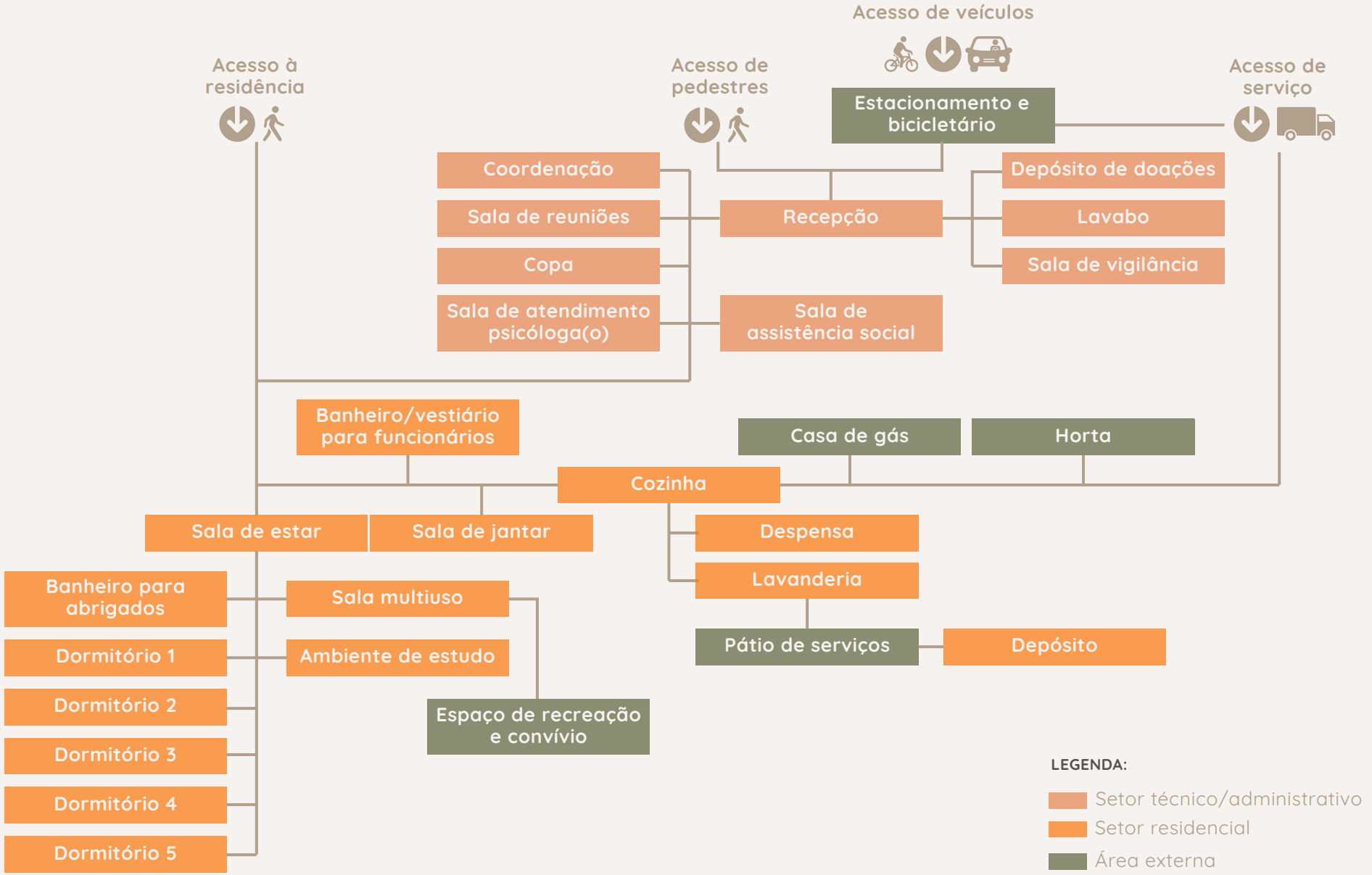
*A área útil para o espaço de recreação e horta não foram definidos, pois através de um pré-dimensionamento prévio, para averiguar se o lote comportaria o programa de necessidades, verificou-se que este terá área suficiente para acomodar as edificações e ainda restará uma grande área livre a ser destinada para espaços de convívio, recreação e paisagismo.

Tabela 16: Pré-dimensionamento da área externa.
Fonte: Da autora, 2024.

RESUMO

Setor técnico/Administrativo	158,6m²
Setor residencial	595m²
Área externa	65m²
Total:	**818m²**

8.3 DIAGRAMA DE USOS E FLUXOS



09

SÍNTESE CRÍTICA E DIRETRIZES

9.1 Conceito
9.2 Intenções projetuais
9.3 Condicionantes de projeto
9.4 Referências projetuais
9.5 Proposta de implantação e zoneamento



9.1 CONCEITO

O conceito do projeto tem como base a palavra **“zelar”**, por esta carregar um significado importante que descreve o papel principal dos abrigos: **cuidar e proteger** crianças e adolescentes que encontram-se em afastamento familiar em um ambiente que favoreça seu desenvolvimento integral e propicie a ressignificação das suas vivências.

Ainda, a palavra zelar, quando dividida em duas partes, nos apresenta outro conceito que define o resultado almejado por este projeto, a palavra **“lar”**. O lar vai além da casa e do abrigo que têm a função de nos proteger das intempéries, ele é o lugar onde as energias são recarregadas, que encontramos afeto e acolhimento e o refúgio onde nos deparamos com as nossas memórias. Por conseguinte, este projeto visa juntar o **zelo** e as características de **lar**, empregando materialidades, formas, cores e estratégias organizacionais que aproximem seus usuários do significado dessas duas palavras.

Lugar onde nos sentimos seguros, amados e pertencentes, podendo relaxar e ser nós mesmos, e onde criamos memórias para toda a vida (COSTA, 2023) .

ZELO + LAR = ZELAR

Cuidar, proteger e preservar algo ou alguém com dedicação e atenção. Envolve responsabilidade e comprometimento (RESUMOS, 2023).



Figura 159: Logo do projeto
Fonte: Da autora, 2024.

9.2 INTENÇÕES PROJETUAIS

- Adotar uma linguagem voltada a sustentabilidade e viabilidade econômica;
- Promover eficiência energética através da iluminação e ventilação natural;
- Aplicar soluções projetuais que contribuam para o reaproveitamento da água da chuva;
- Proporcionar uma edificação humanizada com volumetria e aspecto de casa, embora na legislação ela seja considerada institucional;
- Empregar materiais de fácil acesso na região, como a madeira e o concreto;
- Proporcionar a aproximação dos espaços internos com a natureza;
- Assegurar segurança e privacidade para os ambientes de moradia;
- Dispor de espaços de recreação e permanência junto ao paisagismo;
- Possibilitar a permeabilidade visual, favorecendo a visualização do que está acontecendo em diferentes ambientes;
- Aplicar estratégias que visam o conforto térmico.

9.3 CONDICIONANTES DE PROJETO

CONDICIONANTES LEGAIS

- Atender legislações e normas técnicas pertinentes ao tema e ao projeto.

CONDICIONANTES AMBIENTAIS

- Topografia;
- Orientação solar;
- Ventos predominantes;
- Visuais;
- Vegetação existentes;
- Relação com o entorno.

CONDICIONANTES ESPECÍFICAS

- Programa de necessidades pré-definido;
- Diversidade do público alvo (idade, sexo, aspectos cognitivos);
- Segurança e privacidade;
- Viabilidade técnica e econômica.

9.4 REFERÊNCIAS PROJETUAIS

Tratam-se de obras arquitetônicas com características e aspectos específicos que poderão ser aplicados na etapa projetual.

♥ CENTRO INFANTIL

FICHA TÉCNICA

Arquitetos: Equipo de Arquitectura
Área: 450m²
Ano: 2021
Localização: Villeta, Paraguay

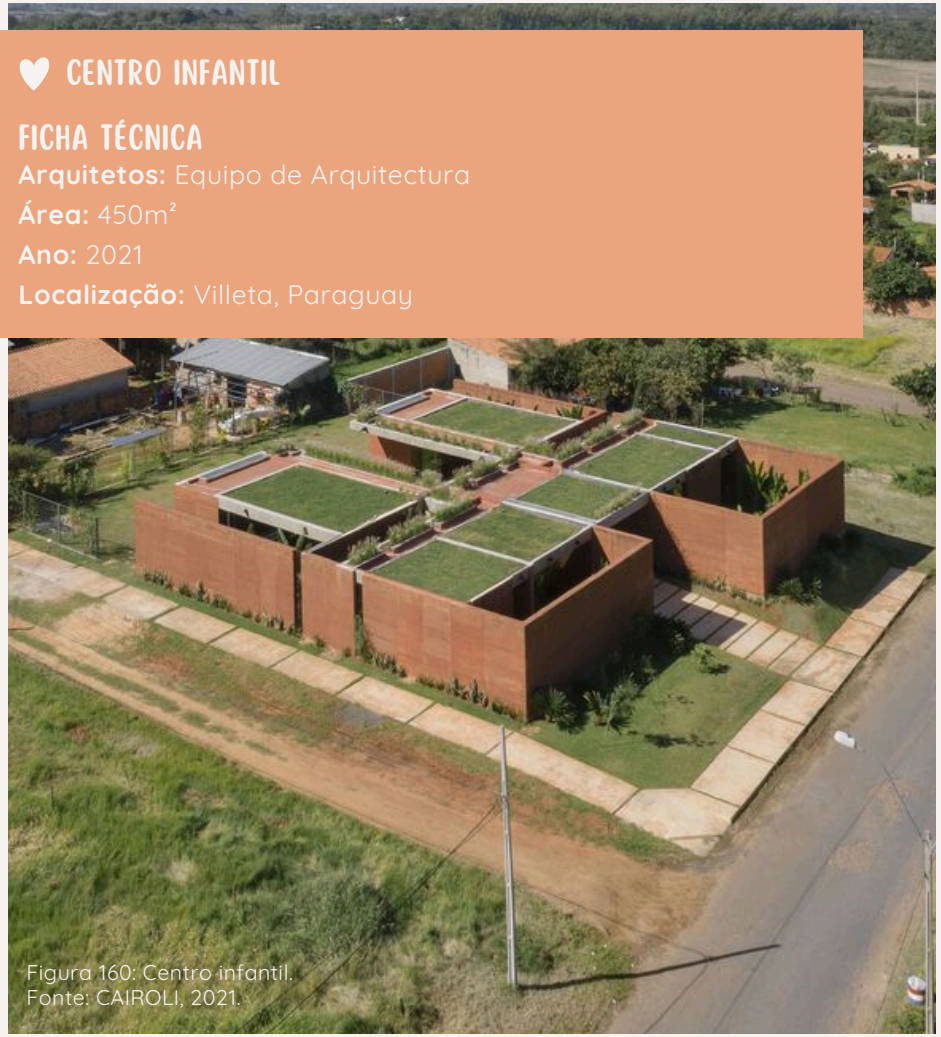


Figura 160: Centro infantil.
Fonte: CAIROLI, 2021.



Pequenos jardins internos

Edificação voltando-se para o interior do lote

Figura 161: Vista superior.
Fonte: CAIROLI, 2021.



Pátio central

Figura 162: Pátio central.
Fonte: CAIROLI, 2021.



Integração do interior com exterior

Figura 163: Sala de recreação.
Fonte: CAIROLI, 2021.

♥ MORADAS INFANTIS CANUANÃ

FICHA TÉCNICA

Arquitetos: Rosembaum e Aleph Zero
Cliente: Moradias dos alunos da Fundação Bradesco - Canuanã
Área: 23344m²
Localização: Formoso do Araguaia/TO, Brasil
Ano: 2017

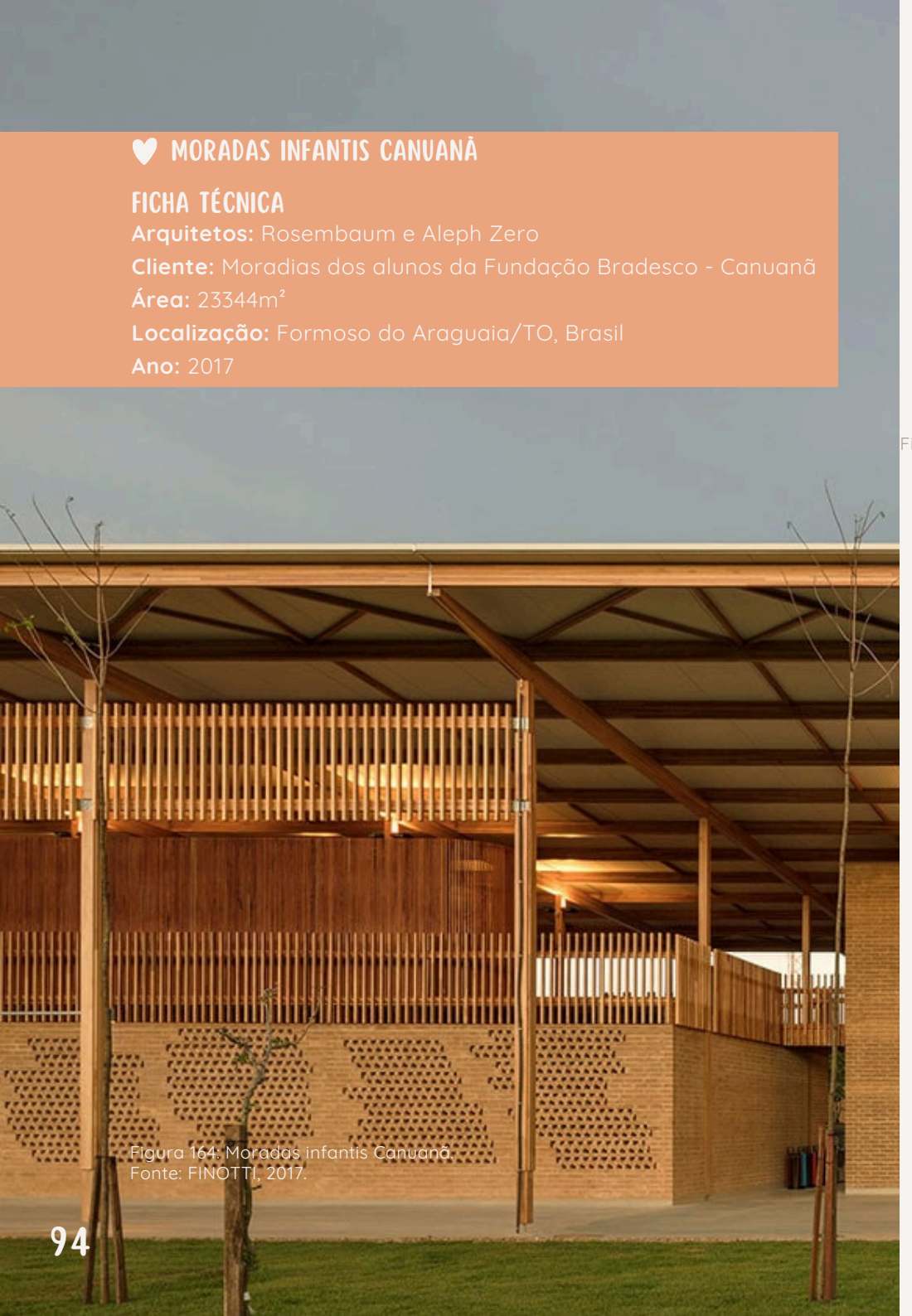


Figura 164: Moradas infantis Canuanã.
Fonte: FINOTTI, 2017.



Estrutura aparente

Jardim central

Figura 165: Estrutura em madeira e jardim central.
Fonte: FINOTTI, 2017.



Mobiliário solto para descanso e lazer

Figura 166: Mobiliário para descanso.
Fonte: FINOTTI, 2017.



Uso de vegetação típica do local (nativa)

Captação da água da chuva

Figura 167: Pátio central com espalho d'agua.
Fonte: FINOTTI, 2017.

♥ CASA GRANERO

FICHA TÉCNICA

Arquitetos: Sur taller de arquitectura
Área: 330 m²
Ano: 2019
Localização: Falda del Carmem, Argentina



Figura 168: Casa Granero.
Fonte: VIRAMONTE, 2019.



Permeabilidade visual

Figura 169: Sala de estar.
Fonte: VIRAMONTE, 2019.



Madeira

Aberturas em diferentes alturas

Figura 170: Sala de jantar.
Fonte: VIRAMONTE, 2019.



Telhado aparente

Alvenaria

Figura 171: Parte da fachada frontal
Fonte: VIRAMONTE, 2019.

9.5 PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO E ZONEAMENTO

PROPOSTA 1

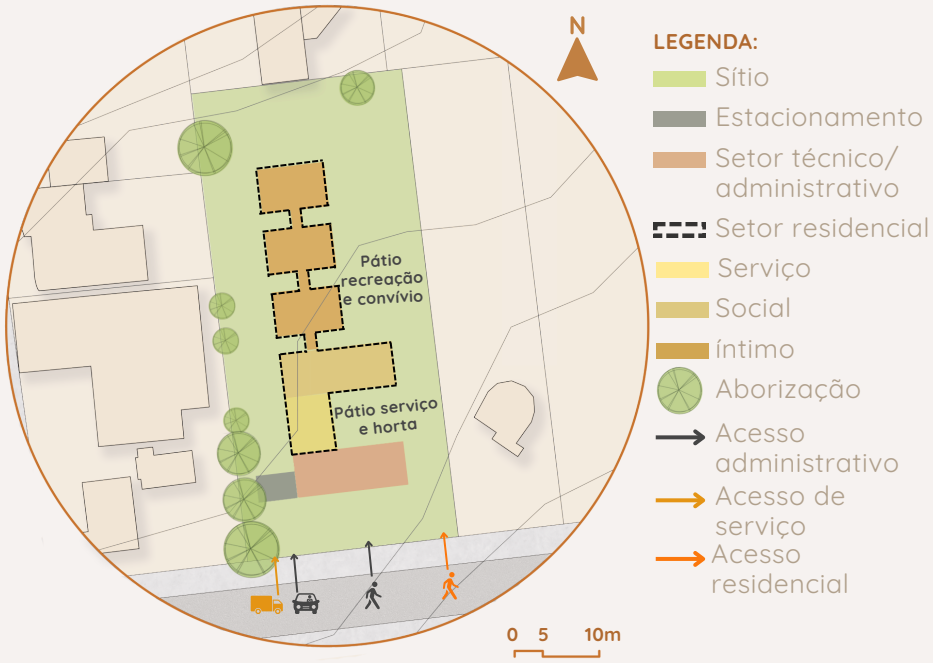


Figura 172: Proposta de implantação e zoneamento 1
Fonte: Da autora, 2024.



Figura 173: Volumetria da proposta de implantação e zoneamento 1
Fonte: Da autora, 2024.

Esta proposta concentra os ambientes técnicos e administrativos próximo a testada do lote, o qual acaba por ocultar parcialmente os espaços de moradia. A conexão entre esses dois blocos, administrativo e residencial, ocorre através do setor de serviços, que em conjunto com o setor social formam um pátio central destinado a serviços e horta. A área de serviços foi posicionada a leste para manter-se próxima ao acesso de serviços, bem como, evitar que o percurso de acesso residencial passasse pelas janelas dos ambientes deste bloco. Já a área social, foi posta ao centro pretendendo-se obter aberturas norte e sul que a integram aos dois pátios. Pensando na privacidade, a área intima encontra-se mais aos fundos do lote, intencionando dispor os dormitórios e banheiros na fase leste e oeste do bloco. Buscando evitar um grande corredor monótono, a proposta visa a disposição de jardins entre os ambientes deste setor.

Os acessos dividem-se em três, sendo um atribuído ao setor técnico/administrativo, com acesso pedonal e estacionamento para veículos, que se integra ao segundo acesso, o de serviços, por possuir uma vaga destinada a carga e descarga. Evitando que haja amplo contato entre pessoas externas e os acolhidos, estabeleceu-se uma entrada individualizada para a residência.

Por fim, acredita-se que esta proposta se encaixa com as intenções e referências projetuais já mencionadas e permite uma composição formal que beneficia o projeto.

PROPOSTA 2

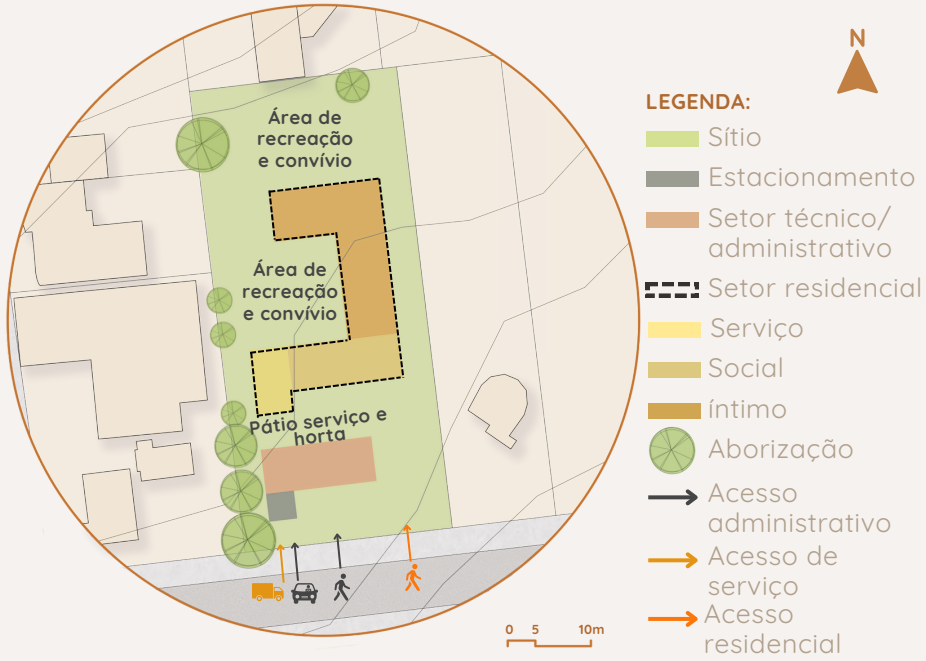


Figura 174: Proposta de implantação e zoneamento 2.
Fonte: Da autora, 2024.

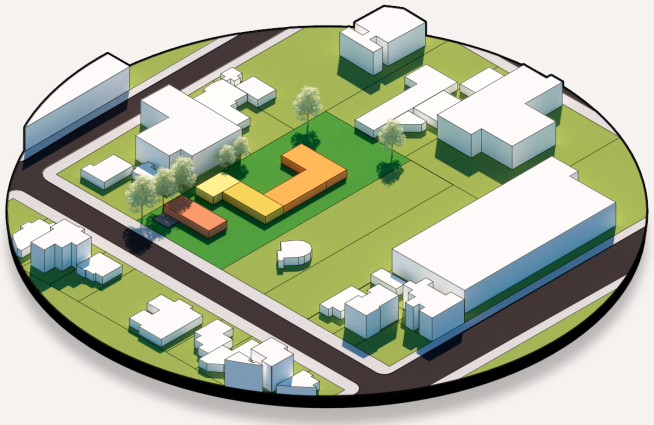


Figura 175: Volumetria da proposta de implantação e zoneamento 2
Fonte: Da autora, 2024.

Neste zoneamento os acessos mantêm-se os mesmo, assim como a posição do setor técnico/administrativo. No entanto, diferencia-se da primeira proposta através da disposição das áreas residenciais. Estas não encontram-se mais conectadas com os ambientes administrativos, sendo separadas pelo pátio de serviço e horta.

A área de serviço da residência é a mais próxima do administrativo, pretendendo-se facilitar o acesso de insumos, enquanto a área social permanece centralizada, se abrindo para os dois pátios e sendo o coração da casa.

Posicionado novamente ao fundo, o setor íntimo forma um "L", com a organização dos dormitórios ocorrendo a leste e norte. Com isso, formam-se dois pátios, um central e outro mais reservado, possibilitando a criação de diferentes espaços de lazer, considerando-se as diferentes faixas etárias do público alvo. Além disso, a forma em L, combinada com a permeabilidade visual, poderá auxiliar na ampla visualização do que está acontecendo em diversos ambientes a partir de um mesmo ponto.

Assim como o zoneamento anterior, este ocupa maior espaço no lote, a medida que, possui características buscadas nas referências já mencionadas, como o jardim central, a possibilidade de grandes aberturas, integrando interior e exterior e gerando luz natural, edificação voltando-se para o interior do lote e entre outras.

PROPOSTA 3

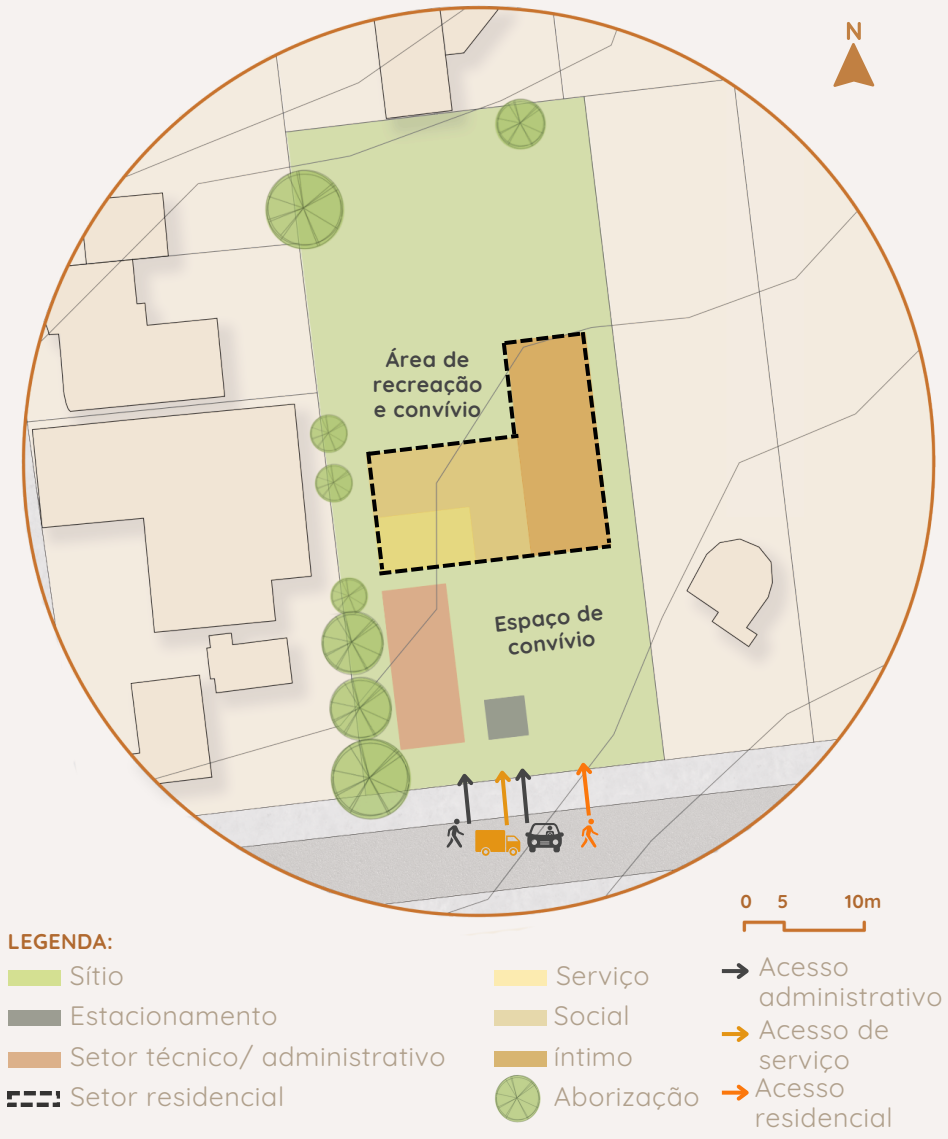


Figura 176: Proposta de implantação e zoneamento 3
Fonte: Da autora, 2024.

Como consequência da rotação do setor técnico/administrativo, através desse zoneamento há maior visual entre a via e os ambientes de moradia e a aproximação dos acessos. Dessa forma, uma área frontal do lote pode ser destinada ao lazer dos acolhidos, oportunizando não só o convívio familiar, mas também o convívio comunitário.

A residência, desconectada do setor administrativo, apresenta-se mais compacta, a medida que, os diferentes setores se conectam através das áreas sociais, as quais novamente encontram-se ao centro. Por meio desta organização toda área ao fundo é destinada ao lazer.

Com esta proposta, as estratégias voltadas a segurança precisarão ser melhor trabalhadas por apresentar maior contato físico e visual com a rua, além de ser necessário integrar o pátio de serviço a uma das áreas de lazer e convívio.

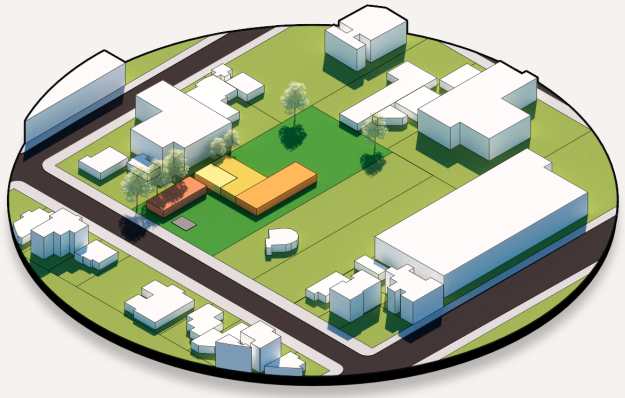


Figura 177: Volumetria da proposta de implantação e zoneamento 3
Fonte: Da autora, 2024.



Fonte: CANVA, 2024. Adaptado pela autora, 2024.

Pessoas são diferentes

São duas crianças lindas
Mas são muito diferentes!

Uma é toda desdentada,
A outra é cheia de dentes...

Uma anda descabelada,
A outra é cheia de pentes!

Uma delas usa óculos,
E a outra só usa lentes.

Uma gosta de gelados,
A outra gosta de quentes.

Uma tem cabelos longos,
A outra corta eles rentes.

Não queira que sejam iguais,
Aliás, nem mesmo tentes!

São duas crianças lindas,
Mas são muito diferentes!

Ruth Rocha

10

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



ARCHDAILY. **Casa de Acolhimento para Menores / CEBRA**. Archdaily, jan. 2015. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/760562/casa-de-acolhimento-para-menores-cebra>. Acesso em: 13 jul. 2024.

ASSIS, Simone Gonçalves de; FARIAS, Luís Otávio Pires. **Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento**. São Paulo: Hucitec, 367p, 2013.

ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MENINAS E MENINOS DE SANTA ROSA (APROMES). **Plano de Trabalho FNAS 2021/2025**. Santa Rosa, 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de janeiro: ABNT, 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9077: Saídas de emergência em edifícios**. Rio de Janeiro: ABNT, 2001.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15575: Edificações habitacionais — Desempenho**. Rio de Janeiro: ABNT, 2013.

BRAND, Silvane Isabel. **Caracterização da direção e velocidade dos ventos em Santa Rosa - RS**. Cerro Largo, 2014. Monografia (Graduação : Agronomia). Faculdade de Agronomia, Universidade Federal da Fronteira Sul.

BRASIL. **Covid-19: Cai número de denúncias de violações contra crianças e adolescentes no Disque 100**. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, jul. 2020. Disponível em:<https://encurtador.com.br/NLiw6>. Acesso em: 07 jun. 2024.

BRASIL. [Constituição 1988]. **Constituição Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Diagnóstico Nacional da Primeira Infância: Unidades de acolhimento e famílias acolhedoras**. CNJ (Conselho Nacional de Justiça); FDD (Fundo de Defesa de Diretos Difusos); PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Brasília, 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Painel de acompanhamento do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento**. Disponível em:<https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=ccd72056-8999-4434-b913-f74b5b5b31a2&sheet=4f1d9435-00b1-4c8c-beb7-8ed9dba4e45a&opt=currsel&select=clearall>. Acesso em: 02 jul. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 8.869, de 5 de outubro de 2016**. Institui o Programa Criança Feliz. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 06 out 2016.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. CONANDA, Brasília, DF, 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes**. CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente); CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social). Brasília, 2009.

BRASIL. **Plano Nacional Primeira Infância: 2010 - 2022 | 2020 - 2030**. Rede Nacional Primeira Infância (RNPI); ANDI Comunicação e Direitos. - 2ª ed. Brasília, DF: RNPI/ANDI, 2020.

BRASIL. **Plano nacional de promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária**. CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente); CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social). Brasília, 2006.

BRASIL. **Resolução nº 289, de 14 de agosto de 2019**. Dispõe sobre a implantação e funcionamento do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento – SNA e dá outras providências. Brasília, DF, 2019.

BURLEY, Paul R.. **Santa Casa de Misericórdia Salvador Bahia Roda Dos Expostos 2019**. Wikimedia Commons, maio 2019. Disponível em:<https://encurtador.com.br/TemHB>. Acesso em: 10 maio 2024.

CAMIMURA, Lenir. **Motivos do acolhimento de crianças e adolescentes refletem problemas sociais**. Conselho Nacional de Justiça, jul. 2022. Disponível em:<https://www.cnj.jus.br/motivos-do-acolhimento-de-criancas-e-adolescentes-refletem-problemas-sociais/>. Acesso em: 15 mar. 2024.

CENTRO HISTÓRICO CULTURAL SANTA CASA. **Roda dos Expostos**. Porto Alegre: Centro Histórico Cultural Santa Casa, jun. 2016.

COREDE. **Perfil socioeconômico COREDE - Fronteira Noroeste**. Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional: Porto Alegre, 2015.

CORREIO DO POVO. **Serviço de acolhimento passa a receber famílias em Santa Rosa**. Correio do povo, set. 2018. Disponível em:<https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/cidades/servi%C3%A7o-de-acolhimento-passa-a-receber-fam%C3%ADlias-em-santa-rosa-1.272897>. Acesso em: 15 jun. 2024

COSTA, lUCRY. **A Importância de Ter um Lar**. Linkedin, jul. 2023. Disponível em:<https://encurtador.com.br/P35iO>. Acesso em: 22 jul. 2024

COULLERI, Augustina. **Casa Granero / Sur taller de arquitectura**. Archdaily, maio 2022. Disponível em: <https://encurtador.com.br/al7um>. Acesso em: 13 jul. 2024

COULLERI, Augustina. **Centro Infantil / Equipo de Arquitectura**. Archdaily, ago. 2021. Disponível em: <https://encurtador.com.br/dVArD>. Acesso em: 13 jul. 2024

DOMUS. **The Children's Home**. Domus, nov. 2014. Disponível em: <https://www.domusweb.it/en/architecture/2014/11/28/the_children_s_home_.html>. Acesso em: 13 jul. 2024

FREARSON, Amy. **CEBRA's children's home forms a cluster of archetypal house silhouettes.** Dezeen, nov. 2014. Disponível em:<https://www.dezeen.com/2014/11/21/childrens-home-of-the-future-cebra-denmark-fragmented-gables-extruded-windows/>. Acesso em: 13 jul. 2024.

FUNDAÇÃO ABRINQ. **Notificações de assédio sexual contra crianças e adolescentes de até 19 anos.** Observatório da Criança e do Adolescente, São Paulo, 2023. Disponível em:<https://encurtador.com.br/pw3fJ>. Acesso em: 12 mar. 2024.

FUNDAÇÃO ABRINQ. **Notificações de negligência e abandono contra crianças e adolescentes de até 19 anos**. Observatório da Criança e do Adolescente, São Paulo, 2023. Disponível em:<https://encurtador.com.br/PnW75>. Acesso em: 12 mar. 2024.

FUNDAÇÃO ABRINQ. **Notificações de violência física contra crianças e adolescentes de até 19 anos**. Observatório da Criança e do Adolescente, São Paulo, 2023. Disponível em:<https://encurtador.com.br/xwye9>. Acesso em: 12 mar. 2024.

FUNDAÇÃO ABRINQ. **População de 5 a 17 anos de idade em situação de trabalho infantil**. Observatório da Criança e do Adolescente, São Paulo, 2023. Disponível em:<https://encurtador.com.br/pwou6>. Acesso em: 12 mar. 2024.

FUNDAÇÃO ABRINQ. **Cenário da Infância e Adolescência no Brasil 2024**. São Paulo, 2024.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). **Corede Fronteira Noroeste**. Arquivo FEE, 2022. Disponível em: <https://arquivofee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/detalhe/?corede=Fronteira+Noroeste>. Acesso em: 07 jul. 2024.

GLOBONEWS. **70% das violências contra crianças acontecem dentro de casa**. G1, 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/globonews/conexao-globonews/video/70-das-violencias-contra-criancas-acontecem-dentro-de-casa-12244161.ghtml>. Acesso em: 06 jun. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Panorama População de Santa Rosa**. Cidades IBGE, 2022. Disponível em:<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santa-rosa/panorama>. Acesso em: 06 mar. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Histórico Santa Rosa**. Cidades IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santa-rosa/panorama>. Acesso em: 06 mar. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Panorama População do Brasil**. Cidades IBGE, 2022. Disponível em:<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santa-rosa/panorama>. Acesso em: 25 jun. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Panorama População do Rio Grande do Sul**. Cidades IBGE, 2022. Disponível em:<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santa-rosa/panorama>. Acesso em: 25 jun. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Malhas territoriais**. Geociências IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html>. Acesso em: 10 mar. 2024.

JESUS, Caroline Nery de. **O habitar das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade: Projeto arquitetônico de uma casa de acolhimento infatojuvenil para a cidade de Mariana - MG**. Ouro Preto, 2021. Monografia (Graduação : Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Ouro Preto.

JORNAL CIDADES. **Prefeitura inaugura nova sede da Apromes em Santa Rosa**. Jornal Cidades, out. 2023. Disponível em: <https://encurtador.com.br/pskYD>. Acesso em: 24 jul. 2024.

KOK, Alexandre et al. **Moradas Infantis em Canuanã: encontro entre arquitetura vernacular e tecnologias industriais**. Archdaily, ago. 2022. Disponível em:<https://encurtador.com.br/65Trf>. Acesso em 13 jul. 2024.

LABORATÓRIO VIRTUAL. **Instituto Lauro Sodré — ilustrações da monographia de 1904**. Belém: Universidade Federal do Pará, jul. 2018. Disponível em:<https://fauufpa.org/2018/07/14/instituto-lauro-sodre-ilustracoes-da-monographia-de-1904/>. Acesso em 15 jun. 2024.

MACANA, Esmeralda Correa. **O papel da família no desenvolvimento humano: o cuidado da primeira infância e a formação de habilidades cognitivas e socioemocionais**. Porto Alegre, 2014. Tese (Doutorado : Economia do Desenvolvimento). Programa de Pós-Graduação em Economia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História Social da Criança Abandonada**. São Paulo: Ed. Hucitec, São Paulo, 1998. 331 p.

MEDEIROS, Juliana. **O CREAS e a Proteção Social Especial**. GESUAS, jun. 2023. Disponível em: <https://blog.gesuas.com.br/creas/>. Acesso em: 08 mar. 2024.

MELLO, Simone Gueresi de. **O ambiente físico no qual vivem crianças e adolescentes em situação de abrigo**. In: SILVA, Enid Rocha Andrade da. O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Brasília, IPEA/CONANDA, cap. 5, p. 135-166, 2004.

MOURA, Ana. **Novo módulo facilita acesso de pretendentes ao Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento**. Porto Alegre: Coordenadoria da Infância e Juventude do Rio Grande do Sul, 2023. Disponível em:<https://encurtador.com.br/0XPhN>. Acesso em: 11 mar. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Declaração dos Direitos da Criança**. ONU, 1948.

PIEVE, Caroline Prediger. **A arquitetura como a arte do bem-estar: Projeto de uma casa-lar para crianças e adolescentes no município de Ijuí**. . Ijuí, 2020. Monografia (Graduação: Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

PROJETEE. **Dados climáticos**. Ministério de Minas e Energia, 2024. Disponível em:<https://encurtador.com.br/4QxQQ>. Acesso em: 10 jul. 2024.

PROJETEE. **Estratégias bioclimáticas**. Ministério de Minas e Energia, 2024. Disponível em: <http://www.mme.gov.br/projeteee/estrategias-bioclimaticas/>. Acesso em: 10 jul. 2024.

RESUMO SÓ ESCOLA. **Zelo: O que é, significado**. Resumo só escola, ago. 2023. Disponível em: <https://resumos.soescola.com/glossario/zelo-o-que-e-significado/>. Acesso em: 22 jul. 2024.

RIO GRANDE DO SUL. **Atlas climático do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Secretaria da Agricultura Pecuária e agronegócio, 2011. Disponível em:<https://www.agricultura.rs.gov.br/upload/arquivos/202005/13110034-atlas-climatico-rs.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2024.

RIO GRANDE DO SUL. Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Sul. **Resolução Técnica CBMRS nº 11 - Parte 01/2016: Saídas de emergência**. Porto Alegre: Secretaria da Segurança Pública, 2016.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 53.280, de 1º de novembro de 2016**. Estabelece normas sobre segurança, prevenção e proteção contra incêndio nas edificações e áreas de risco de incêndio no Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2016.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil: Percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

ROSEMBAUM, Marcelo. **Moradas Infantis Canuanã - Fundação Bradesco**. Rosembaum. Disponível em: <https://rosenbaum.com.br/escritorio/projetos/moradias-infantis-canuana/#>. Acesso em 13 jul. 2024.

SANTA ROSA (RS). **Decreto nº 193, de 14 de novembro de 2017**. Institui e regulamenta a Unidade Abrigo Institucional Conviver, Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, na modalidade de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes a ser desenvolvido mediante coordenação central da Secretaria de Desenvolvimento Social do Poder Executivo do Município de Santa Rosa e dá outras providências. Santa Rosa: Prefeitura Municipal, 2017.

SANTA ROSA (RS). **Economia do município**. Prefeitura Municipal de Santa Rosa, 2024. Disponível em: <https://prefeitura.santarosa.rs.gov.br/?page_id=72>. Acesso em: 07 jul. 2014.

SANTA ROSA (RS). **Empossados os novos Conselheiros Tutelares de Santa Rosa**. Prefeitura Municipal de Santa Rosa, jan. 2024. Disponível em:<https://encurtador.com.br/0fYMo.>. Acesso em: 25 jun. 2024.

SANTA ROSA (RS). **História do município**. Prefeitura Municipal de Santa Rosa, 2024. Disponível em: <https://prefeitura.santarosa.rs.gov.br/?page_id=49>. Acesso em: 07 jul. 2014.

SANTA ROSA (RS). **Lei Complementar nº 58, de 12 de abril de 2010**. Institui o Código de Obras do município de Santa Rosa. Santa Rosa: Prefeitura Municipal, 2010.

SANTA ROSA (RS). **Lei Complementar nº 118, de 28 de agosto de 2017**. Plano Diretor Participativo de Desenvolvimento Sustentável do Município de Santa Rosa. Santa Rosa: Prefeitura Municipal, 2017.

SANTA ROSA (RS). **Lei Complementar nº 148, de 08 de dezembro de 2020**. Altera a Lei Complementar nº 118, de 25 de agosto de 2017, que institui o Plano Diretor Participativo de Desenvolvimento Sustentável do Município de Santa Rosa. Santa Rosa: Prefeitura Municipal, 2020.

SANTA ROSA (RS). **Lei Municipal Nº 5202/2015**.Dispõe sobre a Política Municipal de Proteção aos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar.. Santa Rosa: Prefeitura Municipal, 2015.

SANTA ROSA (RS). **Plano de Acolhimento Santa Rosa/RS**. Santa Rosa: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, 2018

SANTA ROSA, (RS). **Setor de Geoprocessamento**. Geomais Geotecnologia, Santa Rosa, 2024. Disponível em: <https://geo.santarosa.rs.gov.br/pages/imobiliario/index.jsf>. Acesso em: 05 abr. 2024.

SAVI, Aline Eyng. **Abrigo ou lar? Um olhar arquitetônico sobre os abrigos de permanência continuada para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social**. Florianópolis, 2008. Dissertação (Mestrado : Concentração Planejamento e Projeto de Arquitetura). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Santa Catarina.

SAVI, Aline Eyng. **Contribuições da arquitetura sobre o acolhimento de crianças e adolescentes em abrigos institucionais**. Florianópolis, 2018. Tese (Doutorado : Projeto e Tecnologia do Ambiente Construído). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Santa Catarina.

SEBRAE/RS – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul. **Perfil das cidades gaúchas - Santa Rosa**. Data Sebrae, 2020. Disponível em:<https://datasebrae.com.br/municipios/rs/Perfil_Cidades_Gauchas-Santa_Rosa.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2024.

SOLIANO, Flora Jaua Nascimento. **Estudo preliminar de abrigo institucional para crianças e adolescentes e Aracaju/SE**.. Laranjeiras, 2022. Monografia (Graduação : Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Sergipe.

SOUZA, Fabíola Amaral Tomé de. **A Institucionalização do Atendimento aos Menores – O SAM**. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS, v. 12, p. 61-92, 2020.

UTRABO, Gustavo. **Moradas Infantis de Canuanã**. Estúdio Gustavo Utrabo. Disponível em: <https://www.gustavoutrabo.com/arquivo/canuana>. Acesso em 13 jul. 2024.

VADA, Pedro. **Moradias Infantis / Rosenbaum® + Aleph Zero**. Archdaily, out. 2020. Disponível em: <https://encurtador.com.br/kcwTE>. Acesso em 13 jul. 2024.